



**UNIVERSIDAD DE LA INTEGRACIÓN DE LAS AMÉRICAS  
ESCUELA DE POSTGRADO  
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**A RESPONSABILIZAÇÃO DA TRÍADE EDUCACIONAL  
GOVERNO/ESCOLA, PROFISSIONAIS DO ENSINO E FAMÍLIA  
COM O BAIXO ÍNDICE DE APRENDIZAGEM DO ENSINO  
FUNDAMENTAL II, DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO  
AMAZONAS, BRASIL ANOS 2021 - 2022**

**OMAR ALVES DE OLIVEIRA**

**ASUNCIÓN/PARAGUAY  
2023**

**OMAR ALVES DE OLIVEIRA**

**A RESPONSABILIZAÇÃO DA TRÍADE EDUCACIONAL  
GOVERNO/ESCOLA, PROFISSIONAIS DO ENSINO E FAMÍLIA  
COM O BAIXO ÍNDICE DE APRENDIZAGEM DO ENSINO  
FUNDAMENTAL II, DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO  
AMAZONAS, BRASIL, ANOS 2021-2022**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad de la Integración de las Américas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientador: Juan Alberto Beranger.

**ASUNCIÓN/PARAGUAY  
2023**

**OLIVEIRA**, Omar Alves de.

A RESPONSABILIZAÇÃO DA TRÍADE EDUCACIONAL  
GOVERNO/ESCOLA, PROFISSIONAIS DO ENSINO E FAMÍLIA COM O  
BAIXO ÍNDICE DE APRENDIZAGEM DO ENSINO FUNDAMENTAL II,  
DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS, BRASIL,  
ANOS 2021 - 2022

**Total de páginas:** 121

**Orientador:** Dr. Juan Alberto Beranger.

Maestría em Ciências de la Educación

Universidad de la Integración de las Américas, Paraguay, 2023

**Áreas temáticas:** 1. Educação. 2. Aprendizagem 3. Ensino Fundamental.

**Código da biblioteca:** \_\_\_\_\_

**OMAR ALVES DE OLIVEIRA**

**A RESPONSABILIZAÇÃO DA TRÍADE EDUCACIONAL  
GOVERNO/ESCOLA, PROFISSIONAIS DO ENSINO E FAMÍLIA  
COM O BAIXO ÍNDICE DE APRENDIZAGEM DO ENSINO  
FUNDAMENTAL II, DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO  
AMAZONAS, BRASIL, ANOS 2021 - 2022**

Tesis de Maestria em Ciências de la Educación presentada al Programa de la Escuela de Postgrado de la Universidad de la Integración de las Américas – UNIDA, como requisito final para obtener el título de Magister em Ciências de la Educación.

Calificación: **98 (noventa y ocho)**

Fecha de la defensa de tesis: **26/01/2023**

**MESA EXAMINADORA:**

---

**Drª Dolores Rufina González González**

---

**Dr Juan Librado Melgarejo Gómez**

---

**Drª Nury Liz Benitez Ramirez**

ASUNCIÓN/PARAGUAY  
2022

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este momento da minha vida acadêmica primeiramente a minha mãe, Terezinha Alves de Oliveira, que é um exemplo de persistência e dedicação à família. Seu maior êxito foi de criar seis crianças que hoje estão formados e encaminhados com suas famílias, mesmo sem nenhuma formação acadêmica. Dessa forma também, agradeço ao meu pai, Antônio Lopes de Oliveira, que criou 21 filhos e ofereceu educação escolar a todos. A importância que dava aos estudos acadêmicos vem de sua infância na década de 20, no sertão do Amazonas, em que carregava água e outros afazeres como moeda de troca para aprender a ler, escrever e ter domínio das operações básicas de Matemática.

Dedico também à minha esposa, Keyla Teles de Moraes, que está ao meu lado nesta caminhada acompanhando, participando e motivando, dando mais relevância ao tão sonhado curso de Mestrado.

Também dedico a todos os meus companheiros do curso de Mestrado: Ana Prado, Waldemira Castro, Silvana Pressler, Evaneide Rocha e

Antonio Carlos Cortez que iniciaram comigo e que de forma fraterna partilhavam de nossas angústias e vitórias, sempre presentes para incentivar ainda mais a realização desse objetivo. Além dos antigos companheiros , registra-se ainda agradecimentos a Sedeny Pereira de Paula, Selva Sanabria e ao Orientador Juan Beranger que tornou mais significativo o curso de Mestrado em Ciências da Educação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a caminhada até aqui aos professores do Ensino fundamental que me deram a base para despertar o espírito inquieto do conhecimento. Também aos professores do Ensino Médio que qualificaram o questionamento crítico do meio em que vivemos, ampliando ainda mais o conhecimento de nossas origens, do que somos e o que podemos ainda ser. Além desses, também aos Mestre e Doutores da Graduação, que nos conduziram ao aprofundamento da importância da Educação e do fazer Educação como resolução primordial para a evolução humana. E ainda não de menor importância, dedico aos Mestres e Doutores da Pós-Graduação, que potencializaram tudo o que me foi ensinado durante a vida acadêmica e que deixaram uma mensagem que vai perdurar no resto de minha jornada: "mais do que obter um título de Mestre, é essencial incorporar a verdadeira essência da maestria."

## RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo apontar os três principais problemas no contexto da educação nas escolas do Amazonas, que são: Governo-Escola (gestão e professores) e família. Então, o Objetivo Geral foi analisar as principais causas da grave crise educacional amazonense (a pesquisa em questão foi realizada com professores de uma escola pública estadual da cidade de Manaus-AM) nos três pilares dessa rede de educação: Governo/Escola, Professores e Família almejando uma aprendizagem mais promissora nesse sistema de ensino. Esse gestor é indicado pela SEDUC-AM: Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas, o que gera uma falta de autonomia por parte dessa gestão e ocasiona problemas diversos que precisam ser resolvidos na escola, como por exemplo, o uso adequado das verbas governamentais, que é outro ponto a ser analisado neste; qual o papel do governo federal e estadual dentro desse contexto escola/professores e família? Esse é o Problema de Pesquisa. Em seguida se fará uma análise do papel do professor e da família dentro do contexto escolar para que se entenda onde estão os pontos fracos desta tríade e o que se talvez possa fazer ou apontar como caminho para que se sanar o problema. A Metodologia da Pesquisa se fez correspondente a uma amostra representativa que equivaleu a entrevista via *Google Forms*, feita com 33 professores; o enfoque misto: de campo y bibliográfico para que também se analisasse as literaturas sobre o assunto em questão e se fizesse um estudo de caso em uma escola estadual, e fossem analisados os dados coletados para que se pudesse entender como essa engrenagem governo, escola e família estão em consonância ou não. Os resultados apontam na pesquisa feita com 33 professores sobre a temática da pesquisa, que eles concordam que a aquisição do conhecimento e a educação do aluno depende de um conjunto de fatores e se pode concluir que esse conjunto de fatores, de responsabilidade da tríade educacional: Governo/Escola, Profissionais de Ensino e Família, vai influenciar no baixo índice de aprendizagem do ensino fundamental II, da Rede Estadual de Educação do Amazonas.

**Palavras-chave:** Ensino Fundamental II; Governo; Escola; Professores; Família.

## RESUMEN

Esta disertación tuvo como objetivo señalar los tres principales problemas e contexto de la educación en las escuelas de Amazonas, que son: Gobierno-Escuela (dirección y profesores) y familia. Así, el Objetivo General fue analizar las principales causas de la grave crisis educativa amazónica (la investigación en cuestión fue realizada con docentes de una escuela pública estadual de la ciudad de Manaus-AM) en los tres pilares de esta red educativa: Gobierno /Escuela, Docentes y Familia buscando un aprendizaje más promisorio en este sistema educativo. Para ello, primero se analizó la Dirección Escolar, que en este caso está en manos de un directivo, indicado para tal función y no elegido por la comunidad escolar. Este gerente es designado por la SEDUC-AM: Secretaría de Educación y Deportes de Amazonas, lo que genera una falta de autonomía por parte de esta gestión y provoca varios problemas que deben ser resueltos en la escuela, como el uso adecuado de los fondos del gobierno, que es otro punto a analizar en éste; ¿Cuál es el papel del gobierno federal y estatal dentro de este contexto escolar/docente y familiar? Este es el Problema de Investigación. Luego, se hará un análisis del rol del docente y la familia dentro del contexto escolar para que podamos entender dónde están las debilidades de esta tríada y qué tal vez se pueda hacer o señalar como vía para solucionar el problema. La Metodología de Investigación correspondió a una muestra representativa equivalente a una entrevista vía Google Forms, realizada a 33 docentes; el abordaje es de carácter mixto: de forma bibliográfica y cualitativa-cuantitativa, por lo que también se pudo analizar la literatura sobre el tema en cuestión y se realizó un estudio de caso en una escuela pública y se analizaron los datos recolectados para que se pudiera entender cómo este engranaje gobierno, escuela y familia están en sintonía o no. Los resultados muestran en la investigación realizada con 33 docentes sobre el tema de investigación, que coinciden en que la adquisición de conocimientos y la formación del estudiante depende de un conjunto de factores y se puede concluir que este conjunto de factores es responsabilidad de la tríada educativa: Gobierno/Escuela, Profesionales de la Enseñanza y Familia, influirá en el bajo índice de aprendizaje de la Enseñanza Básica II, de la Red Estatal de Educación de Amazonas.

**Palabras clave:** Escuela Primaria II; Gobierno; Escuela; maestros; Familia.

## ABSTRACT

This dissertation aimed to point out the three main problems in the context education in schools in Amazonas, which are: Government-School (management and teachers) and family. So, the General Objective was to investigate the main causes of the serious Amazon educational crisis (the research in question was carried out with teachers from a state public school in the city of Manaus-AM) in the three pillars of this education network: Government/School, Teachers and Family aiming for a more promising learning in this education system. This manager is appointed by SEDUC-AM: Department of Education and Sports of Amazonas, which generates a lack of autonomy on the part of this management and causes several problems that need to be solved at school, such as the proper use of government funds, which is another point to be analyzed in this one; what is the role of the federal and state government within this school/teachers and family context? This is the Research Problem. Then, an analysis will be made of the role of the teacher and the family within the school context so that we can understand where the weaknesses of this triad are and what can be done or pointed out as a way to solve the problem. The Research Methodology corresponded to a representative sample that was equivalent to an interview via Google Forms, carried out with 33 teachers; the approach is of a mixed nature: in a bibliographical and qualitative-quantitative way, so that the literature on the subject in question could also be analyzed and a case study carried out in a state school and the data collected were analyzed so that it could be understood how this gear government, school and family are in line or not. The results show in the research carried out with 33 teachers on the research theme, that they agree that the acquisition of knowledge and the education of the student depends on a set of factors and it can be concluded that this set of factors is the responsibility of the educational triad: Government/School, Teaching Professionals and Family, will influence the low learning rate of elementary school II, of the State Education Network of Amazonas.

**Keywords:** Elementary School II; Government; School; teachers; Family.

## **LISTA DE TABELAS**

**TABELA 2 – Resultado da análise.....99**

**TABELA 3 - Perguntas realizadas na pesquisa de campo. ....116**

**LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1</b> – Comparação dos aspectos da pesquisa quantitativa com os da pesquisa qualitativa.....	66
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Evolução do IDEB do estado do Amazonas – Ensino Fundamental II.....	38
<b>GRÁFICO 2</b> – Há quanto tempo leciona na Rede Estadual de Educação do Amazonas? .....	72
<b>GRÁFICO 3</b> – Qual sua opinião acerca da autonomia das escolas de Manaus no sistema de ensino estadual?.....	73
<b>GRÁFICO 4</b> – Em sua opinião, a Autonomia financeira, pedagógica e administrativa da escola: (foram oferecidas 4 alternativas de respostas para esta pergunta) ....	75
<b>GRÁFICO 5</b> – Qual sua compreensão sobre a forma de seleção do Gestor escolar?.....	76
<b>GRÁFICO 6</b> – No que concerne a parceria Família e Escola?.....	80
<b>GRÁFICO 7</b> – Como professor do Ensino Fundamental II:.....	84
<b>GRÁFICO 8</b> – A contribuição da família na aprendizagem do aluno acontece quando?.....	86
<b>GRÁFICO 9</b> – Considerando o contexto educacional de hoje, como tem sido a atuação do professor no ensino da educação básica (pode marcar mais de uma opção).....	88
<b>GRÁFICO 10</b> – Professor(a), sente-se MOTIVADO para realizar sua função?.....	90
<b>GRÁFICO 11</b> – Marque a alternativa que melhor representa em sua opinião a função social do professor.....	92
<b>GRÁFICO 12</b> – No que tange às Políticas Públicas implementadas na rede estadual de ensino do Amazonas no PNE vigente, responda o que mais se aproxima de sua opinião.....	94
<b>GRÁFICO 13</b> – Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, o Amazonas está em 17º lugar no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental II com média de 4,6/2019. Dê sua opinião conforme afirmações a seguir.....	97

**LISTA DE IMAGENS**

**Imagem 1:** Fachada da frente da Escola estadual.....114

**Imagem 2:** Outro ângulo da fachada da Escola Estadual.....115

**LISTA DE FIGURAS**

<b>FIGURA 1:</b> Interação entre as etapas da pesquisa.....	71
<b>FIGURA 2:</b> Princípio da Gestão Escolar.....	78
<b>FIGURA 3:</b> O que a Gestão Democrática deve abarcar.....	79

## LISTA DE SIGLAS

- BIRD** - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BNCC** – Base Nacional Comum Curricular
- CEPPSI** - Centro de Práticas e Estudos em Psicologia
- CNE** – Conselho Nacional de Educação
- CNE/CEB** - Conselho Nacional de Educação / Conselho de Educação Básica
- CNTE** – Conselho Nacional dos Trabalhadores em Educação
- DEED** – Diretório de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas
- DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- DIRED/INEP**- Diretório de Estudos Educacional do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisa
- EaD** – Ensino a Distância
- EAG** - *Education at a Glance*
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ERE** – Educação, quando da adoção do Ensino Remoto Emergencial
- FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBOPE** - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- INEP** – Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa
- LDB** – Leis de Diretrizes e Base
- LDBE** – Leis e Diretrizes e Base da Educação
- LDBEN** – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação e Cultura
- OCDE** - A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- ONG** – Organização Não Governamental
- OPNE** - Observatório do Plano Nacional de Educação
- PCCR** – Plano de Cargos Carreiras e Remuneração
- PCN** – Parâmetros Curriculares Nacionais

**PEC** – Projeto de Emenda Constitucional

**PEE/AM** – Plano Estadual de Educação do Amazonas

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PISA** - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

**PNAE** – Plano Nacional de Alimentação Escola

**PNE** – Plano Nacional de Educação

**PREAL** - Projeto Regional de Educação para a América Latina

**SADEAM** – Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional do Amazonas

**SBPC** – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

**SEDUC/AM** - Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas

**TALIS** - Teaching and Learning International Survey

**TDs** – Tecnologias Digitais

**UFs** – Unidades Federativas

**UNESCO** – United Nations Educational, Scientific and Culture Organization

**UNICAMP/2019** – Universidade de Campinas

**UNIVASF** – Universidade Federal do Vale do São Francisco

**USP** – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 CAPÍTULO PRIMEIRO: O NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS .....	28
1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA DE ENSINO ESTADUAL DO AMAZONAS.....	35
1.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA: A AUTONOMIA NA GESTÃO ESCOLAR DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS.....	40
1.3 O DESGASTE DO PAPEL SOCIAL DO PROFESSOR.....	42
2 A EDUCAÇÃO FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO ACADÊMICA DO DISCENTE.....	51
3 METODOLOGIA.....	61
3.1 DELIMITAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL .....	63
3.1.1 Tipo de Pesquisa .....	64
3.1.2 Enfoque.....	65
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	66
3.2.1 Sujeitos da Pesquisa.....	66
3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	66
3.3.1 Procedimentos de Aplicação de Instrumentos.....	67
4 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	69
4.1 AVALIAÇÃO DE RESULTADOS.....	71
5 CONCLUSÃO.....	101
6 RECOMENDAÇÕES.....	103
7 REFERÊNCIAS.....	105
ANEXOS.....	114
APÊNDICE A .....	116
INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	121

*“Educação é a junção de valores, princípios... Contudo, a divisão de deveres entre família, escola, governo e sistema é o caminho... Se esses elos não se acoplarem, dificilmente seremos vitoriosos, mesmo com professores “embriagados de amor” pela arte de ensinar.”*

(Nildo Lage)

## INTRODUÇÃO

A Responsabilização da Tríada Educacional: Governo Estadual/Escola, Professor e Família no Ensino de Qualidade da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas trata-se de apresentar um panorama da crise educacional vivida hoje no Estado brasileiro. Quase vinte anos passados, os sistemas de ensino não alcançaram resultados aceitáveis concernentes a meta de qualidade ensino. Diante dessa afirmação, fez-se necessário analisar algumas das políticas públicas educacionais implementadas para o cumprimento do Plano Nacional da Educação vigente que surtiram pouco efeito no que diz respeito à qualidade do ensino-aprendizagem. Averiguar a relação política entre poder local e escola também se tornou relevante, pois se tem atuado como um braço do governo comprometendo o seu papel social.

Outros agentes da tríada que tem agido na contramão da educação são os profissionais em educação e dado que sua função tenha certa autonomia, achou-se prudente discutir sua atuação separado do desempenho da escola, pois entendemos que tanto a escola como o professor, ambos têm ou deveriam ter autonomia na sua função social. E para completar a atuação paliativa da tríada educacional, tem-se a família, instituição que deveria preparar o indivíduo para completar sua educação na vida acadêmica, mas o descaso com esta educação é mais um fator contraproducente para uma educação de qualidade.

Antes de adentrarmos nos fatores que permeiam o fracasso escolar, é plausível dissertar acerca do significado do termo fracasso no contexto escolar. Este é fruto do Sistema de Ensino e por isso contempla várias dimensões, segundo Silva, Mascarenhas e Silva (2011). No sistema educacional brasileiro considera-se também como indicadores do déficit de ensino a reprovação e a desistência (MADALUZ, SCALABRIN & JAPPE 2012), outros elementos são a indisciplina e a recuperação.

Atualmente, os principais indicadores que definem o fracasso escolar são aqueles utilizados em rankings como o PISA, a Prova Brasil e, no Amazonas, o SADEAM. Além disso, considera-se também o desempenho das escolas no ingresso de seus alunos em universidades federais e estaduais. Nesse contexto, Viegas (2015) afirma que o fracasso escolar “sintetiza múltiplas determinações

(políticas, históricas, econômicas, sociais, institucionais, pedagógicas, relacionais)”, o que evidencia sua complexidade e multifatorialidade. Observa-se, assim, que esse fenômeno está profundamente relacionado a três pilares fundamentais: o professor, a família e a atuação do governo estadual. No entanto, a influência governamental, muitas vezes, compromete a qualidade da gestão escolar ao nomear coordenadores e diretores com critérios políticos e eleitorais, em vez de técnicos e pedagógicos.

A discussão acerca da educação de qualidade está condicionada principalmente às políticas públicas educacionais responsáveis por dá garantias ao cidadão. O direito à educação é um direito social, logo o Estado é que tem o dever de garanti-lo, conforme Artigo 6º da Constituição Federal nos Direitos e Garantias Fundamentais. Outro alicerce do sistema educacional é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), esta determina que à União cabe a função de estabelecer uma política nacional de educação. Os Estados, segundo as LDBs, devem oferecer o ensino fundamental gratuito e priorizar o ensino médio, e aos municípios prover o ensino infantil (creche e pré-escola) e enfatizar suas ações no ensino fundamental.

Caso essas autoridades não cumpram o que a lei determina, elas podem ser responsabilizadas judicialmente. Além dessas funções, o poder público também deve avaliar e monitorar o desenvolvimento do ensino-aprendizagem no país em todas as suas modalidades. Um dos instrumentos para isso é a aplicação de avaliações internas e externas, que, quando bem utilizadas, podem contribuir significativamente para o direcionamento das políticas educacionais.

O que se espera então das políticas públicas educacionais é o compromisso de o poder público qualificar suas ações ou investimentos em uma educação que promova as condições adequadas para que seus atores possam atuar na qualidade do ensino buscando a formação integral do discente. Em relação a essa temática, Simola (2005, p. 27) afirma que não existem “milagres” nos sistemas de ensino, não existem sistemas perfeitos que possam dar “lições” (Sahlberg, 2011) aos demais, no entanto, alguns pontos são comuns entre os sistemas mais bem-conceituados no mundo que é a aplicabilidade eficiente das políticas públicas que principalmente diminui a desigualdade social e conseqüentemente a desigualdade educacional.

O investimento na educação não só é justiça social em um país tão desigual, como uma estratégia de desenvolvimento que traz qualidade de vida a todos. Como exemplo de políticas públicas educacionais promissoras está em discussão na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda Constitucional (PEC)15/2015 que pretende transformar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em um mecanismo permanente, este instrumento traz uma percepção da diminuição da desigualdade de investimento, pois discute uma partilha mais justa dos recursos entre os sistemas educacionais mais desprovidos do país.

Ainda no que se refere à educação pública, o sistema educacional brasileiro reage de forma muito tímida para combater a crise no ensino aprendizagem. Os últimos registros das avaliações de larga escala são desanimadores, reflexo das ações políticas e pedagógicas. O relatório da OCDE (2018) a partir das avaliações do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) afirma que não houve evolução em dez anos. O programa aplica avaliação em três áreas de aprendizagem: leitura, matemática e ciências. Nesse ano, foi aplicado em 79 países a alunos de 15 anos e o Brasil ficou abaixo da média dos participantes.

No que se refere a educação pública, 68,3% dos estudantes brasileiros que participaram do Pisa em 2018 estudavam na rede estadual de ensino, segundo o Instituto Nacional Pesquisa e Estatística – INEP. A OCDE ainda aponta que no final da década de 90 até 2009, o Brasil obteve resultados significativos, mas a partir de 2010 houve uma estagnação, o que é preocupante, visto que já se passaram uma década.

Diante desse cenário, torna-se fundamental investigar a atuação dos agentes envolvidos, considerando que os investimentos em educação no Brasil até 2018 estavam entre os mais altos do grupo de países da OCDE. No entanto, países como México, Uruguai e Colômbia, que gastam menos por aluno, apresentaram desempenho superior em alguns indicadores do PISA, sugerindo que o problema não está apenas no volume de recursos, mas na eficiência da gestão educacional.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as escolas estaduais do Amazonas obtiveram médias de 5,1 no IDEB de 2013, 5,5 em 2015 e 5,8 em

2017. Já os melhores resultados foram registrados por Minas Gerais, com 6,2, e por São Paulo, que avançou de 5,7 em 2013 para 6,4 em 2015, um crescimento significativo, considerando o grande número de alunos atendidos nessa rede. Em 2015, 80% das escolas estaduais atingiram a meta estabelecida pelo MEC, mas em 2017 esse percentual caiu para 77%. Conforme dados do INEP, mesmo com metas pouco exigentes, o desempenho nacional no IDEB ao longo do Plano Nacional de Educação (PNE) permaneceu insatisfatório

Pode-se, portanto, afirmar que o desempenho do sistema estadual de educação do Amazonas encontra-se estagnado, assim como o desempenho nacional. Diante disso, torna-se necessário não apenas analisar o investimento realizado, mas também avaliar a eficiência de sua aplicação. Esse cenário nos leva a questionar as políticas educacionais do poder executivo, que, em vez de tratar a educação como um setor estratégico para o desenvolvimento social, muitas vezes a reduz a um instrumento de interesses partidários, resultando na implementação de ações superficiais. A educação, no entanto, deve ser compreendida como um pilar fundamental para a transformação do cidadão e da sociedade em que ele está inserido

Em consequência dessa filosofia nociva do executivo, a escola tornou-se um braço desses governos, o que ocasionou na perda de sua identidade e da sua função social, pois o sistema de ensino está compromissado em atender as decisões exógenas ao ensino aprendizagem. Essa postura governamental compromete o ensino público que “o torna classista, desigual e principalmente excludente” (Freitas, 2004).

A escola perde sua autonomia, evidenciado nas trocas de gestão, sujeitando-se a políticas de governo, o que desvirtua seu propósito essencial:

Possibilitar aos alunos o domínio de instrumentos que os capacitem a relacionar conhecimentos de modo significativo, bem como a utilizar esses conhecimentos na transformação e construção de novas relações sociais” (PCNs, 2019, p.33).

Além de promover o desenvolvimento cognitivo, a escola tem um papel fundamental na formação social dos alunos, transmitindo valores como democracia, cidadania e direitos humanos. No entanto, essa função é prejudicada por um contexto externo desafiador. Os sistemas de ensino não

operam em espaços isolados, assim como as escolas estão imersas em uma realidade marcada por problemas como desemprego, acesso facilitado a entorpecentes, pais sem instrução acadêmica entre outras mazelas sociais (SAHLGREN, 2015). Embora muitas dessas questões sejam de responsabilidade da família, a escola é constantemente cobrada a resolvê-las sozinha, o que enfraquece a parceria escola-família. Como consequência, há um aumento da indisciplina e do descompromisso dos alunos com sua aprendizagem, comprometendo o desenvolvimento pleno do educando, afastando-o de uma perspectiva crítica e reduzindo sua formação a um processo de reprodução dos valores do capital.

A aprendizagem no ensino básico não é responsabilidade exclusiva da escola, pois esta é o espaço onde o indivíduo adquire a educação acadêmica e dá continuidade à educação familiar. O baixo nível de aprendizagem, portanto, também decorre do contexto familiar, o que aponta essa instituição como um dos fatores que podem dificultar uma aprendizagem mais significativa. Nessa perspectiva, discute-se o papel social da família, que tem o dever de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com prioridade absoluta, o direito à educação, conforme previsto no Art. 227 da Constituição Federal.

Garantir o direito à educação não é somente matricular o filho na escola, também “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e disposições da sociedade civil e nos aparecimentos culturais” (LDB, Art.1º da Educação). A escola e a família não devem ser vistas como entidades separadas quando se trata de educação; pelo contrário, devem ser parceiras integradas e comprometidas com a formação mútua do aluno. A fragmentação de suas funções prejudica o desenvolvimento intelectual do estudante, uma vez que os saberes precisam interagir de maneira integrada para que a aprendizagem seja efetiva, conforme apontam Paliga e Vasques,

Pode também haver influência negativa quando a família não participa da vida escolar das crianças, as quais apresentam maiores dificuldades para se alfabetizarem. Desse modo, faz-se essencial estimular a relação entre essas duas instituições, cada uma efetuando o seu papel e ao mesmo tempo trabalhando em parceria (2017, p. 10).

Entender que o papel da família no desenvolvimento intelectual do indivíduo está intimamente ligado ao sucesso escolar é saber que escola e

família fazem parte do mesmo processo de formação do cidadão. Barbosa (2009) acrescenta então a noção de capital social, explicando que:

quando tratamos do capital social no plano familiar, podemos dizer que ele expressa o tempo e a atenção que os pais têm ou usam para a interação com os filhos, monitorando suas atividades, promovendo seu bem estar e desempenho escolar. (BARBOSA, 2009, p.75).

Mas hoje, ainda, o que se percebe é atribuição à escola o que é de responsabilidade da família como afirmam Castro e Regattieri (2009, p.30) quando afirmam que: “aconteceu um empréstimo das funções educacionais do âmbito familiar para o do estado. Nessa ocorrência, o saber familiar, prioritariamente o das famílias menos beneficiadas, tornou-se desqualificado”, contudo, quando o resultado da aprendizagem é insatisfatório que os pais e professores rompam sua parceria para apontar um culpado (*ibid.* 2009, p. 31).

O professor é o terceiro corresponsável pelo sucesso ou insucesso do discente, pois sua prática mecânica, focada principalmente em transmitir conhecimentos, o distanciou de sua função essencial na sociedade, a de ser agente de transformações significativas, um potencializador do aluno que o capacita a se reconstruir e transformar o meio em que interage, essa é a verdadeira essência do exercício da cidadania fundamentada nas “Leis de Diretrizes e Bases, nº 9.394” quando afirma que a educação básica “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (<sup>1</sup>LDB 1996, art. 22).

Apesar dessas diretrizes acima pontuadas, o que ocorre hoje é a desesperança que se instalou e se intensifica no professor da escola pública. Não há perspectiva de uma realização profissional por diversos fatores e, principalmente, a cada ano constata-se que seu esforço não se concretiza na construção do indivíduo que deveria ser sujeito de sua própria existência, o que torna imprescindível análise da atuação desse profissional separado da função da escola.

E diante de tantos resultados insatisfatórios, faz-se necessário avaliar a posição do professor no fracasso escolar, leva-se então, alguns pontos nesta

---

<sup>1</sup> Leis de Diretrizes e Bases da Educação. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Atualização de 2019.

pesquisa: sua formação, a valorização profissional, condições de trabalho, o contexto em que atua, seus métodos e perspectivas para os desafios do século XXI. Esses são só alguns pontos que investigados neste trabalho apontam o descaso com essa profissão que há muito perdeu seu *glamour*.

A docência não é atrativa aos olhos da sociedade, mas que é a primeira nos discursos inflamados dos candidatos ao parlamento ou nos cargos executivos. E foi exatamente o que se tornou: pauta eleitoreira e como este trata-se de um documento acadêmico, também tem o compromisso de averiguar as falhas desse profissional para compreender como se chegou a este *status quo* e sua parcela no déficit educacional.

Depois das ponderações introdutórias acerca das políticas públicas, o papel da família e do professor, acredita-se então que cada ator citado é uma engrenagem do que chamamos de sistema educacional e que com essa compreensão fez-se necessário abordar o sistema de ensino amazonense para compreender os desafios enfrentados e vislumbrar uma possível solução que contemple a centralidade do aluno em um sistema educacional que privilegie a cultura amazonense em um currículo sistemático capaz de valorizar o mercado local e resgatar a identidade do amazônida, formando um cidadão mais crítico, conhecedor de sua realidade e com boas perspectivas no século XXI.

Esta dissertação apresenta os três principais problemas no contexto da educação nas escolas do Amazonas, que são: Governo-Escola (gestão e professores) e família. Então o Objetivo Geral foi analisar as principais causas da grave crise educacional amazonense. Os Objetivos Específicos foram: 1 - Estabelecer a autonomia política da escola no sistema de ensino estadual do Amazonas; 2 - Perscrutar as implicações da falta de parceria família/escola no ensino-aprendizagem do Ensino Fundamental II; 3 – Determinar o papel social do professor na sociedade contemporânea; 4 – Avaliar as políticas públicas educacionais implementadas na busca da qualidade do ensino. Para tanto, se analisou primeiramente a Gestão Escolar, que no caso, fica nas mãos de um gestor, indicado para tal função e não escolhido pela comunidade escolar. Esse gestor é indicado pela SEDUC-AM: Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas, o que gera uma falta de autonomia por parte dessa gestão e ocasiona problemas diversos que precisam ser resolvidos na escola, como por exemplo, o uso adequado das verbas governamentais, que é outro ponto a ser

analisado neste; qual o papel do governo federal e estadual dentro desse contexto escola/professores e família? Esse é o Problema de Pesquisa. Em seguida se fará uma análise do papel do professor e da família dentro do contexto escolar para que se entenda onde estão os pontos fracos desta tríade e o que se talvez possa fazer ou apontar como caminho para que se sanar o problema. A metodologia da pesquisa foi estruturada com uma amostra representativa, viabilizada pela ferramenta Google Forms, composta por 33 professores. O enfoque da pesquisa é de cunho misto, combinando análise bibliográfica e abordagens quali-quantitativas. O objetivo foi revisar as literaturas pertinentes ao tema e realizar um estudo de caso em uma escola estadual. A análise dos dados coletados permitiu compreender como as interações entre governo, escola e família estão em consonância ou não. Os autores escolhidos para Fundamentação da Pesquisa foram, entre outros: Victor Paro, com a obra Educação com Exercício do Poder; Heloísa Szymansky, A relação Família-Escola; Desafios e Perspectivas Jane Nelsen, Disciplina Positiva; Hanna Arendt, Para falar de Políticas Públicas; Ribeiro Marcelo Silva de Souza, A relação permissiva não prepara as crianças e adolescentes para a vida, entre outros autores e obras a serem analisados no decorrer dessa pesquisa. Amazonas.

O presente trabalho está estruturado em capítulos. O primeiro capítulo aborda o quadro teórico e os principais conceitos. O segundo capítulo apresenta o quadro metodológico escolhido para a pesquisa. O terceiro capítulo trata da análise dos dados coletados, enquanto o quarto capítulo apresenta os achados mais importantes e as considerações finais

## 1- CAPÍTULO PRIMEIRO: O NEOLIBERALISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

É na Constituição Federal do Brasil que se encontra a essência do que deveria ser a Educação,

direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (Constituição Federal do Brasil, Artigo 205 , Seção I da Educação).

Mas diante das estratégias econômicas, o pleno desenvolvimento foi comprometido e formatado com os critérios neoliberais que alienam a cidadania tornando o trabalhador apenas um instrumento de produção. É a distorção do que deveria ser educação e como costumava afirmar Darcy Ribeiro (1922-1997) defensor ferrenho da escola pública brasileira: "a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto" na (29ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, 1977), esta afirmação é ainda mais concreta depois de 40 anos, a diferença que esse projeto está mais sofisticado e desumano, desprotegendo a economia local enquanto a subjuga e atende à interesses nocivos ao sistema educacional.

A discussão em torno da educação brasileira não está alheia ao processo dinâmico da globalização que é regida pelas regras do Capitalismo que se modifica ou está sempre se adequando em suas relações econômicas configuradas no neoliberalismo, este regido pelos grandes conglomerados financeiros que engendram a todo custo formas de derrubar as barreiras comerciais denominado de globalização, um grande mercado com disputas acirradas que se regulam pelos critérios do lucro e do consumo individualista.

É nesse contexto que se constrói também as relações sociais, culturais e claro com a complacência da educação. Esta que continua a formar indivíduos que atuam nesse cenário como meros espectadores da realidade, detentores de uma visão opaca dos fatos que os circundam, contribuindo para uma política educacional segundo a ideologia daqueles que governam. Os governos inseridos no processo globalizado cumprem com as políticas educacionais constituídas de metas que atendem de diferentes formas o capitalismo que as

cria, recria, desenvolve, patrocina, avalia e reavalia atendendo o objetivo maior do neoliberalismo, o lucro. (rever o papel da escola como instrumento de manutenção do projeto neoliberal)

As políticas de investimentos na educação brasileira passam também pelo capital internacional, recurso que vêm entremeados de exigências das instituições que as configura a moda do mercado capitalista que reduz a proteção do patrimônio público passando o poder público a tarefa de “servir aos interesses dos negócios; remodelar as suas operações internas com base nos negócios; e reduzir a exposição do governo à pressão política do eleitorado” (VIZZOTTO; CORCETTI; PIEROZA N, 2017, p. 546).

Para Orso (2007), o neoliberalismo é considerado um liberalismo aprofundado, pois há tanto ruptura quanto continuidade, no que se apresenta transvertido de novo liberalismo ou neoliberalismo. A base do liberalismo se encontra enraizada principalmente na qualidade particular dos meios produtivos, na concorrência, no individualismo, na defesa da liberdade de consciência e do livre mercado. Logo, a propriedade privada e as classes sociais são elementos fundamentais do liberalismo, pois demarcam e acompanham também a concepção neoliberal.

O aprofundamento desse modelo ataca diretamente os investimentos públicos não importando o segmento estatal, o que prejudica principalmente os que necessitam dos serviços públicos. No que se refere a educação, afronta a CF/88 nos princípios listados do Art. 206 que afirma que o ensino deve ter “equidade nas condições para a promoção e continuação na escola”, mas é na contramão da educação que este modelo econômico age, pois pratica a redução do investimento na educação pública tornando-a precária e pouco atrativa, enquanto quem tem maior poder aquisitivo usufrui de escolas com estruturas excelentes e de profissionais com melhores formações e bem remunerados, além de material de estudos que somente essa estrutura tem acesso.

Outro ponto de destaque é o quarto princípio abordado neste artigo, que trata da “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”. Apesar dessa “gratuidade”, a baixa qualidade do ensino na educação básica pública tornava desleal a concorrência para o acesso aos cursos superiores, especialmente nas áreas de saúde, engenharias e Direito, entre outros, que são os mais disputados. Esse fator social só foi corrigido com a promulgação da Lei

nº 12.711 (Lei de Cotas), em agosto de 2012, que estabelece que, no mínimo, 50% das vagas nas instituições federais sejam destinadas a estudantes que cursaram o ensino médio em escolas públicas. Desses 50%, uma parte significativa é destinada a alunos oriundos de famílias de baixa renda, o que visa promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados no ensino superior. Por outro lado, os alunos provenientes de famílias de maior renda, que têm acesso a pré-vestibulares de alto custo, acabam se preparando melhor para o vestibular, o que pode garantir-lhes o acesso às vagas mais disputadas. Esse contexto, portanto, fere o princípio da gratuidade no ensino público, já que o acesso ao ensino superior tende a ser privilegiado para aqueles com maior poder aquisitivo, o que não condiz com os objetivos da Lei de Cotas.

A oferta expressiva de vagas no sistema educacional brasileiro cumpriu com uma das metas do PNE 2001 após 15 anos de desafio, mas asseverou o axioma de que quantidade não é qualidade. Hoje, o ensino brasileiro depois de mais de dez anos ainda não conseguiu avançar na qualificação da aprendizagem, e é nesta estagnação que estão os fatores estruturais da desigualdade educacional no sistema de ensino público brasileiro. Enquanto o país não priorizar a educação, a distância da qualidade da aprendizagem entre ricos e pobres vai larguear cada vez mais.

E quando se afirmar que a educação é tratada com pouca importância, não se está se colocando a mesma conotação dos discursos de palanque eleitoral, esta é uma verdade que se vê na desvalorização financeira e intelectual do profissional, uma gestão escolar antidemocrática e desatualizada, além do uso da pasta governamental como objeto partidário de barganha, principalmente em época de eleições. É um conjunto de malefícios que desqualifica a educação, pois estes problemas apresentados necessitam de maior investimento no setor público, ideia oposta a um dos princípios básicos do projeto neoliberal.

Um dos fatores mais discutidos para vencer o desafio de qualificar a aprendizagem da educação brasileira é certamente do investimento na educação pública, visto que em um universo de 181 mil escolas, <sup>2</sup>77,7% pertencem ao setor público. A universalização do ensino teve um resultado expressivo, 96,4% das crianças e jovens estão na escola, mas o êxito desse alta

---

<sup>2</sup> Todos pela Educação/2017. MEC/INEP/DEED- Micro dados do Censo Escolar.

taxa de matrícula trouxe outro desafio ainda maior: a qualidade na educação e um dos fatores para se alcançar essa qualificação passa pelo investimento no setor. O Plano Nacional de Educação na Meta 20 tem como objetivo até o término da edição em 2024, atingir o investimento na educação de 10% do PIB Nacional.

META 20 - Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. (PNE – LEI No 13.005/2014)

Com o cumprimento da meta de acesso à educação básica, a escola pública deixou de ser elitizada aumentando a obrigatoriedade de maior investimento no setor educacional, necessitou-se de um quadro maior de profissionais em educação que é o segmento com o maior número de servidores nas três esferas de governo, além da necessidade de novos estabelecimentos e mais fornecedores para equipamentos, vestuários, energia, água e alimentos. Parte desses pleitos naturalmente é de responsabilidade ou fornecimento do setor privado, mas ainda há uma parcela desse investimento que não está no alcance do setor privado, o quadro do pessoal. Em 2017 foram gastos 10% do PIB com servidores ativos, conforme afirma o Banco Mundial no Relatório de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro:

Na avaliação do Banco Mundial, a despesa com salários de servidores públicos é responsável direto por corte de investimentos em setores que acabam oferecendo um precário serviço público a população. Vale ressaltar que o Banco Mundial representa um conglomerado de empresas que buscam a todo custo derrubar as barreiras comerciais e dominar o mercado de países subdesenvolvido ou em desenvolvimento, atuando principalmente na América Latina, com a ideologia de que um estado mínimo aloca recursos para o setor privado dando mais oportunidades de empregos e renda, mas que na prática, precariza o serviço público, buscam mão de obra mais barata e vantagens fiscais que países mais desenvolvidos não oferecem. Fonseca (pág.56) apresenta ainda no período de 2007 uma síntese das intenções do Banco Mundial.

Em 2014, Saviani fez ponderações nessa mesma linha quando apresenta duras críticas à política educacional denunciando a falta de objetivo nessa política aparecendo mais uma vez a interferência de organismos estrangeiros.

No que trata ao plano estrutural da política educacional brasileira, Saviani (2014), explicita que a superação das prioridades da educação do país não tem sido acatada como um alvo a ser obtido e defende que construir o Sistema Nacional de Educação em nosso país decorre pela superação de barreiras históricas, econômicas, políticas, filosófico-ideológicos e legais. AS barreiras econômicas advêm da repetida resistência do Estado em assumir os encargos financeiros na conservação da educação pública no Brasil, adotando as orientações das agências multilaterais.

O que afirma Saviani fica cada vez mais evidente no PNE, as metas apontadas têm caráter de desafios e não há um atrelamento ou forma de cobrança que garanta um resultado melhor na qualidade do ensino. Nenhum gestor ou profissional em educação tem o dever de garantir melhor desempenho no seu sistema educacional. Faz-se o investimento, mas não há uma cobrança de um resultado satisfatório.

Conjectura-se muito acerca da valorização do profissional como um dos principais fatores para melhorar o ensino-aprendizagem, mas o PNE não tem a preocupação de condicionar ou ao menos relacionar essa valorização com a garantia da qualificação do ensino. a grande dificuldade da aprendizagem está exatamente na educação básica, mas no que diz respeito a qualificação do profissional em educação, a própria META 16 busca uma demanda de 50% dos professores com pós-graduação que pode ser apenas especialização, sem o objetivo ou obrigação com o *stricto sensu* que é onde realmente se tem um profissional mais motivado por conta de sua remuneração e um profissional mais experiente no campo da pesquisa.

<sup>3</sup>O Brasil também tem avançado na formação em nível de pós-graduação para professores. O Relatório mostra que 41% dos docentes são pós-graduados em programas lato ou stricto sensu, em 2019, contudo, em sua maioria, esses docentes obtêm títulos de especialização. Os indicadores da Meta 16 demonstram uma elevação da titulação docente desde 2013, particularmente nas redes públicas de ensino – nas redes estaduais, quase metade dos docentes são pós-graduados (INEP/MEC 2020, p. 09).

O OPNE ainda mostra que quase 50% dos professores da Educação Básica já eram pós-graduados em 2019 e no ano seguinte o Monitoramento das Metas do INEP aponta que metade da rede pública de ensino são pós-graduados, entretanto, esse crescimento é de maior parte em nível de especialização, mestres e doutores somam apenas menos de 3,0% na educação básica, pois a grande maioria dos titulados com *stricto sensu* está no Ensino Superior. No ranking do Pisa, avaliação externa da educação básica, a Finlândia está nas primeiras colocações e as vezes em primeiro lugar, e uma das medidas mais relevantes é a escolaridade, onde o professor iniciante tem no mínimo o mestrado.

O ensino em sala de aula é considerado independente, respeitado profissão que atrai alguns dos melhores graduados do ensino médio a cada ano. A principal razão para o forte apelo do ensino como carreira é o fato de que um mestrado é o requisito básico para o emprego permanente como professor em escolas finlandesas, e ter um mestrado abre as portas para outras opções futuras de emprego. Portanto, indivíduos que escolhem o ensino como sua primeira carreira não sentem que suas vidas são limitadas para trabalhar em uma escola (Finnish Lessons, 2015, p. 161).

Atualmente, conforme Bruno (2007, p. 42), o sistema educacional brasileiro teve que se “acomodar à heterogeneidade dos processos do sistema capitalista, deixando de ser um assunto nacional diante da interferência contundente dos organismos transnacionais”, especialmente do Banco Mundial, que constantemente adapta seu projeto neoliberal. Nesse contexto, não é mais adequado pensar em uma relação de subserviência total dos países com organismos internacionais (ABOITE, 2012 apud MARTIS, 2016, p. 25). A interferência nas políticas educacionais deveria ser tratada por atores ou instituições próprias, com o devido distanciamento de influências externas, especialmente quando se considera o crescente envolvimento de organismos internacionais e empresas privadas. No entanto, a presença de interesses externos nas políticas educacionais do Brasil, por meio de parcerias ou financiamentos, levanta questionamentos sobre a independência e os objetivos dessas iniciativas, além de gerar dúvidas sobre o impacto que esses

investimentos possam ter na direção das políticas públicas, muitas vezes alinhadas com modelos neoliberais

A partir da análise apresentada, é possível concluir que a política educacional brasileira, conforme enfatizado por Saviani (2015, p. 37), ainda reflete características de beneficência, protelação, fragmentação e improviso, evidenciando a falta de uma estratégia consistente e comprometida com a qualidade educacional. A beneficência, conforme exposto, reflete a tendência do Estado em se afastar de suas responsabilidades, alinhando-se ao conceito de Estado mínimo, onde a educação deixa de ser encarada como um dever prioritário do governo. A partir dessa perspectiva, a educação é deslocada de sua obrigação fundamental do Estado para ser considerada um problema que envolve toda a sociedade. Com isso, a educação passa a ser tratada como um dever de todos e um direito do Estado, o que implica que o governo se coloca como regulador, mas transferindo a responsabilidade pela garantia de sua qualidade para a sociedade. Tal lógica, que favorece o distanciamento do Estado das funções educacionais essenciais, compromete a efetividade de políticas públicas que realmente atendam às necessidades do sistema educacional brasileiro.

## 1.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS

Faz-se necessário abordar a edição do Plano Nacional de Educação (PNE) do período de 2001-2010 para subsidiar as significações acerca das metas das políticas públicas deste PNE que se deu continuidade a suas discussões no Conselho Nacional de Educação (CONAE, 2010) resultando no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, plano norteador das ações políticas educacionais a partir de vinte metas a serem cumpridas até 2024.

Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou um documento denominado "Declaração do Milênio", um pacto assinado por 192 países membros da organização, que estabeleceu oito metas a serem alcançadas até 2015. Vale destacar a primeira meta, que tratava da erradicação da extrema miséria e da fome. Enquanto 40% dos alimentos produzidos em países desenvolvidos eram desperdiçados, um bilhão de pessoas passavam fome. Essa meta inspirou a criação de diversas políticas públicas, incluindo o programa Fome Zero no Brasil. Embora o Fome Zero não seja uma política educacional diretamente, ele teve implicações significativas para a educação, já que, ao combater a fome e melhorar as condições de vida de milhões de brasileiros, contribuiu para a redução da evasão escolar e ajudou na melhoria do desempenho dos alunos. O programa teve um papel importante na promoção da segurança alimentar, um fator essencial para garantir o direito à educação e o desenvolvimento pleno dos estudantes

O Projeto Fome Zero foi lançado no Dia Mundial da Alimentação, em 16 de outubro de 2001, pelo Instituto Cidadania, uma ONG coordenada então por Luiz Inácio Lula da Silva, que viria a assumir a presidência em 2003 e fortalecer a luta contra a fome, unificando programas como Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação, formando o Bolsa Família, além do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Essas políticas de Estado contribuíram para uma melhor alimentação do alunado, condição essencial no período fundamental para pensar em melhorar a educação. Entre os objetivos desses programas estava a qualificação dos hábitos alimentares para o combate à desnutrição, com a oferta de pelo menos 180 dias letivos, requisito necessário para a capacitação

de aprendizagem, a redução dos índices de repetência e a preocupante evasão escolar (TAKUNO, 2001).

O impacto das transferências condicionadas sobre a permanência na escola e na maior frequência escolar são resultados positivos que tendem a afetar o desempenho dos alunos na aprendizagem, as taxas de promoção e de concluintes e os anos de escolaridade média (Cacciamali; Tatei; Batista, 2010; Melo; Duarte, 2010; Glewwe; Kassouf, 2012; Simões; Sabates, 2014). Além disso, há os efeitos diretos sobre a redução da extrema pobreza e de melhor inserção futura das crianças beneficiárias no mercado de trabalho, interrompendo assim o ciclo geracional da pobreza (Soares *et al.*, 2006, Soares *et al.*, 2007; Bohn *et al.*, 2014). (INEP/MEC, 2019).

Houve uma redução significativa no índice de abandono escolar conforme relatório Educação para todos no Brasil de 2000-2015 e no que se refere ao Ensino Fundamental, em 2000 o abandono teve taxa de 12%, em 2010 reduziu para 3,1% impacto direto de políticas públicas eficientes. A inscrição aos 6 anos tornou-se imprescindível no Brasil com a Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, com data para que os municípios, os estados e o Distrito Federal efetivassem a lei até 2010, em 2018, quase <sup>4</sup>100% das crianças de 6 a 14 anos encontravam-se na escola,

<sup>5</sup>O Brasil alcançou a marca de 97,8% das crianças de 6 a 14 anos na escola em 2017 (Gráfico1), tendo praticamente universalizado o atendimento escolar nessa faixa etária da população. Se observa que durante o período de 2004 a 2017, existem duas intenções: a primeira, de desenvolvimento mais rápido, que ocorreu entre 2004 e 2012; a segunda, de desenvolvimento menos pujante, que ocorreu partir de 2012. (Relatório do PNE- 2018, pag.40).

O acesso da população de 6 a 14 anos nas redes de ensino também é Meta 2 do Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE/AM) e como no resto do país, essa secretaria de educação praticamente logrou êxito nesse desafio. Conforme o <sup>6</sup>Painel de Monitoramento do PNE/2019 (PMPNE), esse sistema de ensino estadual registrou nesse ano 98,2% de alunos atendidos ou concluídos dessa faixa etária restando muito pouco para atingir a meta final que tem seu prazo até 2024.

---

<sup>4</sup> Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE-2018

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012 - 2019)

O presente Plano Estadual de Educação (PEE/AM), seguindo a proposta do PNE, apresenta em sua Meta 2, o desdobramento de duas metas para o Ensino Fundamental: a universalização do acesso para a população de 6 a 14 anos e a garantia de que 85% desses alunos completem essa fase na idade indicada até o derradeiro ano de vigor do Plano.

Quanto à conclusão dessa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do plano, a SEDUC/AM <sup>7</sup> teve em 2017 o índice de aprovação nos anos finais de 90,9%, mas a distorção idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental foi de 27% , menos do que a média nacional e segundo o PMPNE nesse ano 77,4% dos alunos com 16 anos concluíram essa etapa, a meta do plano estadual na idade certa prevê 85% até 2024 o que está abaixo da meta nacional que é de 95%.

De acordo com dados do QEdu.org, entre 2014 e 2018, a taxa média de aprovação foi de 92,05%, com os anos finais do Ensino Fundamental, em 2018, apresentando uma taxa de 90,3%. Contudo, segundo o OPNE, apenas 75,8% dos jovens de 16 anos concluíram essa etapa em 2018, restando 9,2% para o cumprimento da Meta 2 do PEE/AM até o final da década, percentual bem abaixo do índice nacional pretendido de 95%. Quanto à conclusão na idade recomendada, os dados indicam que o Brasil atingiu 76% em 2017, enquanto a meta é alcançar 95% dos alunos até o término do plano.

Quanto à taxa de conclusão da etapa final do Ensino Fundamental, entre reprovados e abandono tem-se quase 10% e de cada 100 alunos na série final, 28 estão fora da idade, são elementos complicadores para o cumprimento da conclusão na idade recomenda, até 2017 entre os Estados da Região Norte, o Amazonas só ficava atrás do Pará, mas ainda está dentro da expectativa do PME/AM para 2024 (QEDU/2017).

No que diz respeito ao desdobramento da Meta 2b do PNE que busca atingir até 2024 o percentual de 95% de alunos concludentes no Ensino Fundamental no cenário brasileiro, as escolas estaduais do Amazonas atingiram ao final de 2017, segundo o Relatório de Monitoramento do <sup>8</sup>PNE/2018, o percentual de 77,4% (pág.44) com o crescimento de 3,8% ao ano no período de 2012 a 2017, conforme Tabela 01 referente a Meta 2b do PNE.

---

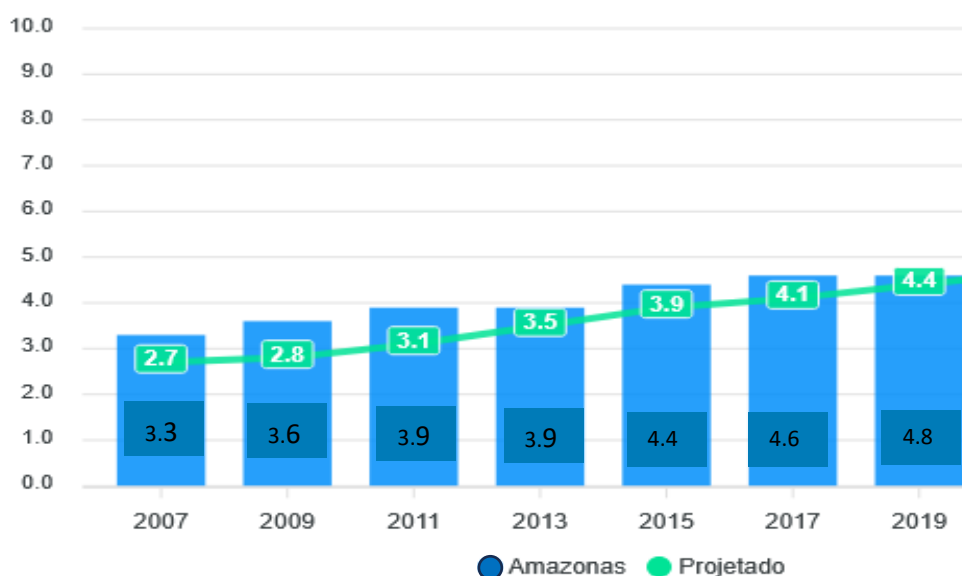
<sup>7</sup> Dados do QEdu.org do ano de 2017

<sup>8</sup> Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE-2018-2ª Ed.

A realidade do processo de ensino-aprendizagem na rede estadual ainda é preocupante. Os resultados das avaliações de larga escala revelam uma evolução lenta e frágil, gerando incertezas quanto à melhoria da qualidade educacional. A avaliação externa que mensura o desempenho das redes de ensino é conduzida pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), tendo a Prova Brasil como um de seus principais instrumentos. Composta por questões de múltipla escolha, essa avaliação é estruturada segundo a Teoria de Resposta ao Item (TRI), modelo estatístico que permite estimar a proficiência dos alunos com base em três parâmetros: discriminação (capacidade do item de diferenciar alunos com distintos níveis de conhecimento), dificuldade (grau de exigência da questão) e acerto ao acaso (probabilidade de acerto sem o domínio do conteúdo). As questões são organizadas em uma escala progressiva de complexidade, exigindo dos estudantes a internalização de raciocínios e a resolução de problemas condizentes com o nível esperado para a educação básica (SILVA, COUTINHO, 2000).

Esse exame é aplicado bienalmente nos anos finais de cada etapa de ensino (Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio), sendo refletido no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado pelo MEC em 2007 para fortalecer a integração com o Plano Nacional de Educação.

**GRÁFICO 1- EVOLUÇÃO DO IDEB DO ESTADO DO AMAZONAS – FUNDAMENTAL II**



Fonte: IDEB 2021, INEP.

O gráfico apresenta a evolução do IDEB do Ensino Fundamental II no Estado do Amazonas desde 2007, evidenciando que, ao longo de doze anos, o índice atingiu 4,6 em uma escala de 0 a 10. Esse desempenho posicionou o estado na 9ª colocação no ranking nacional até a edição de 2019, período final desta pesquisa. No entanto, o resultado permanece modesto, demonstrando a lentidão no avanço da qualidade educacional na rede estadual amazonense, refletindo, infelizmente, a realidade nacional. Ademais, mesmo o primeiro colocado, o Estado de Goiás, não alcançou a meta mínima de 6,0, obtendo um índice de 5,2.

Diante dos desafios para a melhoria da qualidade do ensino e do avanço nos indicadores educacionais, como o IDEB, as escolas contam com um instrumento fundamental para o planejamento e a gestão pedagógica: o Projeto Político-Pedagógico (PPP). Previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), esse documento confere às instituições de ensino a responsabilidade de elaborar e executar suas diretrizes pedagógicas de forma democrática. Após avaliação e aprovação pelo Conselho Estadual de Educação, o PPP orienta as ações escolares, promovendo maior autonomia aos gestores e à comunidade escolar. Com vigência de dois anos, sua construção é pautada em um diagnóstico institucional, permitindo a adoção contínua de estratégias que impulsionem a qualidade da educação.

Embora o Projeto Político-Pedagógico (PPP) seja um instrumento fundamental que norteia as ações pedagógicas e caracteriza a identidade da escola, seus resultados em larga escala têm sido insatisfatórios. Apesar da cobrança da Secretaria de Educação pela elaboração do documento, as ações a ele vinculadas não têm apresentado sucesso, como evidenciado pelos resultados do IDEB. O processo de construção do PPP exige o empenho de todos os agentes escolares, mas muitas vezes se limita a um protocolo a ser cumprido, sem atingir seus objetivos de transformação real.

Navarro (2004, p.33) destaca que a elaboração do PPP deve reunir a experiência acumulada e a cultura da comunidade escolar, promovendo a troca de vivências educacionais. Dessa forma, a escola detém o know-how necessário para construir um projeto eficaz que enfrente as dificuldades, especialmente as relacionadas à aprendizagem, desde que o processo pedagógico democrático seja constante. Conforme Costa (2021), ao adotar essa abordagem, os

profissionais da educação poderão promover a autoconfiança e a autonomia dos alunos, contribuindo para a formação de indivíduos críticos e responsáveis. A liberdade que o processo democrático oferece exige, assim, o pleno exercício da cidadania.

## 1. 2 GESTÃO DEMOCRÁTICA: A AUTONOMIA NA GESTÃO ESCOLAR DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS

A direção escolar no sistema de ensino do Amazonas, tanto na esfera municipal quanto estadual, hoje com a nova denominação de Gestor escolar, são designados a partir de nomeações segundo as escolhas dos governos vigentes. A nomeação da direção se realiza por vezes por destaque nos trabalhos realizados, por indicação partidária e/ou lideranças políticas, forma de escolha que contrasta a autonomia escolar e passa a ser uma extensão do gestor público. No que diz respeito ao PNE/2014, a Meta 19 legitima na estratégia 19.1 a nomeação de diretores e diretoras de escola a fim de também gerenciar o repasse da União que vem direto para esse estabelecimento de ensino. O Plano prevê ainda que essa escolha seja baseada em critérios técnicos de méritos e desempenho. Tem-se até aqui ao menos dois pontos discutíveis sobre a autonomia da escola: a gestão escolar e o formato dos recursos financeiros que são repassados diretamente da União.

O efetivo funcionamento no cotidiano da escola pública requer gastos imediatos, um defeito na bomba de água do poço que fornece água potável, um problema elétrico no condicionador de ar, assim como uma lâmpada queimada pode atrapalhar o bom andamento do ensino. Surge diante dessas e outras demandas o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado na década de 90, ainda conhecido como Programa de Melhoria do Ensino Fundamental (PMDE) que foi o início da descentralização de recurso para a Educação. Recurso enviado diretamente para a escola que a partir de 2009, já como PDDE Básico sob Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 setembro de 2021, passou a contemplar também o Ensino Médio, cobrindo toda a educação básica. Em resumo, seu uso é pré-determinado como Gastos com Custeio que são aplicados em manutenção e pequenos reparos e Gastos com Capital para compra de material durável mais de 2 anos. Essa transferência direta para a administração

da escola significou um grande avanço na gestão escolar, pois a demanda constante do funcionamento da escola requer resposta imediata para o bom andamento dessa administração. Antes deste recurso, trocar uma lâmpada, uma torneira, consertar um bebedouro ou adquirir material para uso dos profissionais em educação levava demasiado tempo enfrentando a burocracia para solicitar da sede educacional. A implementação desse programa também significou uma gestão democrática, exigindo maior participação da comunidade escolar – alunos, professores, pais e comunitários – e dando à escola uma relativa autonomia na sua administração graças ao artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 96394/1996).

Não se pode negar quão importante é o PDDE para escola, mas vale refletir pelo menos sobre duas questões pertinentes a este programa: a prestação de contas e a aplicação do recurso. A prestação de contas do programa não é tão simples e muitas escolas terceirizam esse serviço com receio de cometer erros e ter o repasse bloqueado ou mesmo cancelado. Essa prestação do serviço não pode ser paga com o dinheiro do programa, logo a gestão deve providenciar esse pagamento. O diretor toma essa decisão também pelo fato de ele ser diretamente responsabilizado pelos possíveis erros, mesmo sendo a unidade executora a Associação de Pais e Mestres ou o Conselho Escolar pessoas jurídicas de direito. Outro ponto a ser discutido diz respeito à sua aplicação que deve ser realizada por meio de participação da Comunidade escolar, onde vai se discutir como deve ser implementada as ações do programa, entretanto as decisões desse coletivo está atrelada às regras do PDDE que já estipula onde e como se deve gastar, isto gera conflitos, pois as escolas têm necessidades diferenciadas e a vinculação do gasto pode não atender as reais necessidades da instituição de ensino ( FRANÇA , 2005).

A investidura do cargo de direção escolar também compromete a autonomia da escola e a própria gestão democrática, pois na prática o gestor escolar é nomeado pelo governo estadual ou municipal vigente, assim como por lideranças políticas, deixando essa escolha de ser baseada em competência ou capacidade de gerência e passa a ser uma administração apadrinhada que sofre interferência político-partidária. Essa indicação é uma relação de troca que tanto beneficia como prejudica, visto que há escolas bem assessoradas pelo poder público além de uma gestão competente e capaz, outras se tornam invisíveis

tendo suas demandas reprimidas por não estar alinhadas diretamente ao poder público. A cultura de indicação para a direção, na prática, gera uma dependência de trocas de favores entre pessoas e organizações sociais, comprometendo a gestão democrática e questionando a autonomia escolar (PEREIRA, 2012). A própria LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), no Artigo 15, assegura que os sistemas de ensino devem garantir graus de autonomia, mas, na prática, muitas de suas ações ainda estão atreladas ao poder local

### 1.3 O DESGASTE DO PAPEL SOCIAL DO PROFESSOR

O professor sofreu desgastes e perdeu prestígio ao longo do tempo, e atualmente busca retomar seu status na sociedade brasileira. Essa tarefa é difícil, pois o insucesso da educação brasileira coloca-o como um dos principais responsáveis por esse fracasso. Para compreender e buscar soluções para a crise educacional atual, é necessário investigar, principalmente, a atuação do docente. Nesse sentido, é relevante entender de forma concisa sua trajetória até o momento presente, considerando os fatores históricos, sociais e políticos que impactaram sua profissão.

Além disso, é fundamental para o resgate de seu papel entender os desafios da educação em uma sociedade marcada por uma instabilidade econômica que compromete as políticas públicas educacionais, perpetuando a estagnação do processo de ensino-aprendizagem, reflexo da atuação extemporânea do educador.

Afirmar que a educação desempenha um papel essencial no desenvolvimento e na evolução de uma sociedade vai além do senso comum. No processo histórico, o professor teve e continua a ter um papel fundamental. Houve muitas mudanças no fazer pedagógico docente no Brasil, algumas até antagônicas, quando comparadas às diferentes fases das tendências pedagógicas. Compreender esses movimentos educacionais é essencial para entender a situação do docente no contexto atual

Assim, uma breve excursão pelas tendências pedagógicas se faz necessária, começando pela Escola Tradicional, instalada pela Companhia de Jesus ainda no período do descobrimento, onde a abstração do conhecimento

era possível pelo rigor da Igreja. Já na Escola Nova, na década de 1930, a aprendizagem passou a enfatizar mais a participação do discente. Em meados da década de 1960, o papel do professor era o de instrutor na Escola Tecnista, voltada para atender às necessidades da demanda industrial programada pela ditadura militar. Após esse período, outra transformação ocorreu na década de 1980, com o advento da Escola Crítica, que se focava na construção e reconstrução do saber. Toda essa memória histórica encontra o século XXI em um sistema globalizado, onde a tecnologia está moldando o novo pensamento na prática educativa, e o professor ainda não se adequou a essas mudanças.

Apesar de um histórico educacional brasileiro muitas vezes controversos, o docente consolida-se como peça fundamental na construção de um país, contudo esta ideia hoje só aparece nos discursos vigorosos das campanhas eleitorais e: “nunca se falou tanto da valorização da educação, do magistério, e nunca a atividade pedagógico-docente foi tão desvalorizada, especialmente a partir das políticas públicas” (LIBÂNEO 2010, p. 172). E continua a mostrar que o descaso com esse profissional é notável em todos os aspectos e,

tem sido abalada por todos os lados: baixos salários, deficiências de formação, desvalorização profissional implicando baixo status social e profissional, falta de condições de trabalho, falta de profissionalismo etc. (*ibid.* 2010, p. 25).

A condição de trabalho na educação também reflete a precarização da docência na sociedade brasileira contemporânea. A quantidade de horas dedicadas à profissão contribui para sua ineficiência. Uma parte significativa dos professores dedica mais de 12 horas diárias para cumprir sua jornada de trabalho, frequentemente em mais de uma escola. A pesquisa TALIS (2018, apud <sup>9</sup>TALIS Vol. II, p. 4, 2020) revela que "cerca de 20% dos professores brasileiros dos anos finais do ensino fundamental trabalham em ao menos duas escolas", enquanto a média entre os 48 países pesquisados é de apenas 6%. No Amazonas, por exemplo, há casos de professores estatutários que atuam sob o regime de Escolas Compartilhadas, podendo complementar sua carga horária em até 5 escolas no mesmo turno, totalizando 60 horas semanais, já que os contratos são de 20 e 40 horas semanais

---

<sup>9</sup> Talis( Teaching and Learning International Survey) – pesquisa internacional sobre ensino e aprendizagem em 48 países coordenada pela OCDE e organizada no Brasil pelo INEP.

Entre as variações da prática docente nesse formato, é comum que o profissional atue em mais de uma modalidade de ensino, o que exige mais conhecimentos, dinamismo, vigor e paciência. Além disso, enfrentam a superlotação das salas de aula, que têm, em média, 40 alunos. Por fim, 29% dos docentes realizam trabalho extra – é comum ver professores exercendo atividades paralelas como a venda de cosméticos, a atuação como motoristas de aplicativos, carreiras policiais (militar ou civil), comércio de vestuário e, em casos extremos, agiotagem. Essas atividades, muitas vezes, acabam colocando o trabalho docente em segundo plano, transformando-o em uma fonte complementar de renda.

Dada a natureza complexa do trabalho docente, esses fatores contribuem diretamente para a baixa qualidade do ensino, configurando mais um aspecto da precarização da profissão. Essa carga de trabalho múltipla, que busca atender às necessidades de consumo do indivíduo, revela o caráter mercantil da educação, adaptada ao modo de produção capitalista. No contexto da escola pública, onde o professor chega a cumprir jornadas de até 12 horas diárias, sem contar as 'tarefas para casa' nos fins de semana, tem-se a consumação da exploração do homem pelo homem. Nesse sentido, Vitor Paro, citando Milton Santos, explicita que:

que a diferença entre cidadão e consumidor é que o consumidor se apropria de bens finitos, que se acabam com o consumo, enquanto o cidadão se apropria de bens que, quanto mais ele consome, mais pode consumir, são para sempre. Na verdade, o próprio consumo é um direito do cidadão. Para vivermos, precisamos consumir de alguma forma os bens e serviços que são produzidos socialmente. Mas, no senso comum da sociedade mercantil, o termo consumidor está associado a uma estrita relação de compra e venda. Como se, afora isso, nada fosse possível, ou legítimo. Por isso é bom associar a educação ao direito do cidadão que, como sujeito humano-histórico, tem o direito de apropriar-se da cultura produzida historicamente e que deve ser herança de todos, não o privilégio de uma minoria que pode pagar por ela. (2014, p. 101).

Nessa explanação de Vitor Paro, a educação não pode ser encarada como um bem findável, mas um direito do cidadão, aqui também se entende por cidadão aquele que participa da construção histórico-cultural, um valor produzido e modificado pelo trabalho humano, um saber que não poderia ter valor de barganha, mas que pertence a todo cidadão (Paro 2014, p. 24 e 25).

Todo sujeito tem a necessidade de consumir bens e serviços, e no contexto capitalista o professor procura a instituição que melhor lhe remunera e essa, após uma seleção, compõe um quadro de excelentes profissionais que vão oferecer um ensino diferenciado daqueles que não estão sendo bem remunerados, tornando o saber construído o direito de alguns privilegiados. Não se está condenando a busca pela excelência, mas enfatizando o direito subtraído do cidadão que busca principalmente nas escolas públicas essa cultura edificada historicamente.

Outro aspecto acerca do cargo docente se trata de como está sendo desenvolvida sua função, o que nos remete a meta 15 do PNE que tem como objetivo avaliar que todos os docentes da Educação Básica tenham, até 2024, graduação superior em Licenciatura na disciplina que ministra. A análise dos dados do Censo da Educação Básica de 2019 (p.47 a 53), divulgados pelo INEP, revela um panorama quantitativo do corpo docente no Brasil. Em 2019, o país contava com aproximadamente 2,2 milhões de professores na educação básica, sendo a maioria alocada no ensino fundamental, que concentra 62,6% desse total, correspondendo a 1.383.833 docentes. Um dado histórico relevante é a maior presença de professores nos anos finais do ensino fundamental em relação aos anos iniciais, diferença que tem diminuído ao longo dos anos, passando de 3,6% em 2015 para 0,5% em 2019.

Nesse mesmo censo, ao considerar a formação dos docentes, observa-se que ainda há desafios para universalizar a exigência do nível superior completo. Na educação infantil, o censo apresenta 599,5 mil professores, dos quais 23,7% ainda sem essa formação. Entre 2015 e 2019, houve um avanço expressivo na qualificação docente nessa etapa, com a redução desse percentual de 36,9% para 23,7% que deve ser alcançada até o término do PNE.

No ensino fundamental, a formação docente apresenta um cenário semelhante. Do total de 1,4 milhão de professores, 752 mil estão nos anos iniciais e o restante nos anos finais. Nos anos iniciais, ainda faltam 15,8% dos docentes para que todos possuam nível superior completo. A disciplina com menor percentual de professores licenciados na área específica é Língua Estrangeira, com 63,2% das turmas ainda ministradas por docentes sem a formação adequada. Em contrapartida, a melhor adequação é verificada em Educação Física, onde 24,6% das turmas ainda não são atendidas por profissionais com licenciatura na área. Nos anos finais do ensino fundamental, a maioria dos professores possui formação superior, totalizando 91,4%, sendo 86,6% licenciados e 4,8% bacharéis. Entre 2015 e 2019, a quantidade de docentes com licenciatura cresceu 6 pontos percentuais. No que se refere à adequação da formação por disciplina,

Artes apresenta o menor índice, com apenas 37,4% das turmas ministradas por professores qualificados. Já o melhor desempenho é verificado em Língua Portuguesa, com 67,4% das turmas atendidas por docentes com formação específica na área. Por fim, no ensino médio, um total de 507,9 mil professores, sendo 96,8% já com nível superior completo.

De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, a avaliação da correspondência entre a formação docente e a disciplina lecionada nessa modalidade, aponta que Sociologia apresenta o menor índice de adequação, com somente 32,2% das turmas sendo conduzidas por professores devidamente qualificados. Em contrapartida, disciplinas como Língua Portuguesa, Educação Física, Biologia, Matemática, Geografia e História registram os melhores desempenhos, com taxas superiores a 70% de docentes com formação específica na área. Esses dados introduzem uma reflexão sobre o perfil de atuação dos professores na educação básica e os desafios a serem superados para a qualificação completa do corpo docente.

O Censo da Educação Básica de 2019, conduzido pelo INEP, evidencia também disparidades regionais significativas na formação docente no Brasil. No Nordeste, 53,9% dos professores não possuem diploma de graduação ou licenciatura na disciplina que lecionam, o que reflete um déficit expressivo de qualificação e impacta negativamente o processo de ensino-aprendizagem.

No Centro-Oeste, observa-se uma situação igualmente preocupante: pouco mais da metade dos professores do ensino médio possuem formação específica na área em que atuam, padrão semelhante ao do Ensino Fundamental II. Isso sugere um ensino menos aprofundado, uma vez que os docentes não foram devidamente preparados para as disciplinas que ministram.

Mesmo em regiões com melhores índices, como o Sul, onde 70,6% dos docentes do ensino médio possuem formação na área em que lecionam, ainda há 29,4% ensinando conteúdo fora de sua especialização. Essa realidade compromete a qualidade do ensino e revela deficiências na implementação da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), que busca assegurar a adequada formação dos docentes. O impacto dessa situação recai diretamente sobre os alunos e evidencia desafios persistentes na valorização da carreira docente por parte dos governos estaduais e municipais.

Bossa (2011) ainda acrescenta que além de tratar da disciplina adequada, o docente ainda tem que dá conta de temas adversos, isto não seria

um problema se esses profissionais trabalhassem de forma interdisciplinar, mas uma atuação dinâmica como essa está cada vez mais rara nas escolas. Ainda considerando as afirmações desta mesma autora, o modo como tratam a inclusão social nas escolas é um descaso com a criança e com o professor, este que não tem formação ou preparo para instrução em educação especial que é implementada em muitos casos sem considerar as leis que a regulamentam, um tema que não será aprofundado aqui, mas que é também elemento que fragiliza o trabalho docente.

Outro tema relevante para a educação brasileira, que impacta diretamente o perfil social do professor, é a valorização desse profissional. No parecer do CNE/CEB nº 09/2009, três elementos são destacados como fundamentais para a valorização do magistério: a carreira, a jornada de trabalho e o piso salarial. O tempo de trabalho foi detalhado anteriormente nesta pesquisa, evidenciando as condições inadequadas que comprometem a qualidade da aprendizagem. Assim, faz-se necessário discorrer sobre os componentes carreira e piso salarial.

A presidente Dilma Rousseff, em sua gestão, enfatizava a importância da implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do Magistério, que garantiria aos profissionais da educação melhores condições de trabalho e a possibilidade de progresso em sua precária situação financeira. A ausência desse plano tem obrigado muitos docentes a jornadas exaustivas de trabalho, em desacordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96, cujo Art. 67 prevê, entre outros aspectos, estabilidade, aumento progressivo de salário, aperfeiçoamento profissional contínuo, período reservado para estudos e condições adequadas de trabalho.

A implementação do PCCR nos sistemas de ensino, seguindo os parâmetros dessa legislação, teoricamente valoriza os profissionais da educação básica pública e proporciona uma aposentadoria com maior qualidade de vida. No entanto, passados 23 anos, ainda é necessário avaliar a aplicação do Art. 67 da <sup>10</sup>LDBE – Lei nº 9.394/96. Conforme o Relatório do 3º Ciclo de Acompanhamento dos Alvos do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2020, 100% das unidades federativas do Brasil contemplam o PCCR. Nos municípios, o índice de cumprimento da Meta 18 do PNE também é elevado, com menos de

---

<sup>10</sup> Lei de Diretrizes Básicas da Educação

5% ainda sem um plano de carreira estruturado.

Como ponto-chave, o plano de carreira tem como referência inicial o piso nacional. No entanto, até 2018, apenas 19 unidades federativas previam em lei estadual o piso nacional da carreira do magistério público, e 26% dos municípios ainda não o cumpriam. Em uma primeira análise, o alcance da Meta 18 do PNE indica sucesso na implementação dos PCCR, iniciando com o piso salarial nacional. No entanto, em um comparativo realizado em maio de 2019, o piso de R\$ 2.557,74 contrastava com a média bruta do rendimento dos demais profissionais, que era de R\$ 4.873,56, representando, após cinco anos da construção do PNE/2014, uma diferença significativa de 90,5%. Essa discrepância tem sido amenizada devido à autonomia dos sistemas de ensino, uma vez que algumas unidades federativas ampliaram o piso.

Conforme o INEP no PMPNE/2019 e o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2020), a média salarial da docência pública subiu de 69,8% para 71,7% entre 2018 e 2019, em relação ao rendimento das profissões de nível superior. Esse crescimento ocorreu apesar da redução salarial em outras ocupações de escolaridade equivalente. Ainda assim, o aumento não foi suficiente para cumprir a Meta 17, que visava equiparar os rendimentos médios dos docentes aos das demais carreiras de nível superior até 2020.

Mesmo com o piso nacional ainda distante da meta, o Painel de Monitoramento do PNE, no Relatório de 2019, aponta que alguns estados alcançaram a equiparação salarial, entre eles Maranhão, Rondônia, Amapá, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. No entanto, no cenário geral, 78,1% das unidades federativas ainda não cumprem esse objetivo do Plano Nacional.

Além disso, os dados do Painel de Monitoramento mostram que a Meta 17 do PNE não tem incentivado o ingresso na carreira docente. Mesmo nos estados que atingiram a equiparação salarial, a média salarial dos professores permanece muito abaixo do custo da cesta básica, evidenciando a desvalorização da profissão.

De acordo com o comparativo entre o DIEESE e o PMPNE, dos oito estados que alcançaram a equiparação salarial, apenas três atingiram o valor da cesta básica, enquanto os outros 26 estados ficaram bem abaixo. Nesse cenário de avanços e retrocessos, a desvalorização do profissional da educação pública

se torna ainda mais evidente, especialmente quando órgãos internacionais, como a OCDE, indicam que o Brasil ainda possui uma das menores médias salariais entre os países membros e apoiadores da organização.

Ainda nesta edição, a pesquisa da <sup>11</sup>EAG coloca o Brasil na última posição do ranking salarial da docência entre 40 nações e grupos regionais. A média salarial do professor brasileiro era metade da média da OCDE. Na Europa, a Alemanha possui uma média salarial quatro vezes maior, e Luxemburgo, cinco vezes superior à média brasileira. Paro (2010, p. 96) se mantém atual ao afirmar que "ao pagar continuamente baixos salários, o sistema escolar demonstra contentar-se com o tipo de profissional de baixa qualificação com que tem contado".

A partir dos vários elementos que compõem a função do magistério ponderados anteriormente percebe-se que até o final de 2019, o professor brasileiro enfrenta muitos dos problemas da década passada: sua formação não deve ter como fim somente o mercado de trabalho, mas também o pleno desenvolvimento humano, mas o que se tem é uma prática abusiva dos entes federados que obriga ao docente ministrar disciplina que não faz parte de sua graduação; sua condição de trabalho deve ser capaz de oferecer oportunidade de selecionar e organizar os conhecimentos necessários a fim de potencializar os discentes com um trabalho de excelência e com autonomia, o que significa também não ter que cumprir uma jornada de 12 horas diárias para tentar ter o mínimo de qualidade de vida.

Para que o profissional da educação tenha prestígio em uma sociedade neoliberal, é imprescindível oferecer uma carreira sólida com rendimentos atrativos, de modo a atrair indivíduos talentosos para o magistério e garantir sua permanência na profissão. Caso contrário, corre-se o risco de a educação se tornar uma profissão complementar, o que prejudica sua importância e contribui para sua precarização. De acordo com o *Anuário Brasileiro da Educação* de 2019, ao comparar o salário médio dos profissionais da educação com o das áreas de exatas e saúde, observa-se uma defasagem de 50%. Aproximadamente 80% dos educadores da Educação Básica atuam no ensino público (ANUÁRIO DA EDUCAÇÃO, 2020). No Brasil, o salário dos professores

---

<sup>11</sup> Education At Glance 2019.

é relativamente baixo, com uma grande disparidade salarial entre as regiões do país (Education at a glance, 2018, p. 23). Isso evidencia a necessidade de se discutir o plano de cargos e carreiras do magistério e suas implicações, considerando as significações de "remuneração", "salário", "vencimento" e "subsídio", além da Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem sido utilizada como justificativa para a não valorização do profissional da educação e para o descumprimento das prioridades estabelecidas no plano de cargos dos professores da Secretaria de Educação do Estado do Amazonas.

## 2. A EDUCAÇÃO FAMILIAR NA CONSTRUÇÃO ACADÊMICA DO ALUNO

A prática do ensino no ambiente escolar tem se tornado cada vez mais desafiadora durante a adolescência. É comum que os pais relatem o cansaço constante diante das dificuldades em despertar o interesse dos filhos pelo conhecimento acadêmico. A escola, cuja função primordial é auxiliar a família na formação integral do indivíduo, tem assumido, de maneira crescente, responsabilidades que originalmente caberiam à família. Esse fenômeno evidencia a falta de parceria entre essas duas instituições, que deveriam atuar de forma solidária em prol de um objetivo comum. No contexto das escolas públicas, observa-se a presença de crianças com comportamentos indisciplinados e resistência às normas, o que acentua ainda mais a necessidade de debater o papel da família na educação do adolescente. Essa questão é especialmente relevante para os estudantes do Ensino Fundamental II, faixa etária que tem apresentado os mais baixos índices de desempenho escolar na rede pública.

Para compreender melhor as dinâmicas familiares na contemporaneidade, faz-se necessário analisar a composição da família no contexto atual. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226, estabelece a família como base da sociedade e, em seu inciso terceiro, reconhece a união estável entre homem e mulher como uma entidade familiar, sem, no entanto, restringir-se exclusivamente a essa configuração. O inciso quarto amplia essa concepção ao afirmar que a família pode ser constituída por um dos pais e seus descendentes, refletindo a pluralidade dos modelos familiares modernos. Assim, a definição de família tem se expandido, abrangendo diferentes arranjos baseados em laços biológicos, afetivos e convivência compartilhada.

Além da estrutura da entidade familiar, no que concerne aos direitos na sociedade conjugal, o inciso quinto do mesmo artigo estabelece que homens e mulheres possuem direitos e deveres iguais, podendo ambos ser responsáveis pelo sustento do lar, bem como pelo cuidado com a casa e com os filhos, quando os têm.

Atualmente, há uma classificação para as diversas configurações familiares: família nuclear – composta por dois adultos, homem e mulher, e seus

filhos; família monoparental – formada por um único adulto que cuida do(s) filho(s); família reconstituída – quando indivíduos divorciados formam uma nova unidade familiar; família homoafetiva – composta por adultos do mesmo sexo que possuem filhos; e família intercultural – constituída por pessoas de culturas distintas que educam seus filhos conforme seus costumes (EDUCA+BRASIL, 2020). À luz das leis, todas essas configurações familiares gozam dos mesmos direitos e deveres assegurados pela Constituição Federal e demais normativas sobre União Estável, ainda que, em alguns contextos, enfrentem preconceitos por parte de adeptos da chamada família tradicional.

Com a ampliação dos direitos e deveres da mulher e sua crescente participação na renda familiar, o cuidado diário com os filhos tem sido, com frequência, delegado a avós, tios ou babás. Aos quatro anos, essas crianças ingressam na escola, permanecendo, no mínimo, quatro horas diárias nesse ambiente, levando consigo as experiências – positivas e negativas – que vivenciam no seio de suas diversas configurações familiares.

As novas estruturas familiares trazem consigo novas dinâmicas nas relações interpessoais e formas distintas de compreender a educação. No entanto, apesar dessas transformações, a família continua sendo um organismo social responsável pela transmissão de conhecimentos históricos, culturais e sociais, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e assegurando sua formação educacional. Nesse sentido, Prado (2017, p. 65) enfatiza que:

"A instituição familiar não é um mero acontecimento social, ela é uma instituição social que vai se modificando através da história e apresenta até formas e finalidades diversas num mesmo tempo e lugar, conforme o grupo social em que esteja inserida."

Por outro lado, Parolim sintetiza com excelência que mesmo com composições diferentes, a família deve prezar constantemente para que essa instituição permaneça e que seja o esteio da sociedade.

[...] A grande arte da família é manter-se família, seja ela composta por pai, mãe e filho; por mãe e filhos; por padrasto, mãe e filhos; por avó, mãe e filhos/netos; por avô, mãe e filhos ou outras composições. É continuar promovendo o desenvolvimento, a mudança e permanecer sendo família, [...] A família deve constituir um núcleo duradouro, mas que aceite mudanças; compreendendo o outro como um ser dotado de inteligência e desejos próprios; um núcleo que promova pertencimento, mas que, ao mesmo tempo, possibilite individualização. (PAROLIM, 2007, p.38).

Conforme a autora, as expectativas dentro das relações familiares são intensas e complexas, mas fundamentais para a constituição de uma instituição sólida. As diferentes configurações familiares resultantes das transformações sociais demonstram que, independentemente da estrutura formal adotada, o que define uma família são os laços profundos de afeto e cumplicidade estabelecidos entre seus membros. Dessa forma, a solidez da unidade familiar não está necessariamente atrelada a um modelo tradicional, mas à qualidade das relações interpessoais e ao suporte mútuo proporcionado no ambiente familiar.

Define-se também que a família nas suas mais diversas composições ainda é a base da sociedade e o seu modo de ser é o modo social de ser, mas quando se trata de convívio humano sempre irá existir os conflitos, Szymansky (2001, p. 48) de forma sucinta diz que “tudo o que ocorre numa família tem um significado. Nossas ações refletem os nossos modos de pensar, nossos sentimentos, nossas ambiguidades, nossas possibilidades no momento, nossas limitações”. Prado (2017, p. 28) complementa esse pensamento afirmando que: As divergências no âmbito familiar não são atos irrelevantes, tanto os aspectos positivos como negativos fazem parte da formação da criança e futuramente essas relações de embates constantes são manifestadas em outros ambientes, principalmente na escola, onde a adolescência tem sido a fase mais difícil comprometendo sua aprendizagem.

A adolescência é um período caracterizado por intensas transformações físicas, cognitivas e sociais, fortemente influenciado pelo contexto histórico e cultural em que o jovem está inserido. De acordo com Frota (2007), essa fase não deve ser compreendida apenas como uma etapa de transição, mas como um processo amplo e complexo, no qual ocorrem mudanças significativas que moldam a identidade do indivíduo. Além disso, é frequentemente vista como uma ponte entre a infância e a vida adulta, marcada por desafios e crises que impulsionam a construção da subjetividade do jovem. No contexto escolar, essas mudanças se refletem no comportamento, na relação com os professores e colegas e no engajamento com a aprendizagem.

O ensino fundamental II, etapa da educação básica que abrange a maior parte da adolescência, é um período em que se evidenciam os impactos da formação familiar na vida escolar dos alunos. A relação entre família e escola torna-se crucial para garantir que os adolescentes desenvolvam não apenas

competências acadêmicas, mas também habilidades socioemocionais que favoreçam sua convivência em sociedade. No entanto, a instituição familiar passou por transformações significativas ao longo do século XX, especialmente com a perda da centralidade do modelo patriarcal e a valorização dos direitos individuais. Esse novo paradigma gerou incertezas no exercício da autoridade parental, levando muitos responsáveis a terem dificuldades em impor limites sem receio de serem considerados autoritários, o que, por consequência, impacta o ambiente escolar.

Zagury (2011, p. 21) aponta que os pais contemporâneos, ao estabelecerem regras, frequentemente o fazem em momentos de descontrole e, depois, arrependem-se, voltando à desordem inicial. Essa insegurança na transmissão de valores fundamentais para a convivência social compromete a interiorização significativa dos princípios que regem a vida em sociedade, refletindo-se no comportamento do adolescente na escola. Sem referências sólidas de limites e responsabilidades dentro do ambiente familiar, muitos jovens encontram dificuldades em lidar com regras e hierarquias dentro da escola, tornando o ambiente educativo um espaço de constantes conflitos e desafios pedagógicos.

Os valores transmitidos pela família são fundamentais para a formação da conduta social dos adolescentes. Esses valores funcionam como códigos reguladores de comportamento, orientando as ações e estabelecendo parâmetros para a interação dos jovens no meio em que vivem. Quando a família não cumpre esse papel de forma efetiva, a escola passa a ser sobrecarregada com demandas que vão além de sua função educativa tradicional, sendo chamada a atuar como agente compensatório na formação dos alunos. No entanto, essa sobrecarga pode comprometer a qualidade da aprendizagem e a atuação dos professores, que se veem obrigados a lidar com questões que deveriam ser trabalhadas inicialmente no núcleo familiar.

A pesquisa internacional sobre ensino e aprendizagem evidencia que a família tem um papel essencial na transmissão de valores morais desde a infância, contribuindo para que a adolescência não se torne um período de conflitos excessivos tanto para o próprio jovem quanto para aqueles ao seu redor. No entanto, no ensino fundamental II, percebe-se que muitos dos desafios enfrentados pelos estudantes têm raízes em uma formação familiar deficiente ou

desestruturada. O ambiente escolar se torna, assim, um reflexo das lacunas existentes na educação doméstica.

Diante da busca pela autorrealização e pela ascensão social, a sociedade brasileira tem passado por mudanças que impactam as regras morais que, historicamente, serviram de parâmetro para um comportamento civilizado, justo e humano. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em sua Seção III, inciso II, estabelece que a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que fundamentam a sociedade é uma responsabilidade compartilhada entre a família e a escola. Assim, a manutenção desses valores no meio social depende da atuação conjunta dessas instituições, garantindo uma formação mais sólida e equilibrada para os adolescentes.

Dentre os valores humanos e sociais transmitidos naturalmente pela família, a honestidade, a empatia, a cooperação, a autoconfiança, a disciplina, o respeito são alguns valores básicos que tornam o aluno participativo e, portanto, produtivo no ambiente acadêmico.

Considerando a pesquisa, um dado preocupante sobre o comportamento dos alunos da escola pública é a questão do respeito, um valor fundamental para o convívio social. A palavra "respeito" tem origem no latim *respectus*, derivado do verbo *respectāre*, que significa considerar ou prestar atenção ao redor, com o prefixo *re-*, indicando reiteração e ênfase. Esse sentimento deve ser cultivado desde a infância, pois é nesse período que o indivíduo vivencia suas primeiras experiências de convivência social, e a família tem um papel essencial nessa formação.

A valorização das ideias, do espaço, da vez e dos bens alheios, bem como o respeito às diferentes faixas etárias dentro do meio familiar, favorece o desenvolvimento da empatia. Essa prática ensina o indivíduo a interagir com a diversidade fora do núcleo familiar, compreendendo que cada membro da sociedade, independentemente de nacionalidade, crença religiosa ou ausência dela, tem um papel relevante no coletivo.

Outro aspecto essencial do respeito é o reconhecimento da figura da autoridade. Dado que 86,8% dos brasileiros se identificam como cristãos, considerando católicos e evangélicos, não se pode ignorar o papel das igrejas na formação ideológica. Em muitas doutrinas religiosas, o conceito de autoridade

é central, reforçando a necessidade de compreender sua importância na estrutura social.

Em Êxodo 20:12, a Bíblia cristã orienta a obediência dos filhos aos pais, apresentando essa lição como um mandamento divino. O quinto mandamento declara: “Honrar pai e mãe”, uma regra reafirmada no Novo Testamento como um ato de amor, concluindo que se submeter à autoridade dos pais é, em essência, uma expressão desse amor.

Aqui está o texto com correções sutis para melhorar a clareza e a fluidez:

Na atualidade, o modelo patriarcal cedeu espaço para novos formatos de família, mas a figura da autoridade continua sendo essencial para a ordem de qualquer instituição. No entanto, nos novos modelos familiares, em que os indivíduos possuem direitos e buscam cada vez mais liberdade, estabelecer uma autoridade que contemple os acordos do modo de vida contemporâneo tem se mostrado um exercício complexo, pois a linha que separa a autoridade da prática autoritária é tênue e, por vezes, até dolorosa. Essa discussão perpassa o diálogo de Adorno (apud LIMA, 2010), que aponta o processo democrático como parte da formação integral do cidadão, conforme a seguinte citação:

Ao tratar da questão da autoridade Adorno analisa as mudanças que vêm ocorrendo ao longo do processo histórico, a questão da perda da autoridade na primeira infância é um ponto de fundamental importância para pensarmos em como estabelecer uma formação que fortaleça a individualidade e a capacidade de resistência sem ter uma postura de autoritarismo não esclarecido, pois este último pode gerar o fascismo. Neste ponto fica claro o caráter dialético da formação, impor limites para gerar a liberdade, utilizar a autoridade para possibilitar a autonomia.

Compreender de forma significativa o sentido de autoridade ainda no ambiente familiar é essencial para a formação do indivíduo e para sua interação em espaços sociais fora de casa, especialmente na escola. A internalização desse conceito desde a infância contribui para evitar conflitos e situações desagradáveis, uma vez que a convivência escolar exige o cumprimento de regras e normas. Uma criança que não aceita ser contrariada, nem receber orientações e limites, pode comprometer seu processo de aprendizagem e sua adaptação ao ambiente escolar. É importante ressaltar que a autoridade do professor não tem o objetivo de coagir, mas sim de garantir que as regras de socialização sejam cumpridas e aceitas de maneira democrática, promovendo um ambiente harmonioso e propício ao desenvolvimento educacional.

Devemos compreender que a autoridade, segundo Adorno, é construída de forma psicossocial, ou seja, no modo como nossa

subjetividade é formada ao se relacionar com a sociedade, e também na forma da própria sociedade criar suas autoridades. Ela não se baseia na coerção, ela é reconhecida e aceita. Contudo, ao aceitá-la nos submetemos a ela, porém, é uma submissão por vontade própria. Marcuse, ao explicar a relação entre autoridade e liberdade em seu texto *Estudo sobre a Autoridade e a Família* (1972), diz que na raiz da liberdade humana encontramos o reconhecimento da autoridade “como uma força essencial à prática social”, porém, a autonomia tem papel central nesta teoria (LIMA 2010, p. 18).

A autoridade na sociedade não se impõe pela coação, mas pela aceitação e convenção social, sendo essencial para a formação humana e a integração da criança à ordem social (PEREIRA, 2017, p. 3-4). A disciplina, por sua vez, é fundamental para o sucesso dessa autoridade, pois sua ausência compromete as relações familiares e dificulta o trabalho pedagógico na escola.

A busca pela ordem social ainda é marcada pela transição entre o método tradicional e os novos saberes, exigindo uma análise dessas práticas disciplinares para promover relações humanas menos conflituosas. No Brasil, a educação familiar ainda se baseia em uma disciplina tradicional, caracterizada por obediência arbitrária, imposição vertical e ausência de diálogo, onde a autoridade frequentemente recorre à agressão verbal e física, sem compromisso em justificar suas determinações. Como expõe Baluta (apud FAUSTO, 2019, p. 75):

A noção tradicional de família na Colônia, não de exclusividade, estava vinculada ao modelo patriarcal, constituída de parentes de sangue e afins, além dos agregados e protegidos. A relação entre pais e filhos, na sua maioria, era “transcorrida pelo anseio de retenção. Em resultado disso, os pais se sentiam no direito de desfrutar do trabalho e de causar o fadário dos filhos. A estes caberiam, apenas, dever e obediência” (PRIORE, 2016, p. 336).

No modelo tradicional de família, todos os membros deviam subordinação incondicional ao administrador do núcleo familiar, geralmente representado pela figura masculina. Esse modelo influenciava diretamente as relações entre sociedade e Estado. Como reação à educação autoritária, surgiu a abordagem da Educação Permissiva, caracterizada por uma intervenção mínima na vida da criança, permitindo que ela aprenda por meio de suas próprias experiências, respeitando seus direitos individuais e sua liberdade. No entanto, essa abordagem tem sido alvo de críticas, pois alguns estudos indicam que pode não ser eficaz na formação da autonomia e da disciplina necessárias para a vida em sociedade.

Saber lidar com frustrações é essencial para o desenvolvimento da experiência, da resiliência e da perseverança na busca por metas. No entanto, a educação parental contemporânea tem, muitas vezes, buscado minimizar os erros das crianças ou evitar que enfrentem decepções, o que pode agravar desafios na adolescência, como intolerância à frustração, desobediência e reações exacerbadas, tornando-os menos preparados para lidar com as dificuldades da vida em sociedade.

A permissividade parental, caracterizada por uma abordagem excessivamente gentil e pouco firme, muitas vezes concede à criança decisões que não lhe competem. Essa postura, adotada em contraposição ao autoritarismo, pode resultar em negligência educacional, na qual os pais desistem de impor limites. Como consequência, é cada vez mais comum presenciar nas escolas responsáveis admitindo não saber mais como lidar com o comportamento dos filhos. Alguns chegam a solicitar que não sejam convocados diante de casos de indisciplina, transferindo integralmente a responsabilidade à instituição de ensino. Em muitos casos, a escola também se vê sem estratégias eficazes para lidar com a situação, recorrendo à transferência do aluno ou atendendo ao pedido dos pais para sua remoção, evidenciando uma crise na corresponsabilidade entre família e escola no processo educativo.

Dados do Instituto de Pesquisa Todos pela Educação (2014) indicam, em seu relatório, que 19% dos pais ou responsáveis se enquadram no perfil denominado "pais distantes", um grupo caracterizado por baixa escolaridade, menor participação nas reuniões escolares e falta de interesse em conhecer a proposta pedagógica da escola ou o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos. Ainda de acordo com o estudo, apenas 12% dos pais demonstram comprometimento efetivo com a educação dos filhos, buscando informações sobre a proposta de ensino, monitorando as faltas e mantendo contato constante com a escola sobre o progresso dos alunos. Essa realidade evidencia que tanto a escola quanto a família ainda têm dificuldades em lidar com a questão da indisciplina, sendo que cada uma atribui a responsabilidade para a outra. No entanto, é amplamente reconhecido que a resolução dessa questão depende da parceria e colaboração entre família e escola.

Em meio a esse caos, surge, há cerca de 40 anos, uma nova proposta para a educação parental, que busca um meio-termo entre a educação

autoritária e a educação permissiva: a disciplina positiva, desenvolvida pela pesquisadora Jane Nelsen, com base nos estudos dos pesquisadores austríacos Alfred Adler (1870-1935) e Rudolf Dreikurs (1897-1972).

Adler, discípulo de Sigmund Freud, criou a psicologia do desenvolvimento individual, apresentada na obra *Teoria e Prática da Psicologia Individual* em 1912. Foi a partir dos estudos adlerianos que, na década de 1980, Jane Nelsen desenvolveu um programa de educação parental conhecido hoje como Disciplina Positiva. Em síntese, esse programa busca canalizar os esforços da criança para o desenvolvimento de suas capacidades. Para isso, H. Stephen Glenn e Jane Nelsen identificaram o que chamaram de Sete Percepções e Habilidades Significativas.

Na educação parental, os pais orientam seus filhos ou membros da família sobre o que consideram ser o comportamento adequado, mas, na prática dessa educação, o significado que se acredita estar sendo transmitido pode ser bem diferente daquele que é internalizado, especialmente por uma criança.

O pensamento adleriano postula que “os indivíduos não são determinados por seu ambiente, mas pela interpretação que fazem desse ambiente”. A primeira percepção, “Eu sou capaz”, favorece o desenvolvimento da autoestima, o que, por sua vez, aumenta a confiança do indivíduo, permitindo-lhe perceber propósitos mais significativos e estimular a criatividade. Essa percepção se contrapõe à educação permissiva, na qual pais superprotetores chegam ao ponto de realizar os deveres de casa de seus filhos, e também refuta a educação autoritária, que frequentemente se baseia em gritos e broncas constantes, no esforço de resolver problemas que, muitas vezes, a criança poderia ter resolvido sozinha.

As outras percepções abordam temas como cooperação, autonomia, a importância do outro e a adaptação à dinâmica cotidiana sem rigidez. Em conjunto, essas percepções colaboram para que as crenças interpretadas pelas crianças se tornem positivas ao longo de sua vida. No entanto, por ignorância ou falta de disposição,

“os pais não estão realmente refletindo sobre os efeitos a longo prazo quando privam seus filhos da oportunidade de praticar habilidades valiosas para a vida, simplesmente porque acreditam que podem realizar essas tarefas de maneira mais eficiente, rápida e fácil” (NELSEN, 2016, p. 83).

A Disciplina Positiva propõe o encorajamento da criança para que ela se torne protagonista na solução de problemas, promovendo a aprendizagem de habilidades expressivas permanentes que desenvolvem seu senso de aceitação e importância. Isso implica que o olhar da criança será respeitado e considerado, sendo tratada como uma parte fundamental da família, com participação ativa na criação das regras e na resolução de problemas, além de aprender a compreender suas próprias necessidades e sentimentos. O respeito mútuo é incentivado, com os pais assumindo o papel de guias, e não de chefes, o que contribui para a formação de futuros adolescentes responsáveis, respeitosos, resilientes, íntegros e autônomos (NELSEN, 2016, p. 42).

Compreende-se, portanto, que o comportamento da criança é reflexo da percepção que ela tem das atitudes da família, sejam elas conscientes ou não. Cabe à família, como instituição, o desenvolvimento dos valores morais e sociais, cumprindo sua função de formar um indivíduo mais civilizado, autônomo, cooperativo, tolerante, confiante, disciplinado e íntegro. Para dar continuidade a esse processo e potencializar o desenvolvimento do indivíduo, a escola deve reconhecer seu papel de parceira da família, aceitando que o aluno é um elo entre ambas as instituições. Apenas por meio dessa parceria é que será possível transformar comportamentos indisciplinados em atitudes produtivas dentro da escola pública.

### 3 - METODOLOGIA

A pesquisa adotou um método de desenho não experimental, caracterizado pela ausência de manipulação direta das variáveis, concentrando-se na observação e análise dos fenômenos em seu contexto natural. Esse delineamento é adequado para investigações educacionais, pois permite examinar as relações entre os elementos envolvidos no processo pedagógico sem interferir diretamente no ambiente escolar.

O estudo seguiu uma abordagem de pesquisa de campo, combinada com análise bibliográfica-documental, o que possibilitou tanto a coleta de percepções diretas dos sujeitos investigados quanto a sustentação teórica necessária para a interpretação dos dados obtidos. A pesquisa de campo, conforme Lakatos e Marconi (2022, p. 203):

[...] é que se utiliza com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos sobre um problema, para o qual se procura uma resposta, ou sobre uma hipótese que se queira provar, ou, ainda, com o propósito de descobrir novos fenômenos ou relações entre eles. Ela consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis eu se presume relevantes para analisa-los.

Já a pesquisa bibliográfica-documental fundamentou-se em estudos e referenciais teóricos que embasam a compreensão do tema e fornecem suporte para a análise crítica dos achados empíricos.

Além disso, a investigação empregou uma abordagem quali/quantitativa, do tipo analítico e nível apreensivo, permitindo a triangulação de métodos na busca por maior confiabilidade e precisão nos resultados. Minayo (2007, p. 57) destaca que a combinação de métodos qualitativos e quantitativos favorece uma compreensão mais abrangente e contextualizada dos fenômenos sociais, uma vez que alia a objetividade dos dados numéricos à subjetividade das interpretações e significados atribuídos pelos participantes da pesquisa.

O caráter qualitativo da pesquisa foi essencial para captar as percepções, vivências e significados atribuídos pelos professores em relação à tríade educacional (família, escola e aluno). Por sua vez, a dimensão quantitativa possibilitou a mensuração e análise estatística de tendências e padrões nas respostas coletadas, garantindo maior solidez à interpretação dos dados. Essa estratégia metodológica favoreceu uma visão holística e aprofundada do objeto

de estudo, permitindo compreender tanto as dimensões subjetivas quanto os dados objetivos subjacentes às relações investigadas.

A adoção desse modelo metodológico se justifica pela sua capacidade de fornecer uma compreensão mais ampla e detalhada dos fenômenos educacionais, permitindo não apenas a análise isolada de variáveis, mas também a interpretação das inter-relações entre elas, favorecendo a robustez dos resultados e contribuindo para a construção de um conhecimento significativo e aplicável ao contexto educacional analisado.

De acordo com Fonseca (2002, p. 27 in PREISSLER, 2022),

*methodos* quer dizer organização, e *logos* refere-se a um estudo sistemático, podendo se tratar de uma pesquisa ou investigação. Assim, a metodologia corresponde ao estudo da forma como se organiza a busca pelo conhecimento, os caminhos percorridos para a execução do trabalho e a efetivação de uma pesquisa ou estudo científico. Em sua etimologia, o termo remete à análise dos métodos e instrumentos empregados na condução de uma pesquisa de cunho científico.

Inicialmente, a seleção dos teóricos que fundamentaram a pesquisa foi essencial, pois ofereceu a base conceitual necessária para a análise dos dados e a interpretação dos resultados. A escolha dos autores seguiu critérios rigorosos, priorizando teorias amplamente reconhecidas e que dialogassem diretamente com os objetivos do estudo. A revisão bibliográfica foi determinante para a construção do referencial teórico e para a definição dos parâmetros adotados na coleta e análise dos dados.

Em seguida, procedeu-se à seleção dos participantes da pesquisa, composta por professores da Rede Estadual de Ensino do Amazonas (SEDUC), os quais participaram de forma voluntária. A escolha dos docentes levou em consideração critérios que garantissem diversidade de perfis profissionais, abrangendo tempo de experiência, área de atuação e nível de escolaridade. A participação desses 33 professores foi fundamental para a validação do estudo, garantindo a representatividade da realidade educacional da rede estadual.

Para a coleta de dados, aplicou-se uma entrevista estruturada composta por 12 questões, abordando aspectos relacionados à percepção dos professores sobre os temas centrais da pesquisa. As questões foram formuladas com opções de resposta múltipla, como "sim", "não", "talvez", "concordo" e "não concordo", entre outras. Essa estrutura favoreceu tanto a análise quantitativa quanto a

expressão das percepções individuais dos participantes, permitindo um nível adequado de aprofundamento nas respostas.

A seleção de uma escola estadual foi realizada para aprofundar a pesquisa, permitindo a análise de documentos e dados institucionais pertinentes ao tema da dissertação. Devido às restrições impostas pela pandemia de Covid-19, a coleta de dados ocorreu de maneira remota, por meio da plataforma Google Forms. A ferramenta possibilitou a entrevista dos 33 professores, gerando automaticamente gráficos que sintetizaram as respostas obtidas.

Conforme Minayo (2007, p. 44), a metodologia não se restringe apenas à definição dos métodos e técnicas de coleta de dados, mas também envolve uma reflexão sobre os caminhos percorridos na investigação:

"(...) a) como a discussão epistemológica sobre o 'caminho do pensamento' que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a 'criatividade do pesquisador', ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas" (MINAYO, 2007, p. 44).

A partir da análise dos gráficos gerados, foi possível identificar a percepção dos professores sobre a tríade educacional — escola, família e aluno —, contribuindo para a compreensão do impacto das práticas educacionais na formação do comportamento discente.

A análise dos gráficos evidenciou a percepção dos professores sobre a relação entre Governo, Escola, docentes e família. A Escola Estadual Júlia Bittencourt, situada no bairro da Compensa, em Manaus, foi estudada por meio de entrevistas e dados do Painel de Gestão Escolar. A escola demonstrou uma gestão democrática com decisões compartilhadas entre gestores e professores, além de um ambiente pedagógico colaborativo.

Os alunos da escola são moradores do bairro da Compensa e da Vila da Prata. O basilar problema detectado no período de vigência da pesquisa foi a falta de contato com os alunos durante a Pandemia, pois nesse período a escola funcionou na modalidade *online*. A escola funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, sendo que nesse último, o índice de evasão foi alto no período de vigência da fase vermelha da Pandemia de Covid 19.

A pesquisa em questão foi também de cunho quantitativo porque houve a necessidade de se buscar coletar dados que pudessem ser traduzidos em números para análises posteriores, o que foi feito a partir do fechamento da pesquisa feita com os 33 professores, via Google Forms, então, os resultados foram cuidadosamente analisados para se chegar a um denominador comum em relação à temática da mesma.

### **3.1 DELIMITAÇÃO TEMPORAL E ESPACIAL**

A pesquisa foi desenvolvida, como já cotado acima, na Escola Estadual Júlia Bittencourt do Sistema Estadual de Educação situada no município de Manaus-AM- BRASIL, junto ao corpo docente da referida escola. A etapa de ensino em estudo é o Ensino Fundamental II, faixa etária de 10 a 14 anos, modalidade que tem apresentado os resultados mais preocupantes. O corte temporal da pesquisa para análise compreende o período de 2014 a 2019 que está dentro do Plano Nacional de Educação de 2014. A pesquisa teve seu desenvolvimento nos anos de 2021 a 2022.

#### **3.1.1 Tipo de Pesquisa**

A pesquisa teve como objetivo compreender a estagnação da aprendizagem no ensino brasileiro, com ênfase na educação promovida pela Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. Essa compreensão deveria estimular uma reflexão mais aprofundada sobre todo o processo político e pedagógico que influenciou os fatos educacionais entre 2014 e 2019. Para isso, optou-se pela pesquisa bibliográfica e pelo modelo analítico, tanto no que se refere à experimentação quanto à pesquisa empírica.

Quanto à abordagem adotada, trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa foi escolhida por considerar aspectos da realidade que não podem ser quantificados, priorizando a compreensão e a explicitação das dinâmicas das relações sociais que envolvem os sujeitos do processo educativo. Então:

Interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106).

A pesquisa qualitativa não se baseia na representação de resultados numéricos, mas na compreensão de um determinado grupo social, organização ou instituição. Os pesquisadores que adotam essa abordagem se opõem à ideia de uma amostra padrão única para todas as ciências, argumentando que as ciências sociais possuem particularidades que exigem uma metodologia específica.

Os pesquisadores qualitativos rejeitam, por assim dizer, o modelo positivista aplicado à vida social, uma vez que o pesquisador não deve fazer juízos de valor nem permitir que seus preconceitos, dogmas ou crenças interfiram na pesquisa (GOLDENBERG, 2007, p. 34, in GERHARDT et al., Orgs, 2019, p. 31). Além disso, aqueles que adotam métodos qualitativos buscam explicar o porquê dos fenômenos e acontecimentos, indicando o que deve ser feito, mas sem quantificar valores ou trocas simbólicas, nem se submeter a provas factuais, pois os dados analisados são não métricos, baseados em interação e suscitação, utilizando-se de diferentes abordagens (p. 35). A pesquisa qualitativa busca alcançar resultados o mais fidedignos possível, objetivo que norteou a entrevista realizada com os 33 professores participantes.

### **3.1.2 Enfoque**

O enfoque desta pesquisa envolveu tanto abordagens quantitativas quanto qualitativas, conforme detalhado na seção anterior. No Quadro 1, são apresentados os aspectos que distinguem essas duas metodologias, incluindo o enfoque na interpretação, a importância do contexto do objeto pesquisado e o alcance do estudo. A pesquisa quantitativa privilegia a objetividade e a generalização dos resultados, enquanto a qualitativa foca na compreensão profunda do fenômeno em seu contexto específico, permitindo uma análise mais detalhada das relações sociais e dos significados atribuídos pelos participantes.

**QUADRO 1**– Comparação dos aspectos da pesquisa quantitativa com os da pesquisa qualitativa.

<b>Aspecto</b>	<b>Pesquisa Quantitativa</b>	<b>Pesquisa Qualitativa</b>
Enfoque na interpretação do objeto	menor	maior
Importância do contexto do objeto pesquisado	menor	maior
Proximidade do pesquisador em relação aos fenômenos estudados	menor	maior
Alcance do estudo no tempo	instantâneo	intervalo maior
Quantidade de fontes de dados	uma	várias
Ponto de vista do pesquisador	externo à organização	interno à organização
Quadro teórico e hipóteses	definidas rigorosamente	menos estruturadas

Fonte: Fonseca (2002, in OLIVEIRA, 2022, p.71).

### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A Escola Estadual Júlia Bittencourt (imagem da escola em anexo 1, p. 104/105), localizada à Av. Brasil, 2845 - Compensa, Manaus - AM, 69036-110, nos turnos Matutino e Vespertino somam 800 alunos matriculados e um corpo docente de 25 professores, em cada um dos turnos matutino e vespertino, que na maioria atuam nesses dois turnos.

O alunado não fez parte de entrevistas ou coleta por questionário, sua importância está nos resultados das participações desta escola nas edições da Prova Brasil (avaliação externa) compreendendo as três edições anteriores – 2015, 2017 e 2019. A meta do questionário feito via Google *Forms* era para que 25 professores respondessem à pesquisa. Um total de 33 professores responderam ao questionário sobre suas práticas educacionais, sua relação com a comunidade e percepção da aplicação das políticas públicas educacionais. Os

dados dessas respostas foram computados e transformados em gráficos a serem apresentados.

### **3.2.1 Sujeitos da Pesquisa**

Foram entrevistados 33 professores dos dois turnos da Escola Estadual Júlia Bittencourt do Sistema Estadual de Educação situada no município de Manaus-AM, turnos matutino e vespertino. A etapa de ensino em estudo foi o Ensino Fundamental II.

## **3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS**

Foi aplicado um questionário – que se encontra no apêndice desta pesquisa – com 12 (doze) perguntas com opções de escolha pré-estabelecidas, variando de A a E, que abordam os três principais problemas no contexto da educação nas escolas brasileiras na atualidade: Governo, Escola (gestão e professores) e Família.

Foram também realizadas leituras analíticas de textos, como artigos científicos, livros, revistas eletrônicas, sites institucionais e documentos legais que subsidiam o ensino no Brasil, a fim de construir uma leitura interpretativa mais fundamentada na teoria/prática educacional, que sustentasse a análise dos dados coletados.

Neste trabalho investigativo sobre as principais causas da grave crise educacional amazonense (a pesquisa em questão foi realizada com professores de uma escola pública estadual da cidade de Manaus-AM), nos três pilares dessa rede de educação: Governo/Escola, Professores e Família, com o objetivo de alcançar uma aprendizagem mais promissora nesse sistema de ensino, foi elaborado e aplicado um questionário via Google Forms aos professores do Ensino Fundamental II, com a colaboração efetiva de 33 (trinta e três) participantes.

### **3.3.1 Procedimentos de Aplicação de Instrumentos**

A aplicação do questionário foi realizada por meio de um formulário eletrônico desenvolvido utilizando a plataforma Google Forms, que foi disponibilizado aos participantes da pesquisa. O link para o questionário foi enviado individualmente aos professores através do aplicativo WhatsApp, garantindo agilidade no processo de coleta de dados e facilitando o acesso ao formulário. A escolha do Google Forms se deu pela praticidade e eficiência da ferramenta, que permite a coleta e organização dos dados de forma automatizada.

Com o objetivo de preservar a identidade e a confidencialidade dos participantes, os professores que aceitaram contribuir com a pesquisa foram informados sobre o termo de consentimento voluntário, assegurando que suas respostas seriam tratadas de maneira confidencial. Essa abordagem visou criar um ambiente de confiança, incentivando os participantes a fornecerem respostas honestas e espontâneas, sem receio de exposição.

Após o preenchimento do formulário, as respostas foram coletadas diretamente pela plataforma, que gerou automaticamente tabelas e gráficos com os dados inseridos. Esses dados foram, então, analisados de forma quantitativa e qualitativa, com o intuito de identificar padrões, tendências e possíveis relações entre as percepções dos professores sobre os temas abordados no questionário. A utilização dos gráficos facilitou a visualização e interpretação dos resultados, tornando a análise mais acessível e clara. A seguir, foram discutidos os resultados obtidos à luz do referencial teórico, a fim de entender as implicações dessas percepções para a pesquisa em questão.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Em relação à análise dos resultados, foi realizada uma leitura panorâmica de todas as respostas obtidas via Questionário Google Forms, analisando, em contrapartida, as paridades e semelhanças entre as respostas fornecidas por cada professor. O objetivo era identificar em quais questões havia discordância, bem como os problemas considerados mais importantes ou imprescindíveis em relação à temática da pesquisa e ao nível de satisfação dos participantes diante das questões levantadas.

Na fase de construção do corpus investigativo, foi necessário preparar o material e analisar as descrições dos dados, o que demandou uma revisão da abordagem metodológica sugerida (qualitativa e quantitativa), garantindo que essas diretrizes orientassem as interpretações e análises.

Diante disso, foi preciso retomar a pergunta central da pesquisa: Quem são os responsáveis pelo baixo índice de qualidade da educação no sistema estadual do Amazonas, que já perdura há uma década?. Segundo Gil (2017, p. 08), uma pesquisa só pode ser iniciada se houver uma pergunta orientadora que indique o objetivo da investigação, bem como uma dúvida cuja resposta se pretende buscar. Pesquisar, portanto, significa buscar ou procurar respostas para determinado problema, sendo que as motivações para a realização de uma pesquisa científica podem ser agrupadas em razões intelectuais (desejo de conhecer pelo próprio interesse no conhecimento) e razões práticas (desejo de conhecer com o intuito de propor algo novo ou realizar algo de maneira mais eficiente).

Para se analisar os dados. As quatro Perguntas específicas. São elas: 1) Considerando aspectos gerais, a escola tem autonomia para gerir seu funcionamento no sistema de ensino estadual do Amazonas?;

2) Quais causas estão implicadas na falta de parceria família/escola no ensino-aprendizagem do Ensino Fundamental II?;

3) Quais pontos devem ser discutidos para entender melhor o papel social do professor na sociedade contemporânea?

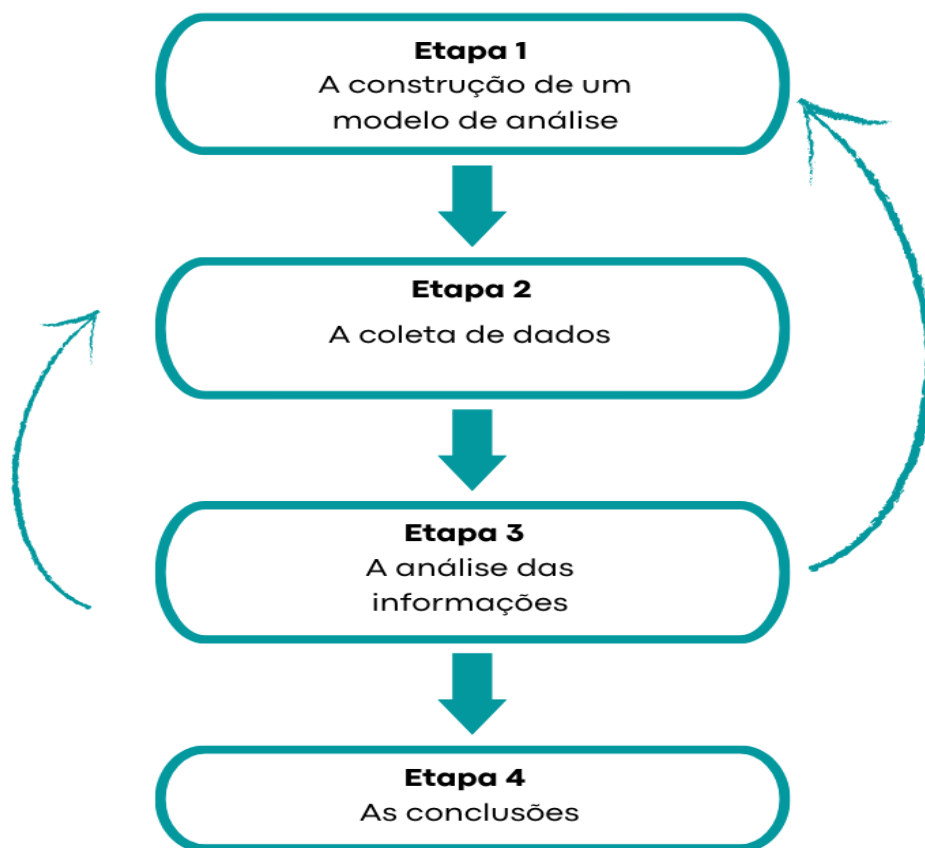
4) Quais políticas públicas educacionais podem ser implementadas na busca da qualidade do ensino?

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, tornou-se essencial revisitar e aprofundar a análise das hipóteses inicialmente levantadas no processo de escrita do projeto de Dissertação. Essas hipóteses foram construídas a partir de uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pelo sistema educacional do Amazonas e suas interseções com a realidade educacional brasileira. Dessa forma, busca-se compreender não apenas os fatores que contribuem para a crise educacional, mas também possíveis caminhos para sua superação, com base em um olhar atento sobre o papel das instituições, dos agentes educacionais e da centralidade do aluno no processo de aprendizagem. A seguir, apresentam-se as hipóteses que fundamentam esta investigação:

- a) **Hipótese 1:** Para o enfrentamento da crise educacional no Amazonas, realidade presente nos sistemas educacionais brasileiros, a possibilidade de uma educação próspera deve, primeiramente, passar por uma postura crítica de suas instituições e agentes, com cada um assumindo seu papel social;
- b) **Hipótese 2:** Um planejamento voltado ao aluno o torna protagonista de sua aprendizagem, em vez de mero coadjuvante. Trata-se de uma interação social que lhe proporciona autonomia e o potencializa, promovendo o resgate de sua autoestima, pois ele passa a ocupar uma posição de destaque no processo educacional;
- c) **Hipótese 3:** O desafio pela qualidade do ensino-aprendizagem no século XXI apresenta uma nova exigência: menos ensino e mais aprendizagem. São dois grandes desafios nos quais o sistema educacional brasileiro ainda se encontra estagnado, segundo os instrumentos de avaliação. Os desafios na educação brasileira são inúmeros, mas, se cada ator educacional assumir com tenacidade seu papel social, a revolução educacional poderá ocorrer, superando a situação vexatória em que se encontra a educação no país.

Para a análise desses resultados, foram consideradas essas três operações, juntamente com as etapas seguintes, conforme explicitadas na figura 1, logo abaixo:

**Figura 1**– Interação entre as etapas da pesquisa.



Fonte: Quivy e Campenhoudt (2015).

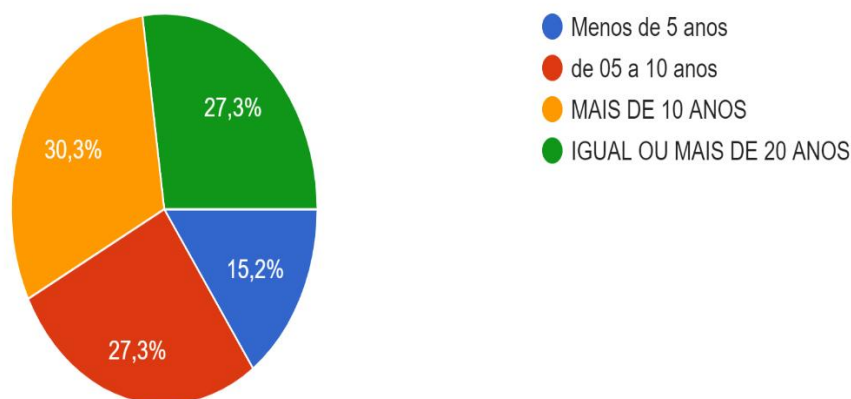
#### 4.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa feita via Google *Forms* apontaram que em relação ao tempo de docência dos 33 professores entrevistados: 15, 25% (5 professores) têm menos de 5 anos no magistério; 27,3% (9 professores) têm entre 5 e 10 anos; 30,3% (10 professores) têm mais de 10 anos; e 27,3 (9 professores) têm igual ou mais de 20 anos. A maioria dos entrevistados têm entre 10 e 20 anos na docência, ou seja, são professores experientes e com uma boa visão do todo do processo que envolve o funcionamento de uma escola. Como mostra o gráfico abaixo:

## Gráfico 2: Há quanto tempo leciona na Rede Estadual de Educação do Amazonas?

Há quanto tempo leciona na Rede Estadual de Educação do Amazonas

33 respostas



Fonte: Pesquisa do autor via Google Forms<sup>12</sup>

Compreende-se que um professor com um tempo de docência entre 10 e 20 anos possui, presumivelmente, um repertório consolidado de experiências e um currículo alinhado às demandas do cotidiano escolar. Dessa forma, conforme descrito na BNCC, espera-se que esse profissional tenha uma visão abrangente dos desafios e das práticas pedagógicas necessárias para uma educação de qualidade,

As aprendizagens essenciais, previstas na BNCC-Educação Básica, a serem garantidas aos estudantes, para o alcance do seu pleno desenvolvimento, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, reiterado pelo art. 2º da LDB, requerem o estabelecimento das pertinentes competências profissionais dos professores (...).(Resolução CNE/CP 2/2019. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de abril de 2020, Seção 1, pp. 46-49.).

<sup>12</sup> Formulário disponível para consulta em: [https://docs.google.com/forms/d/1g3oaN\\_a3oQtslMx7lq1Zl-r6kjl\\_i2xi292oG0Q6oxQ/edit?ts=631bbb2c#responses](https://docs.google.com/forms/d/1g3oaN_a3oQtslMx7lq1Zl-r6kjl_i2xi292oG0Q6oxQ/edit?ts=631bbb2c#responses)

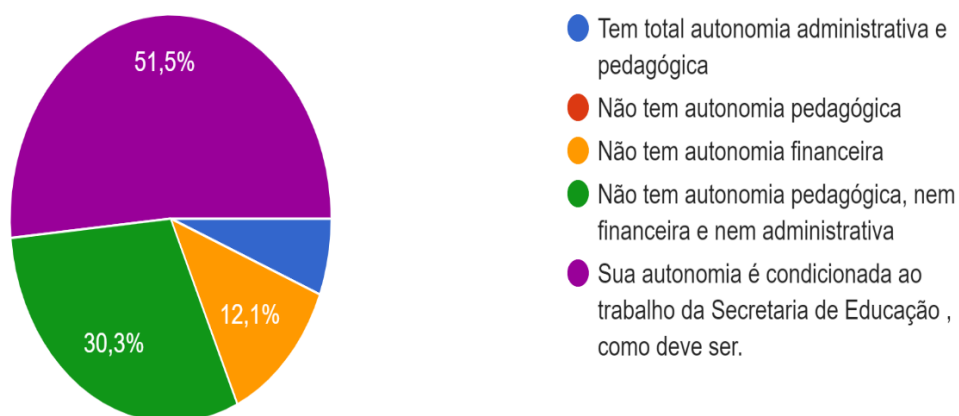
Se entende também que está em andamento um projeto de minimização da autonomia docente e de fragmentação da formação de professores no país (Brasil), com o intuito de se preparar outros e novos trabalhadores, que estejam de acordo com os ditames neoliberais vigentes, sendo a educação a mola principal utilizada pelo sistema ideológico para “formar pessoas resilientes e com competências “socioemociais” adequadas ao momento, o que de forma alguma a maioria dos professores aceita, então, por conta disso, são considerados “subversivos” (Didática e Formação de Professores. Vol. II, p.9, 2021) e tentam lhes calar aceitando a forma como funciona a máquina administrativa escolar, principalmente no que concerne à escolha do Gestor e o relacionamento Gestão/Professor/Alunos e Famílias dos alunos.

A seguir a análise do Gráfico 3, de acordo com as respostas dos entrevistados.

Gráfico 3: Qual sua opinião acerca da autonomia das escolas de Manaus no sistema de ensino estadual?

Qual sua opinião acerca da autonomia das escolas de Manaus no sistema de ensino estadual?

33 respostas



Fonte: Pesquisa do autor via Google Forms

Na pesquisa feita em relação à autonomia das escolas estaduais do Amazonas, cidade de Manaus, onde se centralizou a mesma, o gráfico mostra a visão dos 33 entrevistados a respeito, onde 6, 1% (2 professores) responderam

que a escola tem total autonomia administrativa e pedagógica; 0,0% (0 entrevistado-não houve resposta) respondeu que a escola não tem autonomia pedagógica; 12,1% (4 professores) responderam que a escola não tem autonomia financeira; 30,3% dos entrevistados (10 professores) responderam que a escola não tem autonomia pedagógica, nem financeira e nem administrativa; 51,5% dos entrevistados (17 professores), mais da metade dos entrevistados, responderam que a autonomia da escola é condicionada ao trabalho da Secretaria de Educação ,como deve ser.

O que se pode inferir em relação a pergunta feita aos 33 professores é que mais de 50% concorda em relação à autonomia da escola ser gerenciada pela SEDUC-AM, como mostra o gráfico, enquanto que a outra metade têm opiniões relativas às escolas não possuírem autonomia pedagógica, financeira e administrativa. Em se somando as opiniões contrárias à afirmação de que o certo é a SEDUC gerenciar o financeiro, pedagógico e administrativo (os 51,5%), os outros 48,5%, concordam que esses devem ser gerenciados pela escola, que deve ter autonomia nesses três setores.

No Decreto-Lei nº 137/2012 de 02-07-2012<sup>13</sup>, em seu ANEXO - Republicação do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril - (a que se refere o artigo 8.º) CAPÍTULO II - Regime de autonomia, explicita que:

O projeto educativo, o regulamento interno, os planos anual e plurianual de atividades e o orçamento constituem instrumentos do exercício da autonomia de todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas(...).

Segundo eles, os professores entrevistados, e como citado anteriormente, a autonomia administrativa, financeira e pedagógica, faz com que a escola seja mais facilmente administrada, sem os entraves burocráticos submetidos à Secretaria de Educação, que desconhece a totalidade e as peculiaridades do funcionamento do cotidiano das escolas e da comunidade de seu entorno, cujas necessidades muitas vezes têm urgências que não podem esperar pela autorização da Secretaria de Educação.

A seguir, a análise do Gráfico 4.

---

<sup>13</sup> Disponível em: [http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item\\_id&value=1716243](http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item_id&value=1716243) Acesso em 17/08/2022.

Gráfico 4: Em sua opinião, a Autonomia financeira, pedagógica e administrativa da escola?

03) Em sua opinião, a Autonomia financeira, pedagógica e administrativa da escola

33 respostas



Fonte: Pesquisa do autor via Google Forms

Neste gráfico, se fez pergunta com múltiplas escolhas pré-definidas concernentes à questão da autonomia da escola em relação ao seu administrativo, financeiro e pedagógico, em que: se a escola detém ou possui essa autonomia, 87,9% (29 professores) dos entrevistados responderam que ela “dá maior possibilidade de resolução de problemas específicos no que concerne ao ensino-aprendizagem”; 1% (um professor) optou pela segunda resposta, que “não faz nenhuma diferença na qualidade do ensino-aprendizagem do Ensino Fundamental II”; também 1% (um professor) respondeu a opção que “é um erro, o modelo da SEDUC-AM tem apresentado o resultado possível na aprendizagem do Ensino Fundamental II”; 2% dos entrevistados (2 professores) responderam que “Não tenho conhecimento sobre a autonomia escolar”.

Analisando as respostas acima, percebe-se que a grande maioria dos professores entrevistados reconhece que é fundamental que as escolas tenham autonomia em relação a esses três pilares, pois convivem e conhecem de perto o dia a dia das escolas onde atuam em todas as suas especificidades.

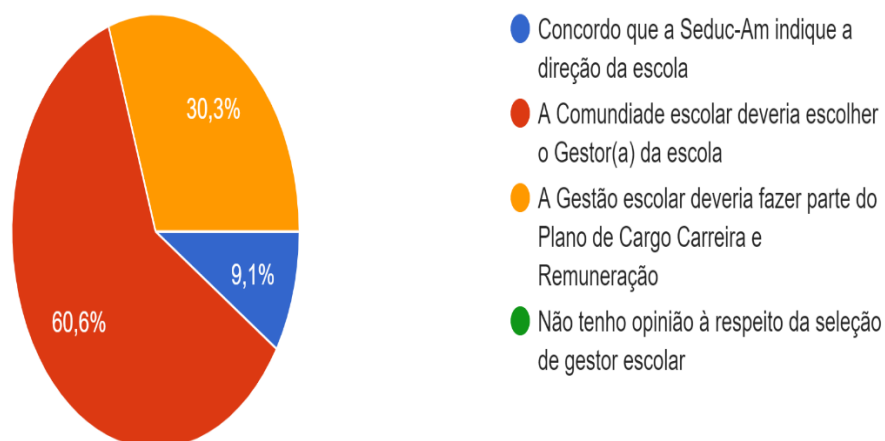
Apenas aqueles que estão diretamente envolvidos conhecem o funcionamento da máquina financeira, pedagógica e administrativa da escola. Os alunos e suas famílias, embora envolvidos indiretamente, percebem as consequências quando algum desses aspectos não funciona adequadamente. No entanto, gestores, pedagogos, professores e demais funcionários compreendem a importância da autonomia, especialmente quando decisões urgentes precisam ser tomadas. A espera pelo aval da SEDUC-AM pode ser demorada e, muitas vezes, comprometer o bom andamento da escola.

A seguir, análise do Gráfico 5.

Gráfico 5: Qual sua compreensão sobre a forma de seleção do Gestor escolar?

Qual sua compreensão sobre a forma de seleção do Gestor escolar?

33 respostas



Fonte: Pesquisa do autor feita via Google Forms

Em relação a essa pergunta com quatro opções de escolhas pré-determinadas como resposta, temos o seguinte resultado: 9,1% dos entrevistados (3 professores) responderam que “Concordo que a SEDUC-AM indique a direção da escola”; a grande maioria, 60,6% dos entrevistados (20 dos 33 professores) responderam que “A Comunidade escolar deveria escolher o

Gestor(a) da escola”; 30,3% dos entrevistados (10 professores) responderam que “A Gestão escolar deveria fazer parte do Plano de Cargo Carreira e Remuneração” e nenhum entrevistado (o resposta) optou pela quarta resposta que seria “Não tenho opinião à respeito da seleção do gestor escolar”.

A pergunta que deu quatro alternativas de respostas era relativa à questão da escolha do Gestor Escolar, que nas escolas públicas estaduais de Manaus-AM é feito via indicação da SEDUC-AM, ou seja, o gestor não é escolhido por votação pela comunidade escolar, mas sim denominado pela Secretaria de Educação Estadual, por escolha técnica e também política, o que nem sempre vai de acordo com a aprovação dos diretamente envolvidos no processo educacional escola-comunidade. A escolha do gestor por parte da Secretaria já acontece faz um bom tempo, desde a década de 80, e antes esse cargo era escolhido pela própria comunidade escolar: funcionários, professores e alunos. Então, essa forma mais democrática de escolher o Gestor possibilitava trocá-lo ao fim de seu mandato caso ele não atendesse aos anseios da comunidade escolar.

Em relação aos objetivos e metas<sup>14</sup> do PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS PEE – AM, em seu Parágrafo 6º, lê-se: “6. Implementar e aperfeiçoar sistemas de gestão com metas, diretrizes, planos de ação e processos de monitoração definidos, a partir de 2008.” (Parágrafo 6, p. 120) e no Parágrafo 16º : “Promover gradativamente a autonomia financeira das unidades escolares públicas através de repasses de recursos criteriosamente definidos, a partir de 2009.” (Parágrafo 16, p. 120). De acordo com Marcilene de Almeida Mattos:

A temática da escolha de gestores escolares, vem sendo debatida, desde o final da década de 1980, com o fim da ditadura militar e com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que a democratização do país era evidenciada. Do mesmo modo, destaca-se o tema na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394 em 1996. Lei responsável pelos passos em direção à gestão democrática, apontando para a importância da participação da comunidade escolar nas decisões voltadas para as políticas educacionais.(MATTOS, 2015, p.19).

---

<sup>14</sup> Plano Estadual da Educação e Qualidade do Ensino/Conselho Estadual de Educação. Plano Estadual de Educação do Amazonas-PEE-AM. Disponível em: [http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee\\_am.pdf](http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee_am.pdf) Acesso em: 12/08/2022.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 26, estabelece que a educação deve seguir um modelo baseado no princípio democrático. No entanto, a forma de escolha dos gestores escolares na rede estadual do Amazonas não está alinhada a esse princípio, uma vez que a indicação pelo Executivo exclui a participação da comunidade escolar no processo decisório. Heloisa Lück (2019), em sua obra *Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências*, aprofunda essa discussão, destacando a importância da gestão democrática para a qualidade da educação.

A imagem a seguir ilustra o conceito de gestão escolar democrática, evidenciando a necessidade de envolver todos os agentes educacionais na tomada de decisões.



Figura 2: Fonte: LÜCK<sup>15</sup>, 2021.

---

<sup>15</sup> Políticas Educacionais, 2021, p.3. Disponível em: [https://livrodigital.uniasselvi.com.br/PED99\\_politicas\\_educacionais/unidade3.html?topico=1](https://livrodigital.uniasselvi.com.br/PED99_politicas_educacionais/unidade3.html?topico=1) Acesso em 20/08/2022.

Já nessa outra imagem, o princípio de Gestão deve abarcar:

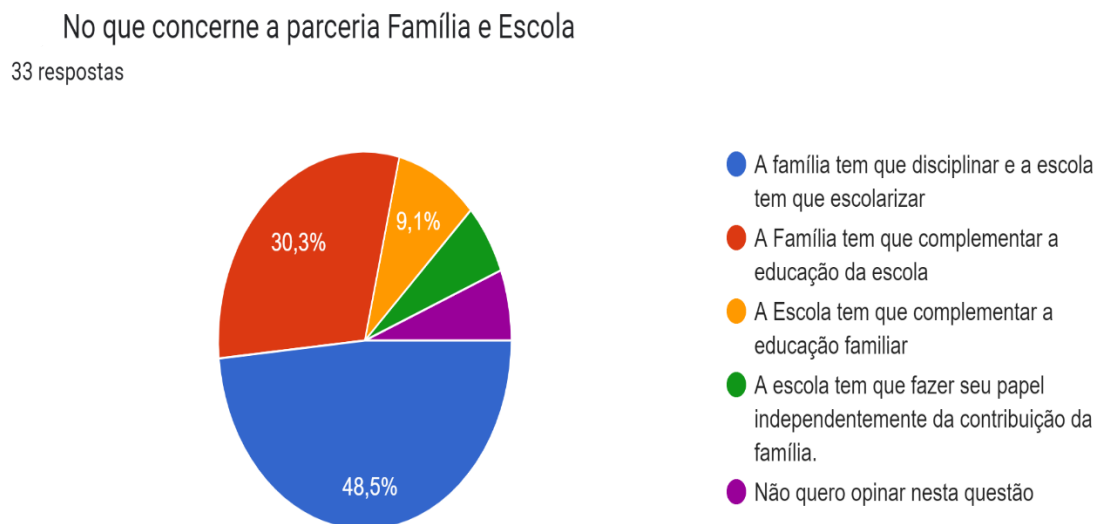


Figura 3: Fonte EduTECH Brasil. Gestão Escolar<sup>16</sup>.

Diante do atual modelo de escolha do Gestor Escolar, torna-se necessária a adoção de um processo mais participativo, no qual a comunidade escolar e seu entorno tenham voz ativa. Duas alternativas viáveis seriam a eleição direta pelos professores, alunos e responsáveis, garantindo maior representatividade, ou a realização de um processo seletivo com critérios técnicos e participação da comunidade na avaliação. Essas medidas possibilitariam uma gestão mais alinhada às necessidades da escola, promovendo maior transparência e eficiência na administração.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://edutechbr.wordpress.com/gestaoescolar/> Acesso em: 23/08/2022.

## Gráfico 6: No que concerne a parceria Família e Escola



Fonte: Pesquisa do autor feita via Google Forms

Neste gráfico com uma pergunta com opções pré-determinadas de múltiplas escolhas, num total de cinco, a primeira opção é: “A família tem que disciplinar e a escola tem que escolarizar”, teve um percentual de 48,5% em relação aos entrevistados (16 dos 33 professores); Já a segunda opção de escolha de resposta: “A Família tem que complementar a educação da escola”, um percentual de 30,3% de entrevistados escolheu essa resposta (10 professores); relativo à terceira opção de resposta: “A Escola tem que complementar a educação familiar”, um percentual de 9,1% dos entrevistados optou por esta resposta (3 professores); e na opção de resposta: “A escola tem que fazer seu papel independentemente da contribuição da família” um total de 6,1% optou por esta (2 professores) e em relação à última opção de resposta: “Não quero opinar nesta questão” um total de 6,1% optou por esta (2 professores).

Retomando a alternativa de resposta **“A família tem que disciplinar e a escola tem que escolarizar”**, que foi escolhida por 48,5% dos entrevistados (16 dos 33 professores), observa-se que mais da metade dos participantes concorda

com essa perspectiva. Esse resultado indica uma visão ainda predominante entre os docentes de que a escola deve focar no ensino formal, enquanto a disciplina e a formação ética e moral são responsabilidades primárias da família.

Essa percepção pode estar relacionada a uma compreensão tradicional do papel da escola e da família na educação das crianças e adolescentes. No entanto, conforme apontam diversas pesquisas na área da educação, a parceria entre família e escola é essencial para um desenvolvimento integral do aluno. Quando ambas as partes compartilham responsabilidades e atuam de maneira complementar, os resultados tendem a ser mais positivos, tanto no aspecto acadêmico quanto no socioemocional.

A escolha majoritária dessa alternativa também pode refletir desafios enfrentados pelos professores no dia a dia escolar, como a falta de envolvimento de algumas famílias no processo educativo e a sobrecarga de demandas atribuídas à escola. Esse cenário reforça a necessidade de diálogo entre escola e família para alinhar expectativas e fortalecer a corresponsabilidade na educação dos alunos.

Na escola existe todo um conjunto de professores capazes de poder ajudar e acompanhar não só os alunos como também os encarregados de educação, podendo neste caso, dar pistas educativas, com vista a que os pais possam e consigam perceber as dificuldades e lacunas a preencher nas mais variadas disciplinas. Tudo isto tornaria a relação entre escola-família um pouco mais próxima e promotora de uma saudável construção relacional. (PICANÇO, 2012, p.13).

De acordo com Bloom (1982) e Colgan (1997), citados por Pereira (2008, p. 27), a atmosfera familiar pode ser favorável ou desfavorável ao desenvolvimento da capacidade geral do aluno para a aprendizagem. Para que o ambiente familiar contribua positivamente para esse processo, o fator mais relevante não é o status socioeconômico dos pais nem seus conhecimentos formais, mas sim seu comportamento e atitude em relação à educação dos filhos.

O papel dos pais na formação educacional dos filhos envolve as práticas adotadas em casa e os valores transmitidos. Quando esses elementos são estruturados com princípios sólidos e incentivo ao aprendizado, a relação do aluno com a escola tende a ser mais positiva, favorecendo seu desempenho acadêmico.

A segunda opção de resposta, **“A família tem que complementar a educação da escola”**, foi escolhida por 30,3% dos entrevistados (10 professores). Essa alternativa, na verdade, contraria o que normalmente se espera, pois é a escola que deve dar continuidade à educação recebida pelo aluno no ambiente familiar ou, no mínimo, posicionar-se com respeito em relação a ela.

Conforme citado anteriormente, caso essa educação esteja em conformidade com os princípios estabelecidos pela legislação que protege os direitos das crianças e adolescentes — o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegurado na Constituição Federal de 1988 —, cabe à escola respeitá-la e incentivá-la. O ECA determina o dever compartilhado da família, da sociedade e do Estado na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, estabelecendo que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (Artigo 227 da Constituição Federal de 1988).

Mas em se tratando de a escola ter que educar o aluno e a família complementar essa educação? Quanto a isso, a Constituição de 1988 é bem clara: quem primeiro aparece como principal responsável pela criança e pelo adolescente é a família. Então, a questão de a educação partir primeiro da escola, que no caso representa o Estado, está errada e equivocada, segundo as leis que regem a Constituição Federal do Brasil, mas que infelizmente a maioria das famílias ou desconhecem ou ignoram esse fato por talvez lhes ser conveniente. Fato é que a família, por lei, tem que ser a detentora dessa responsabilidade.

Em relação à terceira opção de resposta, **“A escola tem que complementar a educação familiar”**, 9,1% dos entrevistados (3 professores) escolheram essa alternativa. No entanto, essa afirmação, embora pareça imprecisa, reflete uma verdade legal: a educação da criança é responsabilidade da família, conforme a Constituição Federal. A escola, por sua vez, tem o dever de complementar essa educação, oferecendo o ensino formal e estruturado

necessário ao desenvolvimento cognitivo e social dos alunos. Assim, a educação familiar e escolar têm papéis complementares, mas distintos.

Picanço ainda dá outros esclarecimentos acerca do papel da família:

A família, espaço educativo por excelência, é vulgarmente considerada o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo, no qual se “criam” e “educam” as crianças, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma existência própria. Lugar em que as pessoas se encontram e convivem, a família é também o espaço histórico e simbólico do qual se desenvolve a divisão do trabalho, dos espaços, das competências, dos valores, dos destinos pessoais de homens e mulheres. A família revela-se, portanto, um espaço privilegiado de construção social da realidade em que, através das relações entre os seus membros, os factos do quotidiano individual recebem o seu significado. (DIOGO, 1988, p.37 in PICANÇO, 2012, p.20).

A importância da família como instituição fundamental para a sociedade é amplamente reconhecida, tanto em termos sociais quanto legais. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1984, define a família como o elemento essencial para o bem-estar de seus membros:

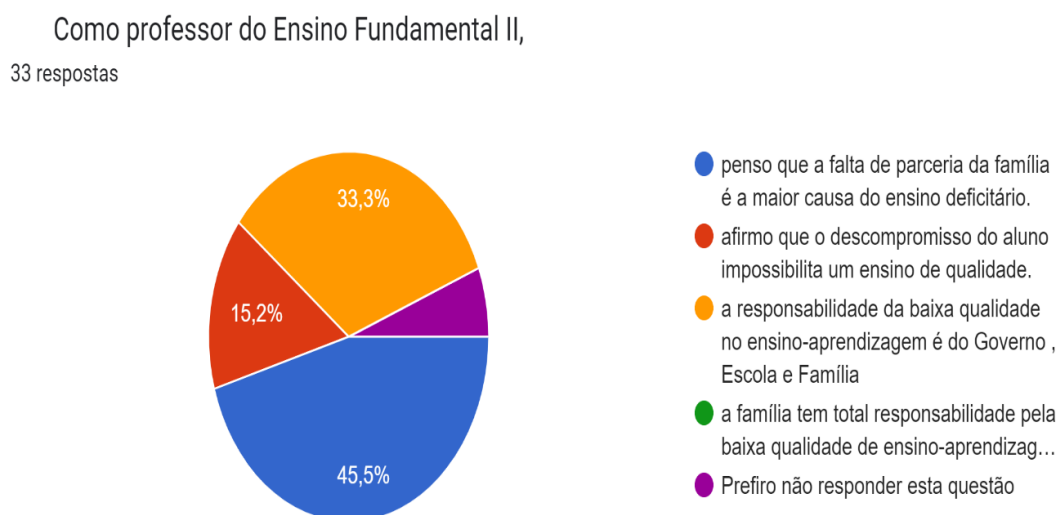
Considerada a instituição social básica a partir da qual todas as outras se desenvolvem, a mais antiga e com um carácter universal, pois aparece em todas as sociedades, embora as formas de vida familiar variem de sociedade para sociedade. A Organização das Nações Unidas (ONU) em 1984, refere a Família como o elemento de base da sociedade e o meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros. (PEREIRA, 2008, p.43).

A quarta opção de resposta, “A escola tem que fazer seu papel independentemente da contribuição da família”, foi escolhida por 6,1% dos entrevistados (2 professores). No entanto, essa visão ignora a interdependência entre escola e família no processo educativo. A escola não pode assumir sozinha a totalidade da formação do aluno, uma vez que a educação extrapola o ambiente escolar e envolve aspectos morais, culturais e sociais transmitidos no convívio familiar. Concordamos, portanto, com Pereira (2008), que define a família como a base para o crescimento e bem-estar de seus membros, sendo essencial para a formação integral do estudante.

A quinta e última opção de resposta, “Não quero opinar nesta questão”, foi escolhida por dois professores, correspondendo a 6,1% dos entrevistados. A omissão diante de um tema tão relevante não pode ser ignorada, pois o educador

desempenha um papel fundamental na transformação da realidade escolar e familiar. Sua participação ativa no debate sobre a relação entre escola e família é essencial para a construção de uma educação mais integrada e eficiente. Evitar essa discussão significa abdicar da responsabilidade de contribuir para melhorias no processo educativo.

Gráfico 7: Como professor do Ensino Fundamental II



Fonte: Pesquisa do autor feita via Google Forms

O Gráfico 7 apresenta a percepção dos professores do Ensino Fundamental II sobre a qualidade do ensino. A maioria (45,5% – 15 professores) atribui o ensino deficitário à falta de parceria da família, enquanto 15,2% (5 professores) apontam o descompromisso do aluno como fator determinante. Para 33,3% (11 professores), a responsabilidade é compartilhada entre governo, escola e família. Nenhum docente (0,0%) considera a família como única responsável, e 6,1% (2 professores) optaram por não responder.

Em relação à análise das opções de respostas e as escolhas feitas pelos 33 professores entrevistados, observa-se que a grande maioria infere que a falta de parceria entre a família e a escola é a grande responsável pelo ensino deficitário nas escolas públicas, o que vai de encontro a afirmação de inúmeros teóricos e pesquisadores sobre essa temática, como por exemplo:

A família e a escola enquanto instituições indispensáveis ao processo de aprendizagem tem como objetivo primordial, o ato educativo, nesse contexto, emerge atitudes capazes de propiciar o desenvolvimento humano.” Nesse sentido o autor ainda salienta para que a família não é só responsável pela manutenção da vida e desenvolvimento dos indivíduos que nela estão inseridos como também pelo processo educativo. (...) A família é a primeira instituição formadora da criança, em suma é a referência primária, a partir do grupo familiar são construídos os valores, os conceitos sobre o mundo, sobre as regras do convívio social. Daí decorre a supremacia familiar, e compreender as relações entre a mesma e a escola são necessárias para que haja um processo educacional digno. (RIBEIRO, 2011, in LUCIANO, 2018, p.16).

A família e a escola desempenham papéis fundamentais no processo educativo, sendo a família a primeira referência da criança na construção de valores e conceitos sobre a sociedade. A interação entre ambas é essencial para garantir um desenvolvimento educacional sólido e significativo.

A harmonia entre família e escola é tão necessária devido a importância que essas duas instituições têm na formação do indivíduo. Considerando que as relações familiares no mundo contemporâneo estão cada vez mais complexas, o que se apresenta como mais um obstáculo em relação ao sucesso escolar dos alunos. (LUCIANO, 2018, p. 16).

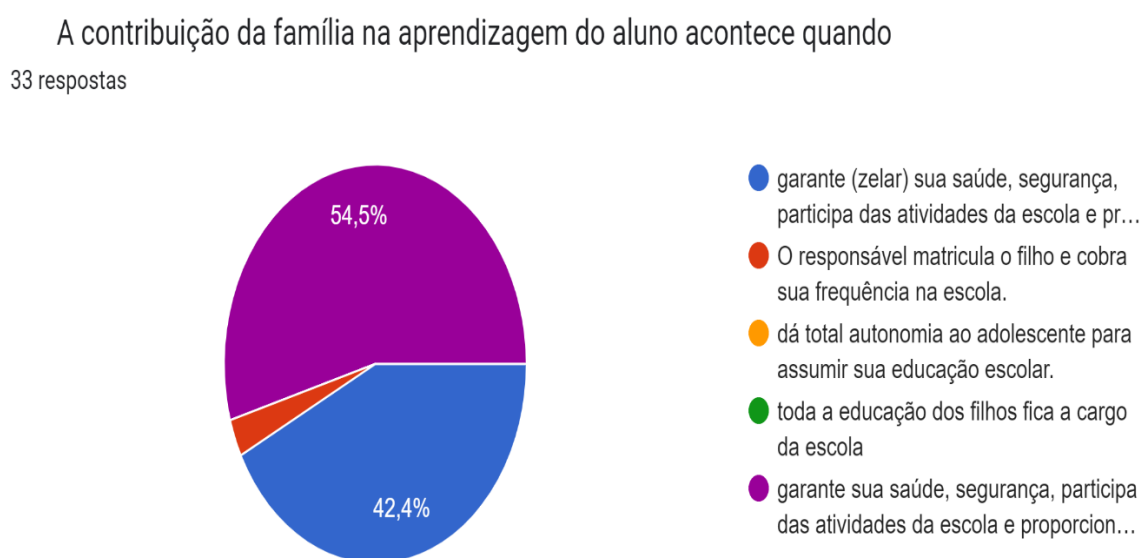
Quanto à segunda opção, escolhida por 15,2% dos professores, que atribui a baixa qualidade do ensino ao descompromisso do aluno, percebe-se uma possível negligência ou desconhecimento das leis que asseguram a educação como responsabilidade compartilhada entre Estado, família e escola.

A terceira opção de resposta, escolhida por 33,3% dos entrevistados, reflete a perspectiva de que a baixa qualidade do ensino-aprendizagem é uma responsabilidade compartilhada entre governo, escola e família. Essa visão está alinhada com a Constituição Federal de 1988, que estabelece a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família, com a participação da sociedade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reforça essa ideia, ao definir a educação como um dever conjunto, visando ao desenvolvimento integral do aluno, sua formação cidadã e preparação para o trabalho:

“Art.2º: A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL,1996).”

A ausência de respostas para a quarta opção, que atribui à família total responsabilidade pela baixa qualidade do ensino-aprendizagem, indica que os professores reconhecem que essa responsabilidade não recai exclusivamente sobre a família. Já a quinta opção, “Prefiro não responder esta questão”, foi escolhida por 6,1% dos entrevistados, sugerindo uma possível hesitação ou falta de posicionamento sobre o tema.

Gráfico 8: A contribuição da família na aprendizagem do aluno acontece quando:



Fonte: Pesquisa do autor feita via Google Forms

No Gráfico 8, cuja pergunta apresenta cinco opções de resposta sobre a contribuição da família na aprendizagem do aluno, a opção mais escolhida, com 42,4% das respostas (14 professores), foi: “garante (zelar) sua saúde, segurança, participa das atividades da escola e proporciona um ambiente familiar saudável.”

A família desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem. Embora a Constituição Brasileira estabeleça que a educação é um direito garantido e uma responsabilidade compartilhada entre a família e o Estado, muitos ainda delegam exclusivamente à escola a tarefa de educar.

Como destaca Luciano (2018, p. 14), famílias transferem integralmente à instituição escolar o processo educativo de seus filhos e filhas.

A segunda opção de resposta: “O responsável matricula o filho e cobra sua frequência na escola.” obteve 3% das respostas (1 professor), refletindo a limitação dessa ação para o adequado desenvolvimento educacional do aluno. A participação familiar no ambiente escolar é essencial para o processo de ensino e aprendizagem, pois família e escola constituem os principais pilares que proporcionam suporte ao estudante. Quando atuam de forma conjunta e atenta, ambas podem identificar e superar eventuais dificuldades de aprendizagem, contribuindo de maneira eficaz para o desenvolvimento do aluno. Como destaca Sousa (2012, p. 6), essa conexão fortalece o apoio necessário para que ele enfrente os desafios educacionais.

A terceira e a quarta opção de resposta não foram escolhidas pelos entrevistados: “dá total autonomia ao adolescente para assumir sua educação escolar”; “toda a educação dos filhos fica a cargo da escola”.

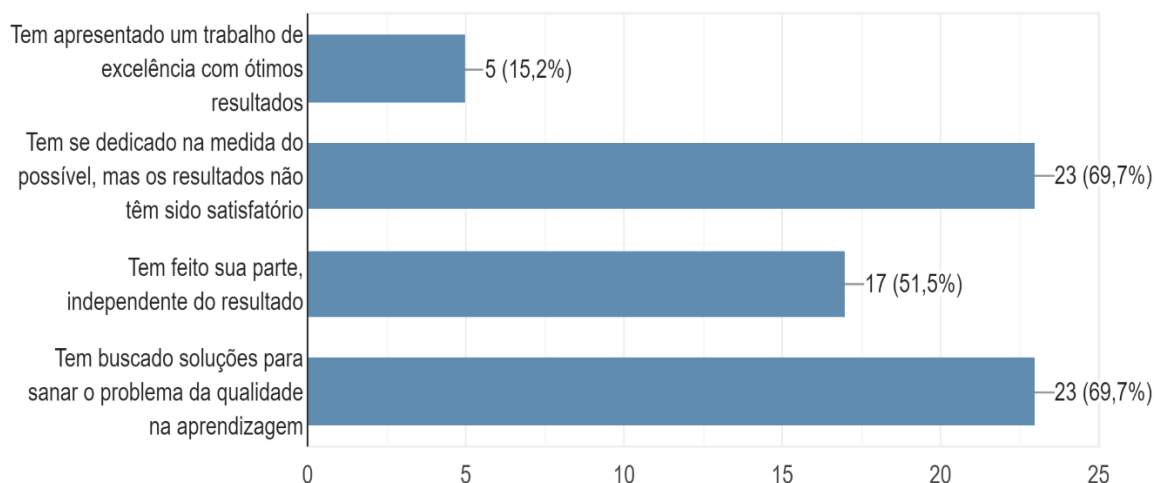
A quarta opção foi a mais votada, com 54,5% das respostas (18 professores), e trata da contribuição da família na aprendizagem do aluno, que ocorre quando esta garante sua saúde, segurança, participa das atividades escolares e proporciona um ambiente familiar saudável. A ampla escolha dessa alternativa reflete não apenas o alinhamento com o que é assegurado pelas leis brasileiras — como a Constituição, a LDB e o ECA —, mas também a percepção dos professores, que vivenciam diariamente a influência desse suporte familiar no processo de ensino-aprendizagem.

O envolvimento da família é essencial tanto para o desenvolvimento do aluno enquanto estudante quanto para sua formação integral como ser humano. Um ambiente familiar estruturado e participativo favorece a motivação, a disciplina e o interesse pelo aprendizado, reduzindo índices de evasão e dificuldades escolares. Dessa forma, os professores reconhecem que a parceria entre escola e família é um fator determinante para a qualidade da educação e para o sucesso acadêmico dos alunos, fortalecendo a corresponsabilidade de ambos na construção do conhecimento.

Gráfico 9: Considerando o contexto educacional de hoje, como tem sido a atuação do professor no ensino da educação básica (pode marcar mais de uma opção).

07) Considerando o contexto educacional de hoje, como tem sido a atuação do professor no ensino da educação básica (pode marcar mais de uma opção)

33 respostas



Fonte: Pesquisa do autor feita via Google Forms

Este quadro de perguntas com cinco opções de resposta refere-se à questão: "Considerando o contexto educacional atual, como tem sido a atuação do professor no ensino da educação básica?" (com possibilidade de múltiplas escolhas). As respectivas respostas foram transformadas no gráfico acima. O diferencial desta questão, em relação às anteriores, é que ela permite ao entrevistado selecionar mais de uma opção.

Na opção de resposta "Tem apresentado um trabalho de excelência com ótimos resultados", o percentual foi de 15,2% (5 entrevistados). Esse dado demonstra que, ainda que o professor desenvolva um trabalho de excelência, os resultados nem sempre são plenamente positivos. Se analisarmos o contexto da sala de aula no processo de ensino-aprendizagem, observamos fatores que influenciam esses resultados, como o excesso de alunos por turma, os déficits de aprendizagem acumulados ao longo dos anos

e a heterogeneidade dos estudantes em relação ao conhecimento prévio. Dessa forma, o impacto do trabalho docente varia dentro de uma mesma turma, exigindo que o professor adote diferentes estratégias de ensino para um mesmo conteúdo.

A segunda opção de resposta, "Tem se dedicado na medida do possível, mas os resultados não têm sido satisfatórios", foi escolhida por 69,7% (23 entrevistados). Esse resultado evidencia que os professores enfrentam uma realidade desafiadora na sala de aula, que exige a adoção de novas ou diferentes estratégias pedagógicas para superar os obstáculos e melhorar os resultados. O primeiro passo para reverter esse quadro é realizar um diagnóstico preciso das dificuldades enfrentadas. No entanto, essa não é uma tarefa exclusiva do professor; é fundamental que ele conte com o apoio da equipe gestora e pedagógica, bem como da família. Esse pensamento está alinhado com Ferraz (2008, p. 34):

Todas as modalidades devem ter como objetivo principal a efetivação do processo de aprendizagem do educando e sua formação como um todo no que diz respeito às competências cognitivas, sociais e afetivas. Questões relevantes ao comportamento de aprendizado do aluno são normalmente alteradas de acordo com características inerentes ao ambiente e ao conteúdo com o qual o estudante interage.

A terceira opção de resposta, "Tem feito sua parte, independente do resultado", foi escolhida por 51,5% (17 professores). Essa resposta levanta um questionamento: o que significa "fazer a minha parte" no contexto escolar? Ao optar por essa alternativa, o professor parece indicar que seu trabalho prossegue independentemente de o aluno assimilar ou não os conteúdos, estar atento às aulas ou demonstrar interesse. No entanto, essa é, de fato, a melhor postura a ser adotada? Segundo Silva et al. (2017, p. 8): "Para que o aluno obtenha esse domínio, a escola, como local de aprimoramento e expansão dos saberes, precisa assegurar ao discente o direito ao conhecimento para desempenhar as funções necessárias que a sociedade exige". Esse direito, no contexto escolar, é uma responsabilidade compartilhada entre professor, equipe pedagógica, família e demais agentes educacionais.

Para alcançar resultados positivos em sala de aula, o professor deve possuir conhecimento suficiente para identificar as dificuldades

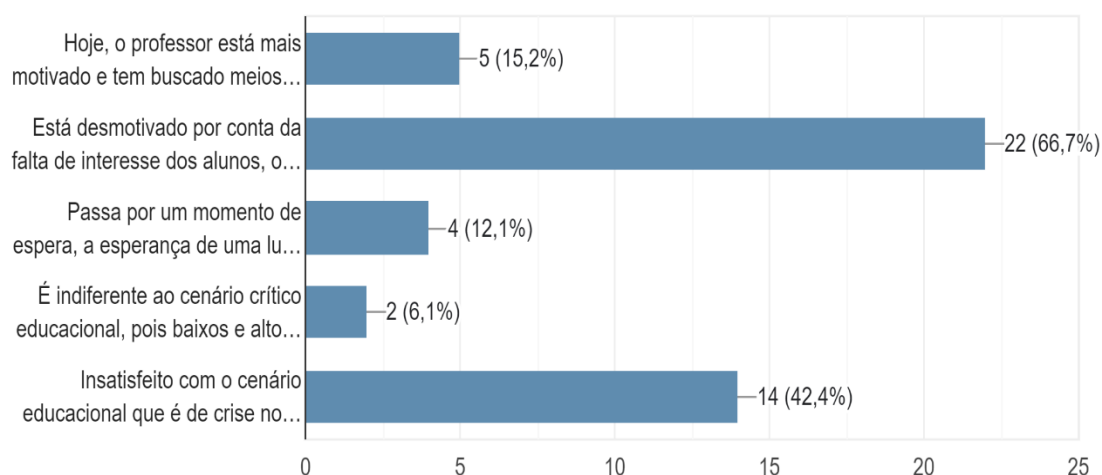
específicas de aprendizagem dos alunos e saber como trabalhar com aqueles que enfrentam maiores desafios. Com base nesses conhecimentos e com o auxílio de especialistas, é possível modificar essa realidade (SILVA et al., 2017, p. 16).

Por fim, a última opção de resposta, "Tem buscado soluções para sanar o problema da qualidade na aprendizagem", obteve o mesmo percentual da segunda opção, 69,7% (23 entrevistados). Esse dado revela que muitos professores, ao se depararem com dificuldades no cotidiano escolar e no processo de ensino-aprendizagem, buscam estratégias para superar esses desafios e melhorar a qualidade da educação.

Gráfico 10: Professor(a), sente-se MOTIVADO para realizar sua função? Por favor, marque a(s) alternativa(s) que melhor se aproxima de sua opinião.

Professor(a), sente-se MOTIVADO para realizar sua função? Por favor, marque a(s) alternativa(s) que melhor se aproxima de sua opinião.

33 respostas



Fonte: Pesquisa do autor feita via Google Forms

Este gráfico aborda um dos principais desafios enfrentados pelos professores no exercício de sua profissão: a insatisfação, decorrente de diversos fatores, especialmente a falta de incentivo por parte do Estado, das famílias e da própria escola, que, em muitas situações, não oferece o suporte necessário ao

profissional. Essas circunstâncias podem levar ao abandono da carreira, além de estresse e afastamentos por motivos de saúde mental.

A primeira opção de resposta do gráfico, **"Hoje, o professor está mais motivado e tem buscado soluções para enfrentar o desafio da baixa qualidade de ensino"**, foi escolhida por **15,2% (5 professores)**. Esse resultado não reflete o cenário atual da motivação docente diante dos desafios enfrentados no ensino-aprendizagem e no cotidiano escolar. A insatisfação da categoria é evidenciada pelo percentual da segunda opção de resposta, que aponta desmotivação e obteve **66,7% de escolha**.

A segunda opção de resposta, **"Está desmotivado por conta da falta de interesse dos alunos, o desinteresse da família e a desvalorização da profissão"**, foi selecionada por **66,7% (22 professores)**.

Além disso, a experiência profissional e os aspectos comportamentais tendem a se modificar com o tempo. O processo de envelhecimento pode influenciar a maneira como os professores lidam com turmas barulhentas e inquietas, especialmente aqueles que já se encontram em uma faixa etária na qual a tolerância a tais comportamentos se reduz. Essa questão merece reflexão dentro da categoria. **(NOGUEIRA, 2018, p. 16)**.

A terceira opção de resposta, **"Passa por um momento de espera. A esperança de uma luz que indique o melhor caminho para um ensino de qualidade"**, foi assinalada por **12,1% (4 professores)**. No entanto, essa perspectiva não se sustenta diante das exigências pedagógicas e das dificuldades de aprendizagem dos alunos, pois o cronograma letivo não pode ser interrompido enquanto se aguarda uma solução.

A quarta opção de resposta, **"É indiferente ao cenário crítico educacional, pois baixos e altos resultados são consequências naturais nas redes de ensino"**, foi escolhida por 6,1% dos entrevistados (2 professores). Essa afirmação, no entanto, não condiz com a realidade educacional. Os resultados, sejam eles positivos ou negativos, não ocorrem de maneira aleatória ou natural, mas são reflexo direto das condições estruturais, pedagógicas e institucionais que permeiam o processo de ensino-aprendizagem. Fatores como investimento na formação docente, apoio pedagógico, envolvimento da família, políticas educacionais e condições de trabalho exercem influência determinante sobre o desempenho escolar.

A quinta e última opção de resposta, "Insatisfeito com o cenário educacional, que é de crise no ensino-aprendizagem", obteve um percentual de escolha de 42,4% (14 professores). Quanto a essa questão, de acordo com Nogueira:

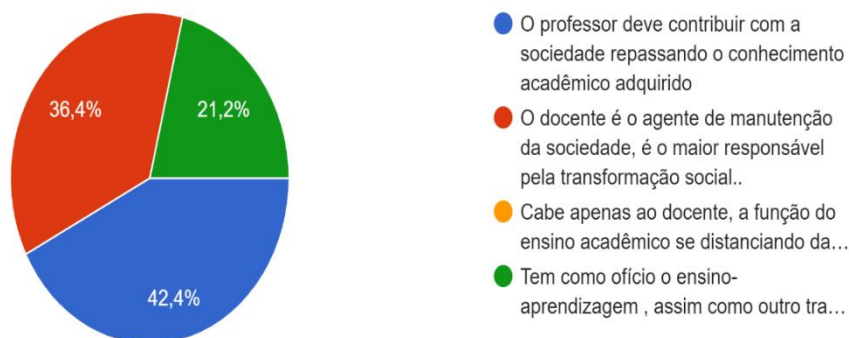
A questão de identificar os limites de tolerância a frustração, se o(a) professor(a) é capaz de se perceber quando está alterado em seu nível de suportar acúmulos de problemas. Pergunta-se: o que fazem quando se percebem no limite de sua tolerância às situações frustrantes? Parece-nos que o comportamento habitual é omitir-se de si mesmo, se escondendo na tristeza e impotência; isto porque, a maioria se diz satisfeitos com a profissão de docentes. (NOGUEIRA, 2018, p. 12).

frustração dos professores cresce à medida que se veem sobrecarregados com questões que deveriam ser compartilhadas entre a família, a equipe gestora, a equipe pedagógica e o próprio docente. Esse desgaste tem levado muitos profissionais ao esgotamento, resultando em afastamentos por problemas de saúde decorrentes de um ambiente de trabalho exaustivo. Nas escolas da rede estadual de ensino, é comum observar professores sendo removidos da sala de aula e realocados em outras funções devido à impossibilidade de retornarem à docência.

Gráfico 11: Marque a alternativa que melhor representa em sua opinião a função social do professor

09) Marque a alternativa que melhor representa em sua opinião a função social do professor.

33 respostas



Fonte: Pesquisa do autor feita via Google Forms

O Gráfico 11 apresenta a alternativa que melhor representa a função social do professor, com quatro opções de resposta. A primeira opção, **“O professor deve contribuir com a sociedade repassando o conhecimento acadêmico adquirido”**, foi escolhida por 42,4% dos entrevistados (14 professores). Embora essa seja, de fato, uma das funções do professor, trata-se, sobretudo, de uma função pedagógica. A função social do docente vai além do repasse do conhecimento acadêmico, pois envolve sua inserção e participação ativa tanto no ambiente escolar quanto na comunidade em que a escola está situada.

A segunda opção, **“O docente é o agente de manutenção da sociedade, sendo o maior responsável pela transformação social”**, foi escolhida por 36,4% dos entrevistados (12 professores). No entanto, essa afirmação atribui ao professor uma responsabilidade que ele, isoladamente, não pode suportar, pois a transformação social é um dever coletivo. Conforme previsto na **Constituição Federal de 1988**, os direitos sociais estão assegurados no artigo 6º:

“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Assim, a função social não é exclusiva do professor, mas de toda a sociedade. Além disso, a atual Constituição, alinhada à de 1946, reforça princípios fundamentais para a população brasileira, conforme exposto no artigo 1º, especialmente nos incisos III e IV, que tratam da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

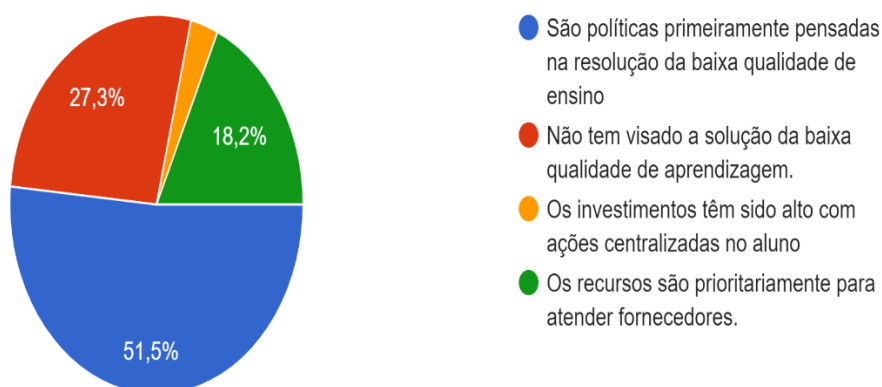
A terceira opção, **“Cabe apenas ao docente a função do ensino acadêmico, distanciando-se das questões familiares ou problemas extraclasses”**, não foi escolhida por nenhum dos entrevistados (0,0%).

A quarta opção, **“Tem como ofício o ensino-aprendizagem, assim como outro trabalhador tem sua profissão”**, foi selecionada por 21,2% dos entrevistados (7 professores). Embora essa resposta seja verdadeira, a função social do professor não se limita ao ensino-aprendizagem. Como já mencionado, sua atuação abrange todo o contexto escolar, incluindo a equipe gestora, administrativa, pedagógica, os alunos e a comunidade, representada pelas famílias dos envolvidos no processo educacional.

Gráfico 12: No que tange às Políticas Públicas implementadas na rede estadual de ensino do Amazonas no PNE vigente, responda o que mais se aproxima de sua opinião

10) No que tange às Políticas Públicas implementadas na rede estadual de ensino do Amazonas no PNE vigente, responda o que mais se aproxima de sua opinião

33 respostas



Fonte: Pesquisa do autor feita via Google Forms

O gráfico apresenta quatro opções de resposta sobre as "Políticas Públicas implementadas na Rede Estadual de Ensino do Amazonas no PNE vigente". A primeira opção, "São políticas primeiramente pensadas na resolução da baixa qualidade de ensino", foi escolhida por 51,5% dos entrevistados (17 professores), sendo a alternativa com maior adesão.

Determinados teóricos afirmam que a função da educação está diretamente ligada à responsabilidade do Estado em garantir a oferta educacional e promover a permanência de todos no sistema de ensino. Dessa forma, essa característica se alinha à noção do direito individual do educando.

Oliveira (2007) explicita que o aumento do acesso ao ensino fundamental ocorrido nas últimas décadas constitui um indicador de que a qualidade da educação está melhorando, pois beneficia o cidadão historicamente excluído. A ampliação do ensino fundamental, por conseguinte, estimula a busca por níveis superiores de ensino e impõe novos desafios ao sistema, como a superação do aprendizado insuficiente, dos elevados índices de reprovação e do abandono

escolar. Ademais, conforme Cunha (2007), a expansão de vagas atrai diferentes usuários para a escola, resultando em novas exigências para a qualidade do ensino.

Críticas à Política de Valorização – Essa política é defendida por várias autoridades como parte da retomada da qualidade do ensino-aprendizagem. No entanto, para que se obtenham avanços, a pressão dos movimentos sociais, sindicatos e associações tem se mostrado fundamental, resultando em greves e reivindicações. Ainda assim, a valorização docente é uma política educacional prevista no Plano Estadual de Educação de 2015, destacando-se a Meta 17 – Valorização do Professor, composta por oito itens, e a Meta 18 – Plano de Cargos, Carreiras e Salários.

A segunda opção de resposta, “Não tem visado a solução da baixa qualidade de aprendizagem”, foi escolhida por 27,3% dos entrevistados (9 professores). Esse resultado indica que a maioria dos professores não acredita que as políticas públicas implementadas na Rede Estadual de Ensino do Amazonas sejam eficazes para solucionar a baixa qualidade do aprendizado dos alunos.

A terceira opção, “Os investimentos têm sido altos com ações centralizadas no aluno”, foi escolhida por apenas 3% dos entrevistados (1 professor), evidenciando que a grande maioria dos docentes não concorda com essa afirmação. Ou seja, segundo os entrevistados, o governo tem investido pouco em ações direcionadas ao aluno e ao seu aprendizado. A baixa escolha dessa opção reflete a realidade de uma política equivocada praticada na rede estadual de ensino do Amazonas.

Quando se discute a centralização do aluno nas políticas públicas, deve-se partir da premissa de que cada decisão política é pautada na necessidade do estudante. Perguntas como: “Esse projeto realmente beneficia o aluno?”, “Como a valorização do professor pode melhorar a aprendizagem do estudante?”, “A implementação de um laboratório de informática pode elevar a qualidade do ensino?”, “Quais alimentos são mais saudáveis e apreciados pelos alunos?”, “Qual uniforme escolar atende melhor às necessidades dos estudantes?” e “Quais práticas esportivas favorecem a integração saudável dos alunos?” são essenciais para orientar uma política educacional efetiva. Assim, centralizar o

aluno nas políticas educacionais significa implementar uma política de Estado que garanta uma qualidade de ensino duradoura.

A quarta e última opção, “Os recursos são prioritariamente para atender fornecedores”, foi escolhida por 18,2% dos entrevistados (6 professores), sendo a terceira alternativa mais votada. Essa resposta reflete uma visão crítica dos professores sobre a forma como o governo estadual, por meio da Secretaria de Educação, administra as verbas destinadas à educação.

De acordo com essa perspectiva, os recursos educacionais no âmbito do PNE vigente estariam sendo direcionados prioritariamente para acordos entre o governo e fornecedores, visando o lucro privado, em detrimento dos investimentos necessários para a melhoria da educação.

Toda a folha de pagamento do magistério é coberta pelo FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, sendo 60% obrigatoriamente destinados ao pagamento de salários e 40% para manutenção, podendo ser utilizados para remuneração, atividades complementares ao ensino, cursos, entre outros. O Estado do Maranhão e o Ceará são exemplos de boas práticas na aplicação desses recursos.

Entretanto, mesmo com o aumento da arrecadação estadual ao longo dos anos, o governo do Amazonas não tem priorizado investimentos na educação, e a remuneração dos profissionais da área continua defasada. Além disso, os recursos públicos têm sido direcionados para gastos com serviços e fornecedores, sem atender integralmente às metas do Plano Estadual de Educação.

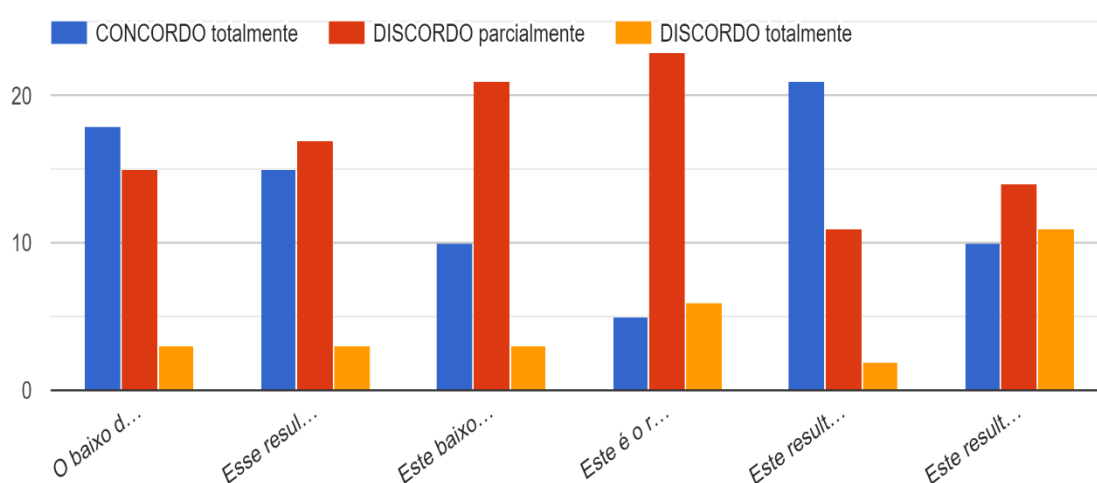
Dessa forma, evidencia-se uma crítica à aplicação dos 40% dos recursos do FUNDEB, que poderiam ser mais bem direcionados para fortalecer não apenas a valorização dos professores e profissionais administrativos, mas também para a implementação de ações que tornassem o ensino mais dinâmico, atrativo e bem estruturado.

Esses recursos poderiam ser empregados na modernização das escolas, na aquisição de tecnologias educacionais, na ampliação de espaços adequados ao ensino interdisciplinar e na oferta de formações continuadas para os docentes, alinhadas às demandas pedagógicas contemporâneas. Além disso, investimentos na infraestrutura escolar, como laboratórios bem equipados, bibliotecas atualizadas e ambientes de aprendizagem inovadores, poderiam

contribuir significativamente para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, tornando-o mais significativo e eficaz para os estudantes

Gráfico 13: Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, o Amazonas está em 17º lugar no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental II com média de 4,6/2019. Dê sua opinião conforme afirmações a seguir:

Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, o Amazonas está em 17º lugar no IDEB dos anos finais do Ensino Funda...19. Dê sua opinião conforme afirmações a seguir:



Fonte: Pesquisa do autor feita via Google Forms

Esse gráfico apresenta seis opções de resposta, cada uma com três possibilidades de marcação: "Concordo totalmente" (cor azul), "Discordo parcialmente" (cor vermelha) e "Discordo totalmente" (cor amarela).

A primeira opção de resposta trata da afirmação: "O baixo desempenho dos alunos é um conjunto de equívocos do poder público", na qual 18 professores responderam que concordam totalmente, 15 professores discordam parcialmente e 3 professores discordam totalmente.

A segunda opção de resposta foi: “Esse resultado é consequência da falta de esforço do Poder Público, da Escola e da Família”, com os seguintes resultados: 15 professores concordaram totalmente, 17 discordaram parcialmente e 3 professores discordaram totalmente.

A terceira opção de resposta, “Este baixo resultado é reflexo do total descompromisso do aluno”, obteve os seguintes resultados: 10 professores concordam totalmente, 21 discordam parcialmente e 3 discordam totalmente.

A quarta opção de resposta, “Este é o resultado do trabalho desmotivado do professor”, apresentou o seguinte resultado: 5 professores concordam totalmente, 23 discordam parcialmente e 6 discordam totalmente.

A quinta opção de resposta, “Este resultado está implicado no abandono da família”, teve os seguintes percentuais de escolha: 21 professores concordam totalmente, 11 discordam parcialmente e 2 discordam totalmente.

A sexta e última opção de resposta, “Este resultado está dentro do aceitável”, obteve o seguinte resultado: 10 entrevistados concordam totalmente, 14 discordam parcialmente e 11 discordam totalmente.

**TABELA 2-** Resultado da análise:

		Concordo totalmente	Discordo Parcialmente	Discordo totalmente	
1	de equívocos do poder público	18	15	3	A metade considera o governo responsável a outra metade discorda parcialmente ou totalmente.
2	falta de esforço do Poder Público, Escola e Família	15	17	3	Pouco mais da metade discordam que a Tríade é responsável pelo baixo desempenho dos alunos
3	descompromisso do aluno	10	21	3	O dobro discordo que seja apenas o aluno é culpado pelo baixo resultado
4	desmotivação do professor	5	23	6	E a maior parte absoluta discorda que seja só o professor culpado
5	abandono da família	21	11	2	O dobro dos professores afirma que o descaso da família é responsável pelo desempenho.
6	Resultado aceitável	10	14	11	Aqui apenas 11 professores não aceitam estar em uma posição nacional tão vergonhosa na qualidade de ensino .

Em síntese, a maioria dos entrevistados atribui o baixo desempenho dos alunos, em grande parte, às políticas governamentais inadequadas e ao abandono familiar, que desloca toda a responsabilidade para a escola. Além disso, observa-se que mais da metade dos participantes reconhece que o professor também desempenha um papel significativo nesse contexto.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de esforços conjuntos para superar os obstáculos que dificultam a implementação de uma gestão democrática eficaz nas escolas públicas. Um dos aspectos centrais dessa mudança é o fortalecimento da participação dos pais no processo educativo, ampliando sua atuação para além do ambiente doméstico e promovendo uma parceria efetiva com a escola.

Os dados desta pesquisa demonstram que os professores reconhecem a importância de estabelecer novos vínculos que consolidem um modelo de gestão escolar verdadeiramente democrático e autônomo. Para isso, é essencial fortalecer o relacionamento entre família e escola, garantindo que ambas as instituições compartilhem responsabilidades no desenvolvimento educacional dos alunos. Essa construção passa, inevitavelmente, pelo compromisso da escola em compreender o perfil das famílias e suas expectativas, criando mecanismos que favoreçam o diálogo e a colaboração mútua. Somente assim será possível minimizar o distanciamento existente entre esses dois pilares fundamentais da educação e avançar na busca por um ensino de maior qualidade e equidade.

## 5 CONCLUSÃO

O governo, por não dar a autonomia necessária às escolas para que realmente o princípio de gestão democrática seja um fato, faz com que se crie um entrave burocrático em relação a questões que poderiam ser facilmente resolvidas pelas mesmas. Na pesquisa feita para esta dissertação foram entrevistados 33 professores da Rede Estadual de Ensino do Amazonas-SEDUC, e foram feitas perguntas relativas às questões que envolvem o problema de pesquisa levantado, que foi sobre papel do professor e da família dentro do contexto escolar, ou seja, Governo/Escola, Profissionais do Ensino e Família, para que se pudesse entender onde estão os pontos fracos desta tríade e o que se talvez pudesse fazer ou apontar como caminho para que se sanar o problema.

O que se pôde inferir após as análises da pesquisa, foi que os professores estão céticos quanto à questão de se chegar a um denominador comum nessa responsabilização da “tríade” educacional, pois se por um lado o governo não dá realmente autonomia para a escola gerenciar suas decisões, às mais diversas nos mais diversos casos, por outro lado, ela não têm buscado caminhos para sanar seus problemas junto aos professores, alunos e a comunidade de seu entorno, que são as famílias dos alunos.

Os professores se sentem desvalorizados quanto ao papel que ocupam nessa “tríade” e também desmotivados, pois que pra eles, a autonomia necessária para realizar a contento o seu trabalho, desde há muito lhes foi tirado. Eles se sentem encurralados e entravados dentro de um contexto que burocratiza o ensino-aprendizagem em somente dados estatísticos cobrados pelo Governo, pela Secretaria de Ensino e pela Escola, que não demonstram se importar com a qualidade do ensino, mas tão somente com resultados positivos irreais a serem apresentados. A pergunta que fica é: a qualidade do ensino realmente importa para o Estado? Pelo que se pôde inferir quanto a essa questão, a resposta mais honesta é não! Se os dados apresentados forem positivos e favoráveis, mesmo que irreais ou mentirosos, está tudo bem.

E a família, qual o papel desta dentro do contexto educacional de seus filhos? Existe, faz muitos anos, a percepção de que a família tem colocado nas “costas”

da escola o papel de única responsável pela educação dos alunos, seus filhos, e isso abrange no entendimento dessas, toda a educação, inclusive a que deveria ser de responsabilidade da mesma.

As consequências são a sobrecarga de responsabilidades que não somente a escola não consegue suportar, como também afeta o papel da mesma em relação a esses alunos, ora, se a escola fica com todo esse encargo, evidentemente não poderá exercer ou desempenhar bem seu papel junto a esse aluno. As famílias jogam esse encargo para a escola e cobram da mesma resultados impossíveis de serem cumpridos. Elas exigem que seus filhos sejam totalmente cuidados pela escola, mas se recusam a confiar na mesma quanto a disciplinar o aluno.

Então, o aluno, sem o apoio e disciplina familiar, vai para a escola sem o entendimento quanto ao seu real papel na mesma, que é o de obter conhecimento. Ele chega e em sua grande maioria, não quer levar os estudos a sério, são indisciplinados e rebeldes e a escola não tem como resolver tantos casos assim que se apresentam em seu cotidiano, pois não são casos isolados ou aleatórios, mas grande parte dos alunos, infelizmente.

Essa inversão de responsabilidades, juntamente com a falta de autonomia das escolas, da sobrecarga dos professores em ter que lidar com a indisciplina e desinteresse dos alunos, juntamente com a falta de comprometimento das famílias têm acarretado no Amazonas um ensino público cheio de falhas que precisam ser urgentemente sanadas, pois são falhas que estão na base da pirâmide educacional e que como consequência, colocam em risco a formação cidadã, profissional e o futuro dos alunos e sua autonomia para gerenciar futuramente suas vidas.

Existe uma urgência velada de que o Governo se volte com mais responsabilidade para a problemática do ensino nas escolas públicas, com a criação e viabilização de resoluções para os problemas apresentados nestas, antes que se tornem inviáveis. Dando as escolas e aos professores a autonomia e os meios adequados para tal, e que se possa criar leis que cobrem dos pais e da família que assumam seu papel junto aos alunos, seus filhos.

## 6 RECOMENDAÇÕES:

✓ Que sejam efetivadas políticas de assistência educacional, no que concerne a dar autonomia para as escolas da rede pública estadual de ensino resolver questões, sem o entrave burocrático desnecessário que acontece atualmente.

✓ Que o Governo Federal implante programas de formação qualificada específica aos professores no que diz respeito a saber lidar com as situações decorrentes da falta de apoio da família em relação aos alunos.

✓ Que a escola, por meio de seus recursos formais, intervenha junto aos órgãos competentes para que os alunos e professores tenham melhores condições de interação professor-aluno.

✓ Que seja observada e considerada a realidade da escola investigada, a fim de que sejam realizadas melhorias de trabalho no que diz respeito ao suporte oferecido aos professores e alunos.

✓ Que se criem programas que visem fortalecer a relação Escola/Professores e Família dos alunos.

✓ Que seja dada uma atenção mais especial e um tratamento diferenciado aos alunos que têm claramente problemas em suas bases familiares ou a falta desta.

✓ Que outros trabalhos acadêmicos sejam criados e que apresentem soluções de intervenção junto à população estudada, pois não adianta apenas perceber o problema, estudá-lo e não apresentar propostas para mudar a realidade constatada.

✓ Que os professores, por estarem ali no cotidiano escolar, não sejam omissos ao perceberem as dificuldades enfrentadas por eles e pelos alunos, e pleitear por um melhor tratamento dos órgãos públicos para essas questões e que influenciam dia após dia a execução de seu ofício, e impactam também, na qualidade da aula que estes alunos estão recebendo.

Que se lute pela implementação de leis e regulamentos que asseguram a qualidade de ensino aos alunos da rede pública estadual do Brasil, em específico, a do estado do Amazonas, foco desta pesquisa de Mestrado.

Que se garanta o que está determinado e estabelecido na Constituição Federal Brasileira (1988) no que se refere à educação; que é um direito de todos os brasileiros cidadãos e um dever do Estado e da família, que pode ser estimulada com o auxílio e cooperação da coletividade, com o objetivo do integral desenvolvimento da pessoa humana e do seu preparo para o exercício da plena cidadania e de sua capacitação para o mercado de trabalho.

## 7 REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. SCHNEIDER, Marilda Pasqual. VAZQUEZ, Jaime Moreles. Apresentação. In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de et al (orgs.). **Estado, políticas públicas e educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2016.

ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2020. **Professores: Educação e Carreira**. Acesso em <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2020/professores-remuneracao-e-carreira.html> Acessado em 15/02/2021.

BALUTA, Maria Cristina. **O habitus dos castigos físicos e a Disciplina Positiva na perspectiva de capacitadores nível educador: construção social do direito da criança a uma educação não punitiva - período de 2003 – 2018**. Ponta Grossa, 2019. Baixado de <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/%20prefix/2904/1/Maria%20Cristina%20Baluta.pdf> acessado em 01/10/2021.

BARBOSA, M. L. O. **Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira**. 1ª ed. Belo Horizonte: ARGUMENTVM, 2009, 272 p.: Disponível em <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1585/1585.pdf> . Acesso em 12/12/2020.

BRASIL ESCOLA. HAMZ, Amélia. **A profissão de ser Professor**. Disponível em <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/professor.htm> Acesso em 09/07/2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2017: Notas Estatísticas**. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2018-pdf/81861-divulgacao-censo-2017-vi-pdf/file>. acesso em 18/04/20

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5/10/1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação, LDB 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm) Acesso em 22 de junho de 2020.

BRUNO, L. E. N. B. **Poder e administração no capitalismo contemporâneo**. In: OLIVEIRA, D. (Org.). *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BOSSA, Nádia Aparecida. "Fracasso escolar é o fracasso do sistema educacional". **G1 EDUCAÇÃO**. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/fracasso-escolar-e-o-fracasso-do-sistema-educacional-diz-especialista.html> Acesso em 20 de Maio de 2011.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA/MEC. **Estudo Sobre a Lei do Piso Salarial. Parecer CNE/CEB nº 9/2009** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10241-estudo-sobre-lei-piso-salarial> Acesso em 15/01/2022.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Perfil do professor da educação básica**. Brasília, DF: INEP, 2018.

CASTRO, Jane Margareth e REGATTIERI, Marilza. **Interação Escola e Família: Subsídios para práticas escolares**. Brasília-UNESCO, MEC 2009. 104 p. Download de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192) . Acesso em 30/01/2021.

CONAE 2010, Conferência Nacional de Educação. **Construindo o Sistema Nacional de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação**. Documento Final. Ministério da Educação. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010\\_doc\\_final.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf) Acesso em 29/02/2020.

CUNHA, L.A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 28, n. 100, p. 809-829, out. 2007.

CURY, Augusto. **Indisciplina escolar infantil: causas, consequências e como combatê-la**. 2015. Disponível em: <https://escoladainteligencia.com.br/indisciplina-escolar-infantil-causas/> Acesso em: 03 out. 2017

DIAS, A. E. (2004). **Novas configurações no contexto escolar: O que, de fato, o professor tem a ver com isso?** *Anais 4. Colóquio do LEPSI*, São Paulo: Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php> Acesso em 24 /06/2010.

**DIDÁTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: desafios e perspectivas da articulação entre teoria e prática: volume 2**. Organização Andressa Grazielle Brandt, Nadja Regina Sousa Magalhães, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva. – 1.ed. – Curitiba-PR: Editora Bagai, 2021. 326p. E-Book. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601721/2/Editora%20BAGAI%20->

[%20Did%C3%A1tica%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Professores%20-%20volume%202.pdf](#) Acesso em 17/06/2022.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2011.

EDUCA+BRASIL(2020). **Família Contemporânea**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/familia-contemporanea> Acesso em 22/03/2021.

EDUCATION AT A GLANCE 2018. **OCDE 2018**. Disponível em [https://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/estatisticas\\_educacionais/ocde/education\\_at\\_a\\_glance/Country\\_Note\\_traduzido.pdf](https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_at_a_glance/Country_Note_traduzido.pdf) Acessado em 02/01/2020.

EDUCATION AT A GLANCE 2019. **Panorama da Educação**. Disponível em: <http://inep.gov.br/education-at-a-glance> Acesso em 18/02/2020.

ESCOLA, Equipe Brasil. "Amélia Hamze de Castro"; *Brasil Escola. A Profissão de ser Professor*. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/professor.htm> Acesso em 17 de julho de 2020.

FARIA, Lenilda Rêgo Albuquerque de. As orientações educativas contra-hegemônicas em face dos questionamentos pós-modernos. E a didática com isso? In: MARIN, Alda Junqueira; PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Didática: teoria e pesquisa**. São Paulo: Junqueira & Marin, 2015. p. 39-65.

FERRAZ Ana Paula do Carmo Marcheti. **Instrumento para planejamento de materiais instrucionais para educação a distância**. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclo ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? In: **27ª Reunião Anual da ANPED**, MG, 2004. Disponível em: [http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te\\_luiz\\_carlos\\_freitas.pdf](http://27reuniao.anped.org.br/diversos/te_luiz_carlos_freitas.pdf) Acesso em 04/06/2020.

Folha de São Paulo. **Garantida por Lei, autonomia das escolas não ocorre na prática**. Por Karina Yamamoto, 30/09/2017.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da Pesquisa Científica. Fortaleza: UEC, 2002. In OLIVEIRA, Raimunda Silvana Preissler de. **EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA EM TEMPO DE PANDEMIA: UM ESTUDO DA PRÁTICA DOCENTE DIGITAL DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL**. Dissertação de Mestrado. Universidad de la Integración de las Américas Escuela de Postgrado Maestria en Ciencias de la Educación, 2022.

FONSECA, M. **O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira**. In: OLIVEIRA, D. (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FROTA, A. M. M. C. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUCIANO, Gleiciane Ferreira. **A falta de participação da família na vida escolar**. Brasília- AC, 2018. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25029/1/2018\\_GleicianeFerreiraLuciano\\_tc\\_c.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25029/1/2018_GleicianeFerreiraLuciano_tc_c.pdf) Acesso em 05/09/2022.

GODOY, Célia et al. **A (In)Disciplina na Perspectiva de PIAGET, WINNICOT E VYGOTSKY**. Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia. São Paulo, Vol. 23, Edição 72. 2006. Disponível em: <http://revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/379/a--in--disciplina-escolar-nas-perspectivas-de-piaget--winnicott-e-vygotsky#> Acesso em 06/09/2021.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Gabinete do Governador. **Plano Estadual de Educação – PEE/AM**. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E QUALIDADE DO ENSINO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Manaus-AM, abril de 2008. Disponível em: [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee\\_am.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee_am.pdf). Acesso em 12/08/2022.

IBGE. **Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade: [população residente no município de 6 a 14 anos de idade matriculada no ensino regular/total de população residente no município de 6 a 14 anos de idade x 100]** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama> Acesso em 29/07/2020.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Jobim, atualizado em 30/08/2018. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado> Acesso em 28/03/2020.

INEP. **TALIS 2018**. Edição de 20 de março de 2020. Disponível em [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pesquisa\\_talis/resultados/2018/TALIS2018\\_VOL\\_II\\_Notas\\_Estatisticas.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pesquisa_talis/resultados/2018/TALIS2018_VOL_II_Notas_Estatisticas.pdf) Acesso em 09/07/2020.

\_\_\_\_\_. **Índice da Educação Básica. Resultados e Metas**. Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/> acesso em 18/04/2020.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO/IBOPE. **Atitudes pela educação**. Relatório 2014. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/424.pdf?1245159231> Acesso em 12/08/2019.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LDB – **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 4ª edição, Brasília 2020.

\_\_\_\_\_ **Lei de nº 9.394.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) . Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Atualizada em 2019.

LIBÂNEO , José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA. Emerson Filipini de. **Autoridade e Formação**. 2012. 76 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de ...Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99810> Acesso em 13/08/2020.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUCYK,V.P.K, GRAUPMANN,E.H. Desvalorização do Trabalho Docente Brasileiro: Uma Reflexão de seus Aspectos Históricos. **Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v.7, n.20, p.11-27, 2017.

MARCONDES, Keila Hellen Barbato; SIGOLO, Silvia Regina Ricco Lucato. **Comunicação e envolvimento: possibilidades de interconexões entre família-escola?** Paidéia, Ribeirão Preto, v. 22, n. 51, p. 91-99, abr. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000100011> Acesso em 08/09/2021.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela Educação? Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira**. 1ª edição. Rio de Janeiro, Lamparina , 2016.

MATTOS, Marcilene de Almeida. **O PROCESSO DE ESCOLHA DE GESTORES ESCOLARES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO AMAZONAS: PROBLEMATIZAÇÕES E POSSIBILIDADES**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2016/06/MARCILENE-DE-ALMEIDA-MATTOS.pdf>. Acesso em 28/08/2022.

MEC/Pátria Educadora. **Planos de Carreira e Remuneração: contribuições para a elaboração e a revisão de planos de carreira e remuneração dos profissionais da educação escolar básica pública**. Brasília, 2016. Disponível em:[http://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/%20Planos\\_Carreira\\_Remuneracao\\_Final.pdf](http://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/%20Planos_Carreira_Remuneracao_Final.pdf) Acesso em 05/02/2021.

MEC/Plano Nacional de Educação. **Meta 20, Lei No 13.005/2014**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em 23/07/2020.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes taxa de escolarização. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** – Educa Brasil,

São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/taxa-de-escolarizacao/> Acesso em: 29 de jul. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa (Orgs.)**, 2019. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em 20/07/2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO**. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em 12/05/2022.

NELSEN, Jane. **Disciplina Positiva**. Editora Manole Ltda. Barueri São Paulo, 2016.

NOGUEIRA, Gelei. **A insatisfação dos/as Professores/as de Ensino Fundamental do Quinto (5º) ao Nono (9º) ano**. Psicologia.pt Documento publicado em 07.10.2019. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0464.pdf> Acesso em 18/09/2022.

GIL, Juca. As Leis e a autonomia das Escolas. In **Nova Escola**. 01 de junho de 2009. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/773/as-leis-e-a-autonomia-das-escolas> Acesso em 15/08/2022.

OBSERVATÓRIO PNE. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento do PNE – 2018**. Disponível em: <https://www.observatoriopne.org.br/indicadores/metas/2-ensino-fundamental/indicadores> acesso em 02/05/2020.

ODELA, Observatório do Estado Latino Americano. **Estado, Neoliberalismo e Educação Pública**. Publicado em 23 de setembro de 2018. Disponível em <https://www.ufrgs.br/odela/es/2018/09/23/estado-neoliberalismo-e-educacao-publica-3/> Acesso em dezembro de 2019.

ORSO, Paulino José. **A Educação na sociedade de classes: possibilidades e limites**. 1ed. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 49-64 p.

OLIVEIRA, R.P. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 661-690, out. 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como Exercício do Poder: crítica ao senso comum em educação**. 3ª edição – São Paulo: Cortez. 2014.

PAROLIN, I. **Professores formadores: a relação entre família, a escola e a aprendizagem**. Série: práticas educativas. Curitiba: Positivo, 2007.

PEREIRA, Elaine Aparecida – PUCSP. **Artigo - Autoridade Docente e Indisciplina**. 38ª Reunião Nacional da ANPEd – 01 a 05 de outubro de 2017 – UFMA – São Luís/MA.

PEREIRA, M. **A relação entre pais e professores**: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Universidade de Málaga, 2008.

PORTAL QEDU. **Dados do IDEB/INEP /2017**. Disponível em <https://qedu.org.br/cidade/3692-sobral/ideb> acesso em 17/04/2020.

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO AMAZONAS**. Disponível em: <http://www.transparencia.am.gov.br/despesas> Acesso em 19/04/2020.

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO CEARÁ**. Disponível em: <https://cearatransparente.ce.gov.br/portal-da-transparencia/despesas/despesas-do-poder-executivo> Acesso em 10/06/2020

PORTAL FNDE. **Valor aluno/ano e receita anual prevista – 2017**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/area-para-gestores/consultas> Acesso em: 18/04/2021

PORTAL QEDU. **Censo - Taxas de Rendimento das Escolas Estaduais do Estado do Amazonas, período 2014 a 2018**. Disponível em <https://www.qedu.org.br/brasil/taxas-rendimento>, acessa em 12 de junho de 2020.

PICANÇO, Ana Luísa Bibe. **A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA** - As suas Implicações no Processo de Ensino-Aprendizagem. Escola Superior de Educação João de Deus. Mestrado em Ciências da Educação – Supervisão Pedagógica. Lisboa-Portugal, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2264/1/AnaPicanco.pdf> Acesso em: 26/08/2022.

PRADO, Danda. **O que é família**. Editora Hedra Ltda. 1ª Edição Ebook, 2017.

PRIORE, Mary Del. **Histórias das Gentes brasileiras. Volume I – Colônia** - 1ª ED.(2016).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/Casa Civil. **Emenda Constitucional No 59, de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: [http://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/%20Planos\\_Carreira\\_Remuneracao\\_Final.pdf](http://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/%20Planos_Carreira_Remuneracao_Final.pdf) Acesso em 04/05/2020.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais-Trajectos**. Departamento de Sociologia da Universidade de Lisboa, Gradiva, 2015.

RAMOS, Mozart Neves. **Educação brasileira : uma agenda inadiável**. São Paulo : Fundação Santillana, 2015.

RODRIGUES, Cinthia. **O que está por trás da indisciplina escolar?** 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-que-esta-por-tras-da-indisciplina-escolar/> Acesso em: 04.out 2017.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica.** Campinas, 2015, p. 18.

SAHLBERG, Pasi (2011), "**Rethinking accountability in a knowledge society**", Journal of Educational Change, (11 November 2008). Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11033/1/Pedro\\_R\\_%20Silva\\_65303\\_%20%20Dissertacao.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11033/1/Pedro_R_%20Silva_65303_%20%20Dissertacao.pdf) Acesso em 22/01/2020.

\_\_\_\_\_. **Finnish Lessons 2.0 – What can the world learn from education change in Finland?** 2ª Edição. Published by Teachers College Press, New York, 2015.

SAHLGREN, Gabriel Heller (2015), **Real Finnish Lessons, The true story of an education superpower, Centre for Policy Studies.** April 2015 Printed, London. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11033/1/Pedro\\_R\\_%20%20Silva\\_65303\\_Dissertacao.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11033/1/Pedro_R_%20%20Silva_65303_Dissertacao.pdf) . Acesso em 22/01/2020.

SILVA, Eliane Freitas da; PINTO, Diocelia. **O PAPEL DO PROFESSOR DIANTE DA DIFICULDADE DO ALUNO NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.** Universidade Federal Rural da Amazônia. Curso de Licenciatura em Pedagogia/Parfor. Nova Esperança do Piriá-PA, 2017.

SIMOLA, Hannu (2005), "**The Finnish miracle of PISA: historical and sociological remarks on teaching and teacher education**", Comparative Education, 41(4), 455–470. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11033/1/Pedro\\_R\\_%20Silva\\_65303\\_Dissertacao.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11033/1/Pedro_R_%20Silva_65303_Dissertacao.pdf) Acesso em 22/01/2020.

SIMOLA, H.; Rinne, R. **Política educativa y contingencia: creencias, estatus y confianza detrás del milagro finlandés de Pisa.** Professorado: Revista de Currículum y Formación de Professorado, Granada, v. 17, n. 2, p. 171-192, 2013

SOUZA, Jacqueline Pereira. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança.** 2012.

SZYMANSKI, Heloisa. **A Relação Família Escola: Desafios e Perspectivas.** Brasília, Plano, 2001.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Cenários da Educação.** Copyright, Atualização 2020. Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/pag/cenarios-da-educacao> Acesso em 17/06/2020.

VASQUES, Rosane Fátima e PALIGA, Bruna. **A influência da Relação Família-Escola sobre a Aprendizagem Escolar: Percepções de Professores do 1º**

**Ano do Ensino Fundamental.** 2017. Disponível em:  
[https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/156\\_680.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/156_680.pdf). Acesso em  
29/01/2021.

ZAGURY, Tania, 1949- **Sem padecer no paraíso:** [recurso eletrônico] / Tania Zagury. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

**ANEXOS:**

Link do Questionário de perguntas e respostas feito via Google *Forms*, disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/1g3oaN\\_a3oQtsIMx7lq1Zl-r6kjL\\_i2xi292oG0Q6oxQ/edit?ts=631bbb2c](https://docs.google.com/forms/d/1g3oaN_a3oQtsIMx7lq1Zl-r6kjL_i2xi292oG0Q6oxQ/edit?ts=631bbb2c) criado no dia 29/03/2021 e encerrado no dia 09/09/2022.

**Imagem 1:** Fachada da E.E. Júlia Bittencurt

Fotografia tirada pelo autor da pesquisa

**Imagem 2:** Outro ângulo da fachada da E.E. Júlia Bittencourt



Fotografia tirada pelo autor da pesquisa

**APÊNDICE:****APÊNDICE A**

Instrumentos de coleta de dados:

Tabela 2 – Perguntas realizadas na pesquisa de campo.

<b>Pergunta</b>	<b>Categoria analítica</b>
<p>E. Há quanto tempo leciona na Rede Estadual de Educação do Amazonas?</p> <p>A- Menos de 5 anos;</p> <p>B- De 05 a 10 anos;</p> <p>C- Mais de 10 anos;</p> <p>D-Igual ou mais de 20 anos.</p>	Dados estatísticos de tempo de serviço dos professores
<p><b>2.</b> Qual sua opinião acerca da autonomia das escolas de Manaus no sistema de ensino estadual?</p> <p><b>A-</b> Tem total autonomia administrativa e pedagógica;</p> <p><b>B -</b>Não tem autonomia pedagógica;</p> <p><b>C-</b> Não tem autonomia financeira;</p> <p><b>D-</b> Não tem autonomia pedagógica, nem financeira e nem administrativa;</p> <p><b>E-</b> Sua autonomia é condicionada ao trabalho da Secretaria de Educação ,como deve ser.</p>	Sobre a autonomia da escola em relação à sua sede: SEDUC-Secretaria de Educação e desporto do Amazonas
<p><b>3.</b> Em sua opinião , a Autonomia financeira, pedagógica e administrativa da escola:</p> <p><b>A-</b> Dá maior possibilidade de resolução em problemas específicos no ensino-aprendizagem;</p> <p><b>B-</b> não faz nenhuma diferença na qualidade do ensino-aprendizagem do Ensino Fundamental II;</p>	Entraves relativos à autonomia da escola

<p>C- é um erro, o modelo da SEDUC-AM tem apresentado o resultado possível na autonomia escolar;</p> <p>D- Não tenho conhecimento sobre a autonomia escolar.</p>	
<p><b>4.</b> Qual sua compreensão sobre a forma de seleção do Gestor Escolar?</p> <p>A- Concordo que a Seduc-AM indique a direção da escola;</p> <p>B- A Comunidade escolar deveria escolher o Gestor(a) da escola;</p> <p>C- A Gestão escolar deveria fazer parte do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração;</p> <p>D- Não tenho opinião à respeito da seleção de gestor escola.</p>	Relativo à escolha do Gestor Escolar
<p><b>5.</b> No que concerne a parceria Família e Escola:</p> <p>A-A família tem que disciplinar e a escola tem que escolarizar;</p> <p>B-A Família tem que complementar a educação da escola;;</p> <p>C-A Escola tem que complementar a educação familiar;</p> <p>D-A escola tem que fazer seu papel, independentemente da contribuição da família;</p> <p>E-Não quero opinar nesta questão.</p>	Dados relativos à parceria família-escola
<p><b>6.</b> Como professor do Ensino Fundamental II:</p> <p>A- Penso que a falta de parceria da família é a maior causa do ensino deficitário;</p> <p>B- Afirmo que o descompromisso do aluno impossibilita um ensino de qualidade;</p> <p>C- A responsabilidade da baixa qualidade no ensino-aprendizagem é do Governo, Escola e Família;</p>	Pergunta relativa à responsabilidade da família e do aluno em relação à aprendizagem e compromisso do mesmo com esta.

<p>D- A família tem total responsabilidade pela baixa qualidade de ensino-aprendizagem;</p> <p>E- Prefiro não responder esta questão.</p>	
<p><b>7.</b> A contribuição da família na aprendizagem do aluno acontece quando:</p> <p>A- Garante (zelar) por sua saúde, segurança, participa das atividades da escola e Proporciona um ambiente familiar saudável;</p> <p>B-O responsável matricula o filho e cobra sua frequência na escola;</p> <p>C- Dá total autonomia ao adolescente para assumir sua educação escolar;</p> <p>D- Toda a educação dos filhos fica a cargo da escola que garante sua saúde, segurança e participação nas atividades da escola.</p>	Em relação à contribuição da família
<p><b>8.</b> Considerando o contexto educacional de hoje, como tem sido a atuação do professor no ensino da educação básica (pode marcar mais de uma opção):</p> <p>A- Tem apresentado um trabalho de excelência com ótimos resultados;</p> <p>B-Tem se dedicado na medida do possível, mas os resultados não têm sido satisfatórios;</p> <p>C- Tem feito sua parte, independente do resultado;</p> <p>D- Tem buscado soluções para sanar o problema da qualidade na aprendizagem.</p>	Pergunta relativa à atuação do professor no ensino da educação básica
<p><b>9.</b> Professor(a), sente-se MOTIVADO para realizar sua função? Por favor, marque a(s) alternativa(s) que melhor se aproxima de sua opinião:</p> <p>A- Hoje, o professor está mais motivado e tem buscado meios para enfrentar o desafio da baixa qualidade de ensino;</p>	Pergunta sobre se o professor se sente motivado a exercer a docência

<p>B- Está desmotivado por conta da falta de interesse dos alunos, o desinteresse da família e a desvalorização da profissão;</p> <p>C- Passa por um momento de espera, a esperança de uma luz que indique o melhor caminho para um ensino de qualidade;</p> <p>D- É indiferente ao cenário crítico educacional, pois baixos e altos resultados são consequências naturais nas redes de ensino;</p> <p>E- Insatisfeito com o cenário educacional que é de crise no ensino-aprendizagem.</p>	
<p><b>10.</b> Marque a alternativa que melhor representa em sua opinião a função social do professor:</p> <p>A-O professor deve contribuir com a sociedade repassando o conhecimento acadêmico adquirido;</p> <p>B-O docente é o agente de manutenção da sociedade, é o maior responsável pela transformação social;</p> <p>C- Cabe apenas ao docente, a função do ensino acadêmico se distanciando das questões familiares ou problemas extraclases;</p> <p>D- Tem como ofício o ensino-aprendizagem , assim como outro trabalhador tem sua profissão.</p>	A função social do professor
<p><b>11.</b> No que tange às Políticas Públicas implementadas na rede estadual de ensino do Amazonas no PNE vigente, responda o que mais se aproxima de sua opinião:</p> <p>A- São políticas primeiramente pensadas na resolução da baixa qualidade do ensino;</p> <p>B- Não tem visado a solução da baixa qualidade de aprendizagem;</p> <p>C- Os investimentos têm sido altos com ações centralizadas no aluno;</p>	Sobre as Políticas Públicas

D- Os recursos são prioritariamente para atender fornecedores.	
<b>12.</b> Conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, o Amazonas está em 17º lugar no IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental II com média de 4,6/2019. Dê sua opinião conforme afirmações a seguir:  A-Concordo totalmente;  B- Discordo parcialmente;  C- Discordo totalmente.	Sobre o IDEB e o Ensino Fundamental II

Fonte: Dados organizados pelo pesquisador.

## INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Link do Questionário de perguntas e respostas feito via Google *Forms*, disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/1g3oaN\\_a3oQtsIMx7lq1Zlr6kjL\\_i2xi292oG0Q6oxQ/edit?ts=631bbb2c](https://docs.google.com/forms/d/1g3oaN_a3oQtsIMx7lq1Zlr6kjL_i2xi292oG0Q6oxQ/edit?ts=631bbb2c) criado no dia 27 de março de 2021 e encerrado no dia 09/09/2021.

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para a pesquisa

O objetivo deste termo é convidar o senhor(a) a participar desta Pesquisa denominada: “A Responsabilização da Tríada Educacional Governo/Escola, Profissionais do Ensino e Família no Baixo Índice da Aprendizagem no Ensino Fundamental II da SEDUC do Amazonas”. Pesquisadores responsáveis: Prof. Dr. Juan Beranger , Endereço: Universidad de La Integracion das Américas – UNIDA , Av. del Lago, Ciudad Del Leste, Paraguai; Fone: 061 504 351 E-mail: [info@unida.edu.py](mailto:info@unida.edu.py); Omar Alves de Oliveira: Endereço: Rua Delmira de Almeida N 136, Japiim – Manaus – Amazonas. CEP 6907-140, Telefone: +55(92) 992597750, e-mail: [omaroliveira72pessoal@gmail.com](mailto:omaroliveira72pessoal@gmail.com). O objetivo desta pesquisa é analisar as principais causas do baixo índice da qualidade de ensino na modalidade Fundamental II da Rede de Ensino Estadual do Amazonas. Caso você concorde em participar deste estudo é necessário que você responda a um questionário online, que visa obter dados sobre as suas percepções dos processos políticos e pedagógicos da educação estadual do período do PNE vigente. O tempo estimado para responder o questionário é de menos de 10 minutos. O questionário é online, portanto pode ser respondido de modo privado e no momento e local de sua preferência. A sua participação neste estudo será mantida em caráter confidencial, o seu nome não aparecerá no questionário. Todas as informações coletadas no estudo serão mantidas confidencialmente. Os seus dados serão armazenados em um computador e seu nome não aparecerá em nenhuma publicação, apresentação ou documento. E ao término da pesquisa enviaremos para o seu e-mail os resultados da mesma. Ressalta-se ainda que você tem o direito à assistência integral gratuita caso ocorram danos diretos e/ou indiretos e imediatos e/ou tardios decorrentes da sua participação no estudo, pelo tempo que for necessário. Os benefícios que você terá em participar desta pesquisa inclui: o entendimento que vai fundamentar outras pesquisas para que se chegue a uma mais próxima resolução do problema apresentado. A sua participação neste estudo é voluntária. Caso aceite participar, você poderá retirar-se do estudo em qualquer momento, sem prejuízo a você e com validade a partir da data da comunicação da decisão. Para isto, você deve fazer esta solicitação via e-mail. Os pesquisadores responsáveis por este estudo estão à sua disposição e com eles, você pode esclarecer qualquer dúvida que surja sobre o referido estudo, por telefone ou e-mail. Também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidad de La Intergracion das Américas(UNIDA), conforme e-mail e telefone já informados.. Ao assinar este termo de consentimento livre e esclarecido, a cópia do mesmo será automaticamente enviada para seu endereço eletrônico (e-mail) informado no questionário on-line.